



Estudos de
Reordenamento Agrário

9

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:
CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PNCF-CAF)

**Luis Fernando Vieira
Antônio Maria Gomes de Castro
Suzana Maria Valle Lima**

Dezembro de 2011

Estudos de
Reordenamento Agrário

9

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO:
CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PNCF-CAF)**

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro

Afonso Bandeira Florence

Secretário-Executivo

Márcia da Silva Quadrado

Consultoria Jurídica

André Augusto Dantas Motta Amaral

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Luiz Claudio Monteiro Morgado

Secretário de Agricultura Familiar

Laudemir André Muller

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Secretário de Desenvolvimento Territorial

Jerônimo Rodrigues Souza

Presidente do INCRA

Celso Lisboa de Lacerda

Diretor do Departamento de Crédito Fundiário – DCF/SRA

Francisco das Chagas Ribeiro Filho

EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenação Geral do Estudo

Antônio Maria Gomes de Castro, PhD

Equipe Técnica Principal

Luis Fernando Vieira, PhD

Antônio Maria Gomes de Castro, PhD

Suzana Maria Valle Lima, PhD

José Ruy Porto de Carvalho, PhD

Pesquisadores de Campo

Marcelo Carauta M. M. de Moraes, MSc Economia ¹

Julio Cesar dos Reis, MSc Economia¹

Kever Bruno Paradelo Gomes, MBA Agronegócio

Marivânia Garcia da Rocha, MSc Agronegócio

Maria de Fátima M. M. da Silva, MSc Agronegócio

Equipe de Digitação da base de dados

Marivânia Garcia da Rocha, MSc

George Fillipe A. Vieira

Laisse Cardoso Lima

1) Pesquisadores da Embrapa Agrossilvipastoril, em SINOP, Mato Grosso: <http://cpamt.sede.embrapa.br>

Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria de Reordenamento Agrário

Esta é uma publicação da Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O estudo publicado neste volume foi realizado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/003 - CRÉDITO FUNDIÁRIO - EEN – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em contrato celebrado entre a INOVA Consultoria Prospectiva e Estratégia Ltda. e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Este estudo teve por objetivo traçar um perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, linhas CAF e CPR, e do Banco da Terra, e foi realizado no período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil)

Estudos de Reordenamento Agrário No 9

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Pobreza Rural: VIEIRA, L.F.; CASTRO, A.M.G. de; LIMA, S.M.V. Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Consolidação da Agricultura Familiar. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

132p. : il.

ISBN 978-85-60236-09-1

1. Crédito Fundiário - Brasil 2. Agricultura Familiar – Brasil 3. Perfil dos Beneficiários PNCF-CAF
4. Reforma Agrária – Brasil 5. Metodologia de Pesquisa - Brasil

Organização e Revisão Técnica:

Dino Sandro Borges de Castilhos

Neide Mateus Rodrigues

Produção e Editoração Gráfica

Gráfica Super 7

Fotografias

Ubirajara Machado/BP

Tamires Kopp/BP

Tiragem: 1.050 exemplares

Editora: IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário

Fevereiro de 2012

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Reordenamento Agrário
Coordenação-Geral de Planejamento,
Monitoramento e Avaliação
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento
BI "D", 10º andar, sala 1008.
CEP: 70.057-090
<http://www.mda.gov.br>
e-mail: pma-sra@mda.gov.br

Apresentação

Nosso país possui um modelo de ocupação e produção na terra que foi perverso no processo de desenvolvimento histórico. É por isso que cerca de 80% dos imóveis rurais brasileiros ocupam apenas aproximadamente cerca de 20% das terras agricultáveis do país.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, mostrou-se, nestes seus nove anos de existência, como um acerto de estratégia de democratização fundiária, sendo fundamental como um instrumento complementar de reforma agrária.

A análise é factual: a extrema diversidade dos segmentos sociais que buscam o acesso à terra (sem-terras, meeiros, posseiros, arrendatários, agricultores familiares, assalariados rurais) e a enorme diferenciação da ocupação fundiária e econômica não permitem que a demanda por terra, pelos pobres do campo, seja suprida somente pela execução do preceito constitucional da função social da terra. Ao lado desta e buscando o seu fortalecimento, a realidade tem nos demonstrado a importância dos mecanismos de acesso aos mercados de terras para a emancipação social, econômica e política da pobreza rural, da agricultura familiar, da juventude e das mulheres rurais e também das comunidades negras entre outras.

Tal objetivo instrumentalizado em política pública – Programa Nacional de Crédito Fundiário – impõe grandes desafios para o sucesso de sua operacionalização. O primeiro já foi respondido pela Pesquisa de Impacto do Crédito Fundiário e agora também por estes três cadernos sobre o Perfil da Inadimplência nos financiamentos do Fundo de Terras (CAF, CPR e Banco da Terra): sim, em condições financeiras e operacionais propícias os financiamentos fundiários são viáveis, enquanto estratégia de acesso à terra, para setores sociais como pobreza rural e agricultura familiar.

O segundo é, constantemente, avaliar os resultados sociais e econômicos do programa, buscando identificar seus avanços, mas, principalmente, seus gargalos e limites, identificando assim os elementos e itens operacionais que devem ser aprimorados na execução do programa. É justamente isto que buscamos neste caderno de pesquisa sobre o Perfil da Inadimplência na Linha Consolidação da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Apesar da taxa de inadimplência dos projetos financiados no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária estar em 7,8% (dados de agosto de 2011), um nível que consideramos aceitável dada a complexidade desta política de financiamento fundiário, entendemos ser papel do gestor público e dos atores sociais que compõem o Programa conhecer os fatores que levam à esta inadimplência e implementar ações e diretrizes que levem cada vez mais a sua redução.

Esta pesquisa foi operacionalizada pelo Projeto de Cooperação Técnica da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), sendo executado de forma primorosa e competente pela Empresa de Consultoria vencedora do certame licitatório (INOVA). Os três relatórios de pesquisa e os resultados aqui expostos são de qualidade e importância notória, como vocês poderão ver.

BOA LEITURA!

Adhemar Lopes de Almeida
Secretário de Reordenamento Agrário

Agradecimentos

Um trabalho da natureza do presente estudo não pode ser realizado sem a mobilização de muitas instituições e pessoas, trabalhando de forma coordenada, para que as tarefas de coleta e processamento de informação secundária e primária possam ser realizadas na medida dos objetivos e resultados determinados.

A equipe de profissionais da **INOVA PROSPECTIVA E ESTRATÉGIA** deseja assinalar a participação de pessoas e instituições que com seu conhecimento, experiência e espírito de cooperação apoiaram a realização desse estudo em diversos momentos de sua realização, contribuindo para que uma importante base de informação sobre o crédito fundiário e sobre a agricultura familiar no Brasil pudesse ser disponibilizada a gerente, estudiosos e praticantes da atividade. Foram decisivos em diferentes momentos:

- Coordenadores das Unidades Técnicas Estaduais (UTE) e respectivas equipes técnicas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão;
- Equipes do Escritório Central e de Escritórios Locais das EMATER do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte;
- Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e seus congêneres nos municípios dos Estados pesquisados;
- Sindicatos dos Produtores Rurais do Rio Grande do Sul e Paraná;
- Beneficiários entrevistados do Banco da Terra e das linhas Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Combate à Pobreza Rural (CPR) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (relações de entrevistados em cada relatório)
- Equipe de gestão do Contrato IICA/MDA/INOVA;

Um especial agradecimento é devido a equipe técnica da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, pela sua competente condução do relacionamento com a INOVA durante todo o estudo, fornecendo informação, diretrizes e articulação com o universo de envolvidos com o crédito fundiário no Brasil.

Todavia a responsabilidade por eventuais falhas no produto final é unicamente da equipe de autores do presente trabalho.

Sumário

Relação de entrevistados do PNCF-CAF	15
1. Introdução.....	19
2. A Inadimplência no PNCF-CAF – O problema de pesquisa	23
2.1. Antecedentes e justificativa do estudo	23
2.2. Finalidades e condições de acesso ao financiamento do PNCF-CAF	24
2.3. Questões de pesquisa.....	27
3. Objetivos do Estudo.....	31
4. Marco Conceitual e Metodológico.....	35
4.1. Marco conceitual	35
4.1.1. Fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer).....	35
4.1.2. Fatores referentes a conhecimento e capacitação (o saber fazer)	36
4.1.3. Fatores relacionados com o entorno componente da realidade (o poder fazer).....	36
4.1.4. Fatores relacionados com a adequação e gerência dos programas de financiamento.	37
4.2. Metodologia.....	40
4.2.1. Execução da metodologia e respectivos produtos	41
5. Resultados	49
5.1. Pesquisa de campo e amostra de beneficiários individuais do PNCF-CAF	49
5.2. Caracterização do imóvel	51
5.2.1. Dimensões dos imóveis e usos da terra	51
5.2.2. Caracterização da base de recursos naturais: solos, topografia, água	53
5.2.3. Caracterização da infraestrutura disponível no imóvel	62
5.2.4. Caracterização da produção agropecuária dos empreendimentos PNCF-CAF	65
5.2.5. Estimativa da renda agrícola bruta dos empreendimentos do PNCF-CAF	74
5.2.6. Composição da renda agrícola bruta	77
5.2.7. Financiamento da produção	81
5.2.8. Mão de obra nos empreendimentos	85
5.2.9. Relações com o mercado	87
5.3. Caracterização da renda familiar	89
5.4. Qualidade de vida nos empreendimentos	91
5.5. Caracterização do contrato	93
5.6. Características do grupo familiar	97

5.7. Rede de apoio e capital social.....	100
5.8. Recursos locais	104
6. Conclusões sobre o PNCF-CAF	109
7. Recomendações	113
Referências Bibliográficas	117

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução dos encargos financeiros praticados pelo PNCF no período de 2004 a 2010.	26
Tabela 2: Variáveis componentes em instrumentos de levantamento de dados	39
Tabela 3: Variáveis em instrumentos de levantamento de dados junto a associações	40
Tabela 4: Estrutura dos instrumentos de pesquisa (roteiros de entrevista).....	42
Tabela 5: Plano amostral da pesquisa: número de entrevistas, por programa e Estado	44
Tabela 6: Distribuição da amostra por Estado, município e por situação do beneficiário.....	50
Tabela 7: Tamanho médio das propriedades e uso da terra nos empreendimentos do PNCF-CAF.....	51
Tabela 8: Mato Grosso e Rio Grande do Sul: Áreas totais médias dos empreendimentos do PNCF-CAF	52
Tabela 9: Uso da reserva legal	52
Tabela 10: Tipos de uso da reserva legal	52
Tabela 11: Outros usos da reserva legal.....	53
Tabela 12: Fertilidade dos solos	53
Tabela 13: Relação entre fertilidade e solos pedregosos.....	54
Tabela 14: Relação entre fertilidade e arenosidade dos solos	54
Tabela 15: Relação entre fertilidade e acidez dos solos	55
Tabela 16: Relação entre fertilidade e aridez dos solos	55
Tabela 17: Relação entre fertilidade e erosão dos solos.....	56
Tabela 18: Relação entre fertilidade e compactação dos solos.....	56
Tabela 19: Propriedades com um único tipo de relevo declarado.....	57
Tabela 20: Propriedades com múltiplos tipos de relevo declarados	58
Tabela 21: Propriedades servidas por fonte de água existente no imóvel.....	58
Tabela 22: Propriedades servidas por fonte de água externa ao imóvel	59
Tabela 23: Propriedades que contam com poço artesiano.....	59
Tabela 24: Propriedades com abastecimento externo de água que possuem poço artesiano.....	59
Tabela 25: Práticas de proteção das fontes de água nas propriedades	60
Tabela 26: Outras práticas de proteção das fontes de água nas propriedades.....	60
Tabela 27: Qualidade da água disponível nas propriedades.....	61
Tabela 28: Abastecimento de água nas propriedades	61
Tabela 29: Situação da residência da família.....	62
Tabela 30: Disponibilidade de banheiro na residência da família	62
Tabela 31: Disponibilidade de estrutura para armazenamento de água.....	63
Tabela 32: Disponibilidade de armazéns, silos ou depósitos para a produção	63
Tabela 33: Situação da construção de cercas na propriedade	63
Tabela 34: Situação das estradas e carreadores internos à propriedade	64
Tabela 35: Disponibilidade de outras estruturas importantes para a produção	64
Tabela 36: Disponibilidade de outras estruturas importantes para a produção	64
Tabela 37: Produção para alimentação da família	65
Tabela 38: Produção vegetal para o mercado	65
Tabela 39: Produção animal para o mercado	66
Tabela 40: Empreendimentos do PNCF-CAF que destinam produção animal e vegetal ao mercado.....	66
Tabela 41: Produção animal nos empreendimentos amostrados do PNCF-CAF.....	67
Tabela 42: Tecnologia para a produção animal	68

Tabela 43: Produtividade da produção com maiores ganhos e causas de menor produtividade.....	69
Tabela 44: Produção vegetal nos empreendimentos amostrados do PNCF-CAF	70
Tabela 45: Produção de fumo e soja nos empreendimentos do PNCF-CAF.....	71
Tabela 46: Impacto das culturas de fumo e soja na renda do produtor do PNCF-CAF	72
Tabela 47: Adoção de tecnologias na produção agrícola	72
Tabela 48: Adoção de tecnologias de fertilização.....	73
Tabela 49: Produtividade da principal cultura e seus fatores limitantes.....	73
Tabela 50: Preços a produtor de produtos agropecuários	74
Tabela 51. Preços ao produtor de produtos agropecuários.....	75
Tabela 52. Mato Grosso e Rio Grande do Sul: Estimativas da média da renda bruta anual.....	75
Tabela 53: Mato Grosso: Produção animal e vegetal nos empreendimentos do PNCF-CAF	78
Tabela 54: Rio G. do Sul: Produção animal e vegetal nos empreendimentos do PNCF-CAF.....	78
Tabela 55: Fontes de financiamento utilizadas pelos empreendimentos	82
Tabela 56: Outros programas de crédito	83
Tabela 57: Outras fontes de financiamento aos beneficiários do PNCF-CAF	83
Tabela 58: Avaliação da adequação dos financiamentos obtidos de todas as fontes	83
Tabela 59: Mato Grosso: Tempo para obter acesso ao PRONAF-A a partir da posse da terra.....	84
Tabela 60: Rio Grande do Sul: Tempo para obter acesso ao PRONAF-A a partir da posse da terra	84
Tabela 61: Total de trabalhadores nos empreendimentos do PNCF-CAF, por Estado	85
Tabela 62: Número médio de trabalhadores por empreendimento, por Estado	85
Tabela 63: Área de trabalho média por trabalhador (ha/trabalhador).....	86
Tabela 64: Parcela da produção vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos	88
Tabela 65: Parcela da produção vendida para intermediários.....	88
Tabela 66: Parcela da produção vendida em feiras e outros compradores	89
Tabela 67: Fontes de renda alternativas dos beneficiários do PNCF-CAF e sua importância	90
Tabela 68: Despesas frequentes dos Beneficiários do PNCF-CAF e sua importância	90
Tabela 69: Mato Grosso: Avaliação da qualidade de vida dos beneficiários do PNCF-CAF	92
Tabela 70: Rio Grande do Sul: Avaliação da qualidade de vida dos beneficiários do PNCF-CAF.....	92
Tabela 71: Situação dos contratos do PNCF-CAF	93
Tabela 72: Mato Grosso: Razões para inadimplência, segundo os beneficiários do PNCF-CAF.....	94
Tabela 73: Rio Grande do Sul: Razões para inadimplência, segundo os beneficiários do PNCF-CAF	95
Tabela 74: Renegociação dos contratos do PNCF-CAF	95
Tabela 75: Valores associados à posse da terra pelos beneficiários do PNCF-CAF	96
Tabela 76: Satisfação com condições do financiamento	97
Tabela 77: Mato Grosso: Composição da família do PNCF-CAF	98
Tabela 78: Rio Grande do Sul: Composição da família do PNCF-CAF.....	98
Tabela 79: Rio G. do Sul e Mato Grosso: Experiência das famílias do PNCF-CAF em agricultura.....	99
Tabela 80: Indicadores de educação formal nas famílias do PNCF-CAF.....	100
Tabela 81: Mato Grosso: Qualidade do apoio prestado pela rede de apoio	101
Tabela 82: Rio Grande do Sul: Qualidade do apoio prestado pela rede de apoio	101
Tabela 83: Intensidade da interação com a rede de apoio	102
Tabela 84: Participação da rede de apoio nas diversas fases dos empreendimentos do PNCF-CAF.....	102
Tabela 85: Mato Grosso: Qualidade de serviços disponíveis.....	104
Tabela 86: Rio Grande do Sul: Qualidade de serviços disponíveis	105

Lista de Figuras

Figura 1. Mato Grosso: Distribuição dos beneficiários, por estratos de renda bruta.....	76
Figura 2. Rio Grande do Sul: Distribuição dos beneficiários, por estratos de renda bruta.....	77
Figura 3: Mato Grosso: Composição da renda bruta dos beneficiários adimplentes do PNCF-CAF.....	80
Figura 4: Mato Grosso: Composição da renda bruta dos beneficiários inadimplentes do PNCF-CAF.....	80
Figura 5: Rio G. do Sul: Composição da renda bruta dos beneficiários adimplentes do PNCF-CAF.....	81
Figura 6: Rio G. do Sul: Composição da renda bruta dos beneficiários inadimplentes do PNCF-CAF.....	81
Figura 7: Mato Grosso e Rio Grande do Sul: Fontes de financiamento da produção.....	82
Figura 8: Mato Grosso e Rio G. do Sul: Mão de obra externa empregada nos empreendimentos.....	86
Figura 9: Mão de obra empregada fora dos empreendimentos de origem.....	87
Figura 10: Distâncias dos empreendimentos aos mercados.....	89
Figura 11: Relações entre despesas e ganhos em empreendimentos do PNCF-CAF.....	91
Figura 12: Participação da rede de apoio nas diversas fases dos empreendimentos do PNCF-CAF.....	103

Anexos

ANEXO 1: Exemplar do questionário aplicado no PNCF-CAF.....	119
ANEXO 2: Condições para renegociação e individualização dos contratos.....	129

Relação de entrevistados do PNCF-CAF

A DAO DE FREITAS	ENOIR RANGEL	LUIS AVANIR KUNTZ
ADELAIDE MARIA DE JESUS	EVERALDO CARATTI	MARCIA FABIANA SANTANA (NORA)
ADEMAR NUNES DE ARAUJO	FATIMA CATARINA FIALHO DE OLIVEIRA	MARCIRIO MACHADO
AGNES AMANCIO VARELA	FRANCISCO DE ASSIS DE PINHO	MARCOS ANTONIO MARONGONI
AGRICIO DA SILVA FILHO	GENI RAMOS DOS SANTOS	MARCOS ROBERTO DOS REIS
AIDEE MARIA BENETTI	GILNEI DOS SANTOS	MARIA APARECIDA ROSA DA SILVA
AIRTON VIDEMANN FIUZA	GIOVANI DORNELES RODRIGUES	MARIA DE FATIMA JACOB DOS SANTOS
ALAN CARLOS FIUZA	GUMERCEI ANTONIO VIEIRA	MARIA SCHAURICH
ALBERI PORTO PIRES	GUSTAVO ALEX POST	MARLETE KLEIN NUNES
ALBONES DE JESUS SILVEIRA	HERNANDES BARBA RODRIGUES	MAURO ALUISIO KLEIN
ALTIVO DE ABREU OLIVEIRA	ILZA MARIA FERREIRA	NELI DE CARVALHO VARGAS
ALVARINO DE LIMA	ISAIAS PEDRO NEVES	NILMAR DE CAMARGO
AMARO AURELIANO DA SILVA	IVAN SOARES NUNES	NILTON DA SILVA
ANA PAULA RODRIGUES	IVO DA SILVA	NILTON JORGE MAYERHOFER
ANTONIA FATIMA BARROS	IVO ROMILDO KASTEN	NILVA DE FATIMA DOS SANTOS
ANTONINHO ALDOMIRO BATISTA DA SILVA	IVONILDO FERNANDES	ODIVA RODRIGUES ANDRADES
ANTONIO LOPES SANTOS	IZONIR BRINGMANN	OSETE FRANCISCO DA SILVA
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	JACO BORDIN	OSVALDINA NILDE DE SOUZA
ANTONIO SANCHES DE SOUZA	JAIR DE AGUIRRES	PEDRINHO CAETANO DO NASCIMENTO
ARLEI RODRIGUES	JAIR MASSSAROTO	PLINIO ALVES DUARTE
ARLINDA GRIGORIO DA SILVA E SILVA	JANE CRISTINA DOS SANTOS	RENATO BARSKI
ARLINDA SPINDOLA	JAZIEL DE ABREU	RENI ELIBIO DE ANDRADE
ASTROGILDO MARTINHO DA SILVA	JEFFERSON DA SILVA BARROS	ROBERTO LUIS STRIESKI
BENEDITO NERES VIANA	JOAMA PIMENTA DE SOUSA	ROLDAO ALVES SAVEDRA
BONIFACIO OLIMPIO DE JESUS	JOAO ANTONIO BATISTA	ROSE MARIO DE SOUZA
CAMILO MOREIRA DA SILVA	JOAO BATISTA VASCO	ROSELI DA SILVEIRA MOURA
CARLOS NUNES DE ARAUJO	JOAO LUCENIR DE BORBA	RUDINEI MACHADO DO CARMO
CEDENIR JOSE TAVARES	JOAO LUIZ DA SILVA	SALVADOR EROCI RODRIGUES
CLAUDIO DE OLIVEIRA	JOAQUIM HILARIO DA CRUZ	SANDRA DAS NEVES
CLEONICE FORTUNATO DE JESUS	JOELSON BARKOSKI	SEBASTIAO GERCI MACHADO
CLEVERSON AQUINO DA SILVA	JOSE ARMANDO GERALDO	SEBASTIAO SOARES DO NASCIMENTO
CLOVIS SUZANO DOS SANTOS	JOSE CARLOS DA SILVA	SIDINEI RODRIGUES DE CASTRO
DAVI SERGIO RODRIGUES	JOSE FREDERICO LEMK	SIONARA NEI BARBOSA
DELMAZIR MILHOMEM VARJAO	JOSE HENRIQUE MATOS DA SILVA	SUELI DAMASIO
DELOMAR CHEFEER LOPES JUNIOR	JOSE LUIZ CASTILHO	SWAMI VALERIANO DAS NEVES
DENISE RANGEL	JOSE LUIZ RODRIGUES	TATIANE QUEVEDO DE OLIVEIRA
DILSON DA COSTA BARBOSA	JOSEMAR SPINDOLA	VADOIR COELHO
DONIZETE RODRIGUES	JULIANA TEREZINHA PIRES	VALDEIR LUIS RIBEIRO
EDEGAR RIBEIRO DA SILVA	JULIO DUTRA	VALDOMIRO KOHLS
EDER CEZAR DO AMARAL	JURANDIR AZAMBUJA	VANDERLEI FRANCA DA ROSA
EDGAR BENICIO DE SOUSA	JURANDIR VIEIRA DA SILVA	VANDERLEI SEBASTIAO DA COSTA
EDITE BENTO DA SILVA	JUSSARA ANTONIA DE CARVALHO	VERCELI LANDESFELDT MACHADO
EDIVAN CARLOS FRANCISKIEVICZ	LAIR CARMO DA SILVA	WALDEMAR BERGMEIR
EDSON NUNES DA SILVA	LEANDRO CEOLIN	WALDEMIR DORES
ELENA MARIA BASTOS DA SILVA	LIRIO ALVES DOS SANTOS	WALDOMIRO JOAQUIM DE ARAUJO
ELIZEU BENEDITO DO CARMO	LORENO MATEUS LOPES VIEIRA	
EMILIA GOMES DE SOUZA	LUCIO CEZAR DE VARGAS	

Introdução



1. Introdução

A concentração da posse da terra e a necessidade de permitir acesso ao bem por parte dos agricultores familiares e pequenos agricultores tem sido uma questão recorrente ao longo da história do Brasil. Os embates entre os grandes proprietários e os desprovidos de terra, ao longo do tempo geraram conflitos e tensões, e muitas vezes impasses. Dessas situações emergiram os movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem terra, que entre suas diversas formas de atuação, pressionam o poder público para que defina políticas voltadas para responder aos anseios de democratização do acesso à terra. Os mecanismos de desapropriação previstos na Constituição, o programa Banco da Terra e seu sucessor, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, com suas linhas, são exemplos dessas políticas.

A criação de um projeto de crédito fundiário estava, há muitos anos, na agenda de diversos setores envolvidos na questão agrária e no desenvolvimento rural. Uma das primeiras iniciativas foi o Projeto São José, no Estado do Ceará, e o Projeto Cédula da Terra, implantado em cinco estados, sendo quatro do Nordeste e um do Sudeste (Minas Gerais), que beneficiou cerca de 16.000 famílias em cinco anos. Estes projetos pilotos testaram uma abordagem baseada na demanda comunitária, em que potenciais grupos de beneficiários negociam diretamente com proprietários interessados na venda de suas terras.

Por intermédio da Lei Complementar 93/98, de 04.02.1998 (Brasil, 1998), regulamentada pelo Decreto 3.027, de 13.04.1999, foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, à época denominado Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com o objetivo de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.

Posteriormente, nova regulamentação foi associada ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, por intermédio do Decreto nº 4.892, de 25.11.2003 (Brasil, 2003), interrompendo-se, a partir de então, a contratação de financiamentos à égide do Banco da Terra e criando-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Para a elaboração deste programa, durante o primeiro semestre de 2003, a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), gestor do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, estabeleceu um amplo processo de consulta com as organizações do movimento sindical, em particular a Contag, mas também com a Fetraf-Sul, os estados e associações de municípios que conviveram ou participaram dos projetos Cédula da Terra e Combate à Pobreza Rural. Dessa experiência de elaboração de política pública com a participação efetiva da sociedade civil e apoio do Banco Mundial, resultou o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

O PNCF tem como objetivo central contribuir para a redução da pobreza rural e para melhorar a qualidade de vida mediante o acesso à terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra e com pouca terra, por meio do financiamento reembolsável para a aquisição de terras e para investimentos na estruturação das unidades produtivas constituídas pelas comunidades e famílias beneficiárias.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF introduziu aperfeiçoamentos nos programas de crédito fundiário anteriores intensificando a descentralização das ações e o controle social, institucionalizando a participação de atores sociais, como os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (em instância municipal, estadual e nacional), em todas as fases de execução do Programa, desde a verificação da elegibilidade dos beneficiários até a avaliação da execução do Programa como um todo, e, principalmente, do trabalhador rural, como detentor do poder de decisão sobre a terra a ser comprada.

O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação. Além da compra de terras, o PNCF também financia assistência técnica e subprojetos complementares

que auxiliam no estabelecimento dos empreendimentos, assim como nos investimentos iniciais necessários para melhorar a produtividade das terras recém-adquiridas.

Passados quatorze anos desde a criação dos primeiros programas de crédito fundiário e a partir do reordenamento na política de crédito fundiário no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 2003, o MDA sentiu a necessidade de patrocinar uma avaliação sobre os perfis dos beneficiários inadimplentes dos principais financiamentos concedidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Em qualquer política de crédito a adimplência é tida como um dos principais indicadores de êxito, o que motiva o questionamento sobre as causas relacionadas com a inadimplência nestes programas. Conhecer o perfil dos inadimplentes dos principais programas de crédito fundiário permitirá aos gestores destes programas um conhecimento mais aprofundado e específico dos fatores que preponderam entre os inadimplentes. Com este conhecimento, estes gestores poderão formular estratégias e adotar mecanismos operacionais e ações nas suas políticas que visem minimizar os efeitos dos fatores preponderantes entre os inadimplentes (IICA, 2010).

Por demanda da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) foi realizado um extensivo estudo sobre os programas de crédito fundiário do Ministério: o Banco da Terra (BT) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) nas suas linhas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF).

Neste trabalho, além dos marcos conceitual e metodológico, comuns a todas as avaliações, são apresentados os resultados obtidos sobre o perfil dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, linha Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Os resultados sobre o CPR e Banco da Terra são apresentados em outros relatórios elaborados a partir do estudo realizado.

A linha CAF, foco deste relatório, abriga aproximadamente 35 mil contratos, beneficiando perto de 45 mil famílias, com mais de 1,5 bilhão de reais investidos na aquisição de terras e em investimento básico. Na Linha CPR são mais de 2,5 mil contratos, beneficiando cerca de 46 mil famílias, com aproximadamente 300 milhões de reais investidos na aquisição de terras e perto de R\$ 500 milhões em infraestrutura comunitária. O PNCF contempla também o selo Nossa Primeira Terra (NPT/CPR e NPT/CAF), que abriga perto de 2,6 mil contratos, sob os quais cerca de 3,5 mil famílias obtiveram financiamentos que somam mais de R\$ 100 milhões. No Banco da Terra são 17.530 contratos realizados e 35.097 famílias beneficiadas (MDA, 2011).

A Inadimplência no PNCF-CAF O problema de pesquisa



2. A Inadimplência no PNCF-CAF – O problema de pesquisa

2.1. Antecedentes e justificativa do estudo

Para muitos autores (Condé, 2006) a origem do crédito fundiário como política pública no Brasil remonta ao Projeto de Combate à Pobreza, ou projeto piloto São José, no Ceará, implantado em 1987. O projeto, tendo por objetivo erradicar a pobreza, financiava aos pequenos produtores investimentos produtivos (e.g., casas de farinhas), em infraestrutura (e.g., eletrificação) e sociais (e.g., creches). Em 1996, sob orientação e financiamento do Banco Mundial, introduziu-se no Projeto um componente de crédito fundiário denominado Reforma Agrária Solidária – São José, com o objetivo de oferecer financiamento de terras para trabalhadores rurais sem terra e minifundiários. Esse programa operou de agosto de 1996 a dezembro de 1997.

Ainda em 1997, a experiência de crédito agrário do Projeto São José foi levada ao nível federal, no Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza, conhecido como Projeto Cédula da Terra - PCT, abrangendo os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais. O PCT também contou com financiamento do Banco Mundial e foi finalizado em dezembro de 2002.

Com a aprovação da Lei Complementar No. 93, de 04/02/1998, foi criado o Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, financiado por aportes do Banco Mundial, do governo brasileiro e de outras fontes. O Banco da Terra operou de 1999 a 2003, implantando empreendimentos em 17 dos 27 estados da federação (Ramos Filho, 2008).

Segundo o MDA (2000a, p.15):

As avaliações realizadas até agora mostraram que os custos por família neste programa têm sido inferiores aos do programa tradicional, embora neste caso os agricultores tenham sempre adquirido terras produtivas e com disponibilidade de infraestrutura, enquanto no processo de desapropriação as terras precisam ser consideradas improdutivas.

Este instrumento permite que as famílias interessadas, reunidas em associação, selecionem e adquiram a terra de sua escolha, com crédito fundiário fornecido pelo governo através de um banco. Em seguida, elas recebem uma doação para realizar as obras de interesse coletivo. Neste sistema, o governo não toma decisões em nome dos agricultores: eles próprios tomam todas suas decisões.

Isto os torna mais motivados, mais “donos” do projeto, mais responsáveis pelo seu sucesso. A experiência em vários projetos no Ceará e em outros estados tem mostrado isto.

O governo participa de forma suplementar, de três formas: (a) fornece o crédito para aquisição de terra, a doação para as obras coletivas, e os créditos agrícolas; (b) examina a titularidade das propriedades negociadas, para evitar a aquisição de terras ilegais; e (c) acompanha a evolução do mercado de terras e assessora os interessados no processo de compra, para evitar eventuais compras de terra com preços acima do valor de mercado.

Sendo descentralizado e dependente de decisões dos próprios interessados, este mecanismo tem alto potencial para acelerar o processo da reforma agrária, uma vez que não depende da capacidade burocrática dos órgãos do governo. Contudo, continua a depender da disponibilidade de financiamentos governamentais, quer para o fundo de crédito fundiário, quer para os projetos de infraestrutura coletiva.

Embora essa fosse a expressão da visão oficial em 1998, o modelo do Programa Banco da Terra e de seus antecessores tem sido bastante criticado pelos movimentos sociais dos trabalhadores sem terras e por acadêmicos (Resende e Mendonça, 2005; Ramos Filho, 2008; Guedes, 2010). A principal vertente destas críticas

se manifesta contra a utilização dos mecanismos de mercado (pagamento pela terra) para acesso à terra, em substituição ao mecanismo de desapropriação previsto na Constituição, ainda que o Programa fosse dirigido para as propriedades não passíveis de desapropriação pelo mecanismo constitucional.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF reúne as ações e programas de reordenação fundiária de que trata a Lei Complementar no. 93, de 04 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto no. 4.892, de 25 de novembro de 2003, que, por intermédio de mecanismos de crédito fundiário, visam ampliar a redistribuição de terras, consolidar regimes de propriedade e uso em bases familiares, visando a sua justa distribuição.

O PNCF subdivide-se em duas linhas de financiamento adequadas a cada público: Combate a Pobreza Rural – CPR, que beneficia os trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semiárido Nordeste e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF, que beneficia agricultores familiares sem terra ou com pouca terra.

Segundo o IICA (2010):

O PNCF é executado com recursos provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e outra parte oriunda do Orçamento Geral da União, que no caso da linha de Combate à Pobreza Rural e do adicional Nossa Primeira Terra/CPR, destina recursos para o financiamento não reembolsável dos investimentos comunitários, assim como para a capacitação, a difusão e a avaliação do programa.

A execução do Programa é descentralizada e de responsabilidade dos estados, com participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, Fetraf-Sul e Federações Estaduais de terras... é feita pelas próprias associações dos grupos de beneficiário, com mediação do Estado, as quais têm autonomia na seleção de integrantes e definição e execução dos seus projetos.

Considerando que desde a criação dos primeiros programas de crédito fundiário, como o Cédula da Terra em 1996, já se passaram quatorze anos, e que em 2003 houve o reordenamento na política de crédito fundiário no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, necessita-se, neste momento, de uma avaliação de quais são os Perfis dos Beneficiários Inadimplentes dos principais financiamentos concedidos através do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Visto que em qualquer política de crédito a inadimplência é tida como um dos principais motivos de êxito, o perfil dos inadimplentes dos principais programas de crédito fundiário permitirá aos gestores destes programas o conhecimento acurado e específico dos fatores que preponderam entre os inadimplentes. Com tal conhecimento os gestores do Fundo de Terras e Reforma Agrária poderão adotar mecanismos operacionais e ações nas suas políticas que visem minimizar os efeitos dos fatores preponderantes entre os inadimplentes.

No ano de 2008 a SRA participou da articulação institucional que resultou na Lei 11.775/2008, promulgada em 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), a qual instituiu novas regras, normas e condições para as dívidas agrícolas do país. Os financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária foram inclusos nesta Lei, sendo que interessa ao gestor do Fundo saber se houve adesão dos beneficiários ao processo de renegociação e qual a avaliação deles sobre as condições estabelecidas na referida lei.

2.2. Finalidades e condições de acesso ao financiamento do PNCF-CAF

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF é o conjunto de ações que visa, por intermédio de crédito fundiário, promover o acesso à terra e os investimentos básicos e produtivos, que permitam estruturar os imóveis adquiridos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

O PNCF é composto por duas linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural – CPR, que beneficia os produtores rurais mais pobres, e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF, que beneficia produtores rurais sem terra ou com pouca terra. As linhas CPR e CAF se diferenciam pelos objetivos, pelas condições de elegibilidade e pelo modelo de organização, entre outras características.

A linha de financiamento CAF é composta por dois componentes básicos: a) Subprojeto de Aquisição Terras – SAT: que trata do financiamento da aquisição de imóveis rurais com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, sendo estes reembolsáveis, repassados por meio de contrato de financiamento; e b) Subprojeto de Investimentos Básicos – SIB: que inclui projetos de infraestrutura básica e produtiva propostos pelos trabalhadores rurais, também financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, reembolsáveis, e incluídos no contrato de financiamento.

Os beneficiários do PNCF são parte integrante da Reforma Agrária, podendo, satisfeitas certas condições, como, por exemplo, estar adimplente com o Programa, ter acesso a outros Programas e Linhas de Crédito, entre eles: PRONAF; Minha Casa Minha Vida; Luz Para Todos, Seguro Safra, etc.

Como beneficiário do PNCF, definiram-se os seguintes grupos¹ :

- Trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc.);
- Pequenos produtores e produtoras rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc.) e, que comprovem ter, nos últimos 15 anos, no mínimo 5 (cinco anos) de experiência na atividade rural² ; e
- Proprietários de minifúndios, ou seja, de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4o da Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes propiciar o próprio sustento e o de suas famílias;
- São também elegíveis os jovens e idosos incluídos nessas categorias, exceto os funcionários públicos inativos e os trabalhadores com mais de 65 anos de idade³ ;
- Podem ainda ser beneficiários do PNCF os jovens de 16 anos, legalmente emancipados, com averbação em cartório de Registro de Pessoas Naturais;

Veda-se, no entanto, a concessão de financiamentos para o PNCF-CAF com recursos do Fundo de Terras e da Reforma agrária, àquele que:

- a) Já tiver sido beneficiado com esses recursos, mesmo que tenha liquidado o seu débito;
- b) Tiver sido contemplado por qualquer projeto de assentamento rural ou programa de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como seu respectivo cônjuge;
- c) Exerça função pública, autárquica ou em órgão paraestatal ou, ainda, se achar investido de atribuições para-fiscais;
- d) Dispuser de renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou atividade, superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- e) Dispuser de patrimônio, composto de bens de qualquer natureza, de valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- f) Tiver sido, nos últimos três anos, contados a partir da data de apresentação do pedido ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar; e
- g) For promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança de imóvel rural superior a de uma propriedade familiar.

1) Conforme redação do Manual de Operações do CAF aprovado pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário do CONDRAF, em 12 de agosto de 2010.

2) O prazo de experiência compreende o trabalho na atividade rural exercido até a data do pedido de empréstimo ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, praticado como autônomo, empregado, como integrante do grupo familiar ou como aluno de escola técnica agrícola, Centros Familiares de Formação por Alternância, inclusive similares.

3) De acordo com o manual de Operações do CAF referido acima (nota 2), os Conselhos Estaduais podem aprovar a participação de beneficiários com mais de 65 anos desde que asseguradas a capacidade de implantação do projeto e de pagamentos dos financiamentos.

Na Tabela 1 são apresentados os encargos financeiros praticados pelo PNCF (válidos para as linhas CAF e CPR) em três momentos de decisão do CMN, no período de 2004 a 2010.

Tabela 1: Evolução dos encargos financeiros praticados pelo PNCF no período de 2004 a 2010.

Características do Financiamento	Resolução 3.231, de 26/08/2004		Resolução 3.679, de 29/01/2009		Resolução 3.861, de 27/05/2010	
Limite de Crédito por Beneficiário	R\$ 40 mil		R\$ 40 mil		R\$ 80 mil	
Prazos de Financiamento e Carências						
Valor Financiado, Prazos Máximos de Financiamento e de Carências	até R\$ 15 mil	14 anos; carência 2 anos	até R\$ 15 mil	14 anos; carência 2 anos	até R\$ 30 mil	16 anos; carência 3 anos
	> R\$ 15 mil a R\$ 40 mil	17 anos; carência 2 anos	> R\$ 15 mil a R\$ 40 mil	17 anos; carência 2 anos	> R\$ 30 mil a R\$ 80 mil	20 anos; carência 3 anos
Encargos financeiros	Limite de Crédito	Taxa de Juros	Limite de Crédito	Taxa de Juros	Limite de Crédito	Taxa de Juros
	até R\$ 5 mil	3 % a.a.	até R\$ 5 mil	2 % a.a.	até R\$ 15 mil	2 % a.a.
	> R\$ 5 mil a R\$ 15 mil	4 % a.a.	> R\$ 5 mil a R\$ 15 mil	3 % a.a.	> R\$ 15 mil a R\$ 30 mil	3 % a.a.
	> R\$ 15 mil a R\$ 25 mil	5,5 % a.a.	> R\$ 15 mil a R\$ 25 mil	4 % a.a.	> R\$ 30 mil a R\$ 50 mil	4 % a.a.
	> R\$ 25 mil	6,5 % a.a.	> R\$ 25 mil	5 % a.a.	> R\$ 50 mil	5 % a.a.
Bônus de Adimplência						
Limitador do Bônus	Teto de R\$ 1.000 por parcela anual de amortização		Teto de R\$ 1.000 por parcela anual de amortização		Teto de R\$ 1.300 por parcela anual de amortização	
Bônus por Região	Fixo	Negociação	Fixo	Negociação	Fixo	Negociação
Região semi-árida do Nordeste e área da Adene nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo	40%	10%	40%	10%	40%	10%
Restante da Região Nordeste	30%		30%		30%	
Regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste, exceto São Paulo	18%	5%	18%	5%	18%	
Região Sul e São Paulo	15%		15%			

2.3. Questões de pesquisa

A inadimplência e outras formas de desempenho insatisfatório de programas de crédito e incentivo a inovação pode ocorrer em função das próprias características e normas dos programas ou da forma como são gerenciados.

Hipóteses formuladas sobre alguns fatores podem servir de base para gerar questões orientadoras deste estudo:

- a) Existem discrepâncias entre as normas e regras dos programas de crédito e as tradições dos produtores, ou com a forma como os mesmos gerenciam a aplicação dos recursos financeiros em suas atividades produtivas?
- b) As regras do programa e as datas para pagamento são conhecidas pelos tomadores do crédito? O fluxo de informação é eficiente e acessível aos beneficiários?
- c) O processo de seleção dos beneficiários é adequado e foi executado de acordo com as normas estabelecidas?
- d) Qual o impacto sobre a inadimplência de políticas de anistia e de relações clientelistas?
- e) O acesso ao PRONAF e demais políticas públicas foi adequado para proporcionar: bom desempenho aos programas; qualidade aos projetos produtivos, assim como qualidade à implementação dos projetos?
- f) A qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi satisfatória?
- g) A adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008 e ao processo de regularização, premissa para a renegociação, foi satisfatória?
- h) Qual a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008 e seu impacto sobre a inadimplência?

Objetivos do Estudo



3. Objetivos do Estudo

O estudo teve como propósito traçar um perfil dos beneficiários inadimplentes do Programa Banco da Terra e das linhas CAF e CPR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, determinando as causas associadas a essa situação indesejada.

Consistiu em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária, composto por um conjunto de variáveis que influenciam o comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento.

O principal produto do estudo é o conhecimento dos fatores intrínsecos e extrínsecos associados a inadimplência nos financiamentos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para definir estratégias de aprimoramento dessas políticas de desenvolvimento setorial.

O conhecimento gerado pela pesquisa permitirá desenhar estratégias de aprimoramento destas políticas de desenvolvimento setorial.

A pesquisa teve como objetivos específicos analisar os seguintes pontos:

- Qualidade dos fatores de capacidade produtiva dos empreendimentos, como a qualidade da terra, acesso e qualidade da água;
- Acesso às políticas públicas, como o acesso ao PRONAF A (crédito de investimento econômico-produtivo) e análise sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como a situação geográfica dos empreendimentos e sua distância dos mercados;
- Fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades na qual os entrevistados residam;
- Qualidade de vida dos beneficiários, como acesso à educação, saúde e transportes. Situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água;
- Qualidade de implementação dos projetos sob a ótica dos beneficiários. Análise sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras;
- Adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos interessa avaliar o processo de regularização que é uma premissa para a renegociação. Nos projetos coletivos também interessa avaliar a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.

Marco Conceitual e Metodológico



4. Marco Conceitual e Metodológico

4.1. Marco conceitual

O objetivo final de um programa de capitalização de produtores rurais é a adoção de inovações, principal fator de promoção de desenvolvimento social e econômico. O financiamento para a capitalização das comunidades rurais é uma forma de criar condições econômicas para que a inovação ocorra, e como consequência o desenvolvimento social e econômico.

Inovação é definida neste estudo como qualquer mudança de natureza tecnológica ou gerencial, adotada pelos produtores rurais, que aperfeiçoe o trabalho e a renda destes produtores.

Esta mudança pode ser a simples adoção de implementos já adotados por outros pequenos produtores, mas ainda desconhecida do grupo social adotante. Ou técnicas simples de planejamento, que este grupo não utilizava em sua atividade produtiva.

O estudo consiste em um abrangente processo de avaliação de desempenho comparativo do Fundo de Terras e Reforma Agrária, ou seja, as duas linhas do PNCF e do Banco da Terra, a partir um conjunto de variáveis interferentes no comportamento dos tomadores de crédito desses programas de financiamento. Alguns destes fatores foram discutidos em artigos como os de Mota (1997), Schmitz e Mota (2007) e podem ser agrupados da seguinte forma (Galjart, 1971):

- a) fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer);
- b) fatores referentes a conhecimento e capacitação dos beneficiários (o saber fazer);
- c) fatores relacionados com o entorno componente da realidade destes beneficiários (o poder fazer);
- d) fatores relacionados com a adequação e gerencia da execução dos programas de financiamento.

A estruturação do estudo de avaliação dentro desse marco lógico tem a vantagem de proporcionar respostas que definem diferentes tipos e naturezas de ações corretivas posteriores, caso determinadas causas possam ser identificadas em cada um desses grupos. Ademais, a avaliação de variáveis em cada um deles demanda estratégias metodológicas distintas, com formas de abordagens metodológicas específicas para cada caso, em função das particularidades que apresentam.

Essas particularidades e suas implicações sobre a estratégia metodológica da avaliação são examinadas na sequência, confrontando-as com os objetivos específicos do estudo.

4.1.1. Fatores culturais e atitudinais dos beneficiários (o querer fazer)

Os mutuários/beneficiários de um programa de crédito (ou seja, os beneficiários da ação dos programas em avaliação) tomam suas decisões baseado em valores e crenças que em muitos casos governam as suas atitudes frente à inovação e aos instrumentos de incentivo a inovação, como é o caso do crédito para financiamento de suas atividades. Assim, determinados comportamentos frente a estes mecanismos de desenvolvimento podem ser explicados sob a égide do Querer, ou seja, a atitude positiva ou negativa frente a determinado mecanismo de desenvolvimento é governada por uma crença ou valor do produtor.

Exemplificando esse conceito, um alto percentual concentrado de inadimplência em um programa de financiamentos, como o encontrado em determinadas regiões, poderia ser explicado pela crença individual e/ou coletiva que o “recurso do financiamento é uma contribuição a fundo perdido do Estado para o produtor ou para as comunidades” e não deve ser pago.

O estudo da adoção de inovações em comunidades de baixo perfil de educação tem revelado que crenças e valores podem representar fortes obstáculos ao sucesso da difusão de inovações no setor rural e dos programas de estímulo a inovação, como os atuais programas de crédito avaliados.

Na coleta de informação primária a ser conduzida pela metodologia aplicada, será avaliada qual a influência dos valores e crenças dos mutuários/beneficiários inadimplentes dos Programas em relação a sua condição de inadimplência.

4.1.2. Fatores referentes a conhecimento e capacitação (o saber fazer)

Outro conjunto de fatores inibidores da inovação e que pode influenciar de forma negativa um programa de crédito direcionado para essa finalidade é o conhecimento e a capacidade de inovar do beneficiário, aqui representado por Saber fazer. Neste caso, estão envolvidos os fatores de capacidades e habilidades pessoais dos produtores e de suas famílias, para gerenciar e para executar as tarefas dos processos produtivos relacionadas com o financiamento obtido.

A inadequada capacidade dos tomadores de crédito é um fator de insucesso da inovação no meio rural e um possível fator de inadimplência dos tomadores de financiamento. Por essa razão, a metodologia deve abranger o levantamento das capacidades dos tomadores do crédito na execução e gerência das suas atividades produtivas e nas suas relações com os mercados de insumos e de produtos, e da influência desses fatores na inadimplência dos programas de crédito avaliados.

Os resultados dessa avaliação indicam possíveis estratégias de capacitação de mutuários/beneficiários e de mão de obra em temas sensíveis, como forma de melhoria do retorno dos valores financiados.

4.1.3. Fatores relacionados com o entorno componente da realidade (o poder fazer)

O entorno social, econômico e ambiental exerce forte influência sobre a inovação. Fatores relativos à qualidade natural dos empreendimentos, como a qualidade da terra e o acesso à água; fatores que levam à formação do capital social e níveis de organização das comunidades onde os entrevistados residem; a situação geográfica dos empreendimentos, sua distância dos mercados e a logística de escoamento; a qualidade de vida dos beneficiários como acesso à educação, saúde e transportes; situação da infraestrutura social nos empreendimentos como casa, banheiro, luz e água são alguns dos fatores do entorno que influenciam a capacidade do produtor rural em inovar, ou seja, o Poder fazer.

Obviamente, muito dos insucessos em programas de incentivo a inovação (e, por analogia, ao desempenho deficiente de programas de crédito associados à inovação) são causados por múltiplas influências desses fatores do entorno. Identificar precisamente tais fatores pode constituir-se em referência para a formulação de políticas públicas complementares aos programas de financiamento (ou mesmo readequação dos fundamentos e normas desses programas) para aliviar as limitações encontradas e dessa forma reduzir a inadimplência.

A implicação decorrente desse conjunto de fatores sobre a formulação da metodologia incide na necessidade de inclusão nos instrumentos de coleta de informação primária de uma avaliação externa da influência desses fatores de entorno social, econômico e ambiental na inadimplência e na inovação.

4.1.4. Fatores relacionados com a adequação e gerência dos programas de financiamento.

A inadimplência e outras variantes de desempenho reduzido de programas de crédito e incentivo a inovação pode ocorrer em função das próprias características e normas dos programas ou da forma como são gerenciados.

Frequentemente, as normas e regras dos programas de crédito colidem com as tradições dos produtores ou com a forma como os mesmos gerenciam a aplicação dos recursos financeiros em suas atividades produtivas. Muitos desconhecem as regras do programa e as datas para pagamento, por falta de um fluxo de informação eficiente. Há casos relatados de empréstimos feitos a pessoas não enquadráveis como agricultores familiares. Há relatos de relações clientelistas em determinadas regiões onde a inadimplência é alta e de casos de políticas de anistia que reforçam a inadimplência nessas regiões (MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, 2006)

Para estabelecer a influência desses fatores sobre a inadimplência, foram empregados instrumentos de coleta de informação secundária e primária sobre o acesso dos agricultores às políticas públicas, como o PRONAF A (crédito de investimento econômico-produtivo); sobre a qualidade dos projetos produtivos, assim como sobre a qualidade de implementação dos projetos sob a ótica dos beneficiários. Essa análise inclui a reflexão sobre a qualidade do acompanhamento que os beneficiários receberam: rede de apoio, assistência técnica, organizações sociais como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, etc.

Também foi considerada a análise da adesão dos beneficiários ao processo de renegociação de dívidas autorizado pela Lei 11.775/2008. Nos projetos coletivos foi também avaliado o processo de regularização, premissa para a renegociação, e a adesão ao processo de individualização dos contratos autorizado pela Lei 11.775/2008.

Analisando-se a questão da inadimplência por uma perspectiva sistêmica, pode-se interpretar que as dimensões de querer, saber e poder, propostas por Galjart (1971), originam-se de sistemas socioeconômicos que interagem, condicionando, favorecendo ou restringindo o desempenho dos beneficiários do crédito fundiário. Esta associação entre os fatores que explicam a inovação e a ação dos sistemas envolvidos permite a formulação de modelo conceitual das relações entre estes sistemas e o desempenho resultante, permitindo, além disto, a especificação mais adequada das variáveis envolvidas.

Os empreendimentos operados pelos beneficiários (e o seu desempenho, que também se relaciona à sua condição de inadimplência ou de adimplência), sofrem influências de suas próprias características, e ainda de outros fatores originados em seu ambiente.

A compreensão destas influências é extremamente relevante para o desenho da presente pesquisa. No ambiente dos empreendimentos operados pelos beneficiários, os sistemas estão relacionados às dimensões de poder, propostas por Galjart (1971); as dimensões de saber e querer, por sua vez, estão relacionadas aos próprios empreendimentos, na proposta daquele autor.

Uma breve descrição destes sistemas pode tornar um pouco mais claras as prováveis influências sobre inadimplência, originadas em todos estes sistemas (inclusive o de empreendimentos individuais ou coletivos):

- Meio ambiente onde os sistemas produtivos operam: estes sistemas naturais oferecem condições que favorecem ou limitam a qualidade de vida e de trabalho, dos beneficiários; recursos naturais (água, solos, fauna, flora), base para a vida humana e para a exploração agropecuária, são ofertados por estes sistemas.
- Mercado a que os empreendimentos atendem: a renda obtida por estes sistemas é, em parte, resultante de venda de produtos e serviços para estes mercados. A relação entre mercados e empreendimentos (formas, acesso, produção a eles destinada) pode apresentar-se de tal forma a favorecer uma melhor eficiência destes sistemas (e, portanto, uma maior probabilidade de adimplência), ou vice-versa.

- Sistemas de financiamento (linhas de crédito): estes sistemas estabelecem as condições de elegibilidade e de crédito, para os beneficiários; e fornecem capital aos seus empreendimentos.
- Sistemas de gestão locais: estes sistemas divulgam os programas de crédito fundiário, orientam a formulação da proposta, verificam as condições do imóvel, monitoram a execução dos projetos de financiamento, aprovam mudanças em contratos; fornecem algumas das condições de apoio ao sucesso destes projetos (por exemplo, por meio de habilitação de empresas para capacitação inicial de beneficiários potenciais e de assistência técnica a beneficiários aprovados).
- Rede de apoio: sistema formado por sindicatos, ONGs, movimentos sociais e organizações de assistência técnica e extensão rural (ATER), que realizam a mobilização inicial de potenciais beneficiários e avaliam a demanda por terra, deste grupo de atores. Embora não tenha um papel formal, durante a execução do projeto, sua atuação pode também ocorrer durante este período, pela própria natureza destas organizações. Por esta razão, podem ser importante influência sobre a adimplência dos beneficiários.
- Recursos locais: conjunto de sistemas que garantem serviços de diversas naturezas, tanto para a qualidade de vida dos beneficiários como para o desempenho dos seus empreendimentos (água, luz, escolas, atendimento de saúde, telefone, assistência técnica).
- Sistemas de logística e acesso: sistemas que permitem acesso à propriedade e desta às vias de escoamento de sua produção;
- Empreendimentos operados pelos beneficiários: são em princípio sistemas orientados à produção agropecuária (embora outras atividades econômicas possam ocorrer, dentro dos imóveis financiados e à obtenção de renda).

Dentro destes sistemas (empreendimentos individuais ou coletivos), são importantes influências as características dos beneficiários e de suas famílias, e as atividades econômicas escolhidas. Uma característica destes sistemas consiste no capital social emergente das interações entre os atores envolvidos.

A variável de interesse para esta pesquisa (adimplência/inadimplência) é resultante da operação destes sistemas e das influências dos demais sistemas já descritos.

Todos os sistemas socioeconômicos citados podem ser descritos por diferentes variáveis, conforme mostrado na Tabela 2. Há ainda outras variáveis que caracterizam empreendimentos coletivos, organizados por meio de associações (pessoas jurídicas), variáveis estas apresentadas na Tabela 3.

Tabela 2: Variáveis componentes em instrumentos de levantamento de dados

SISTEMA SÓCIO-ECONÔMICO RELACIONADO À INADIMPLÊNCIA	CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (LISTA PRELIMINAR)
Meio Ambiente	Características agro-ecológicas do imóvel financiado	Características: tamanho, fontes de águas disponíveis para consumo humano, animal e de plantios; qualidade de solos
Mercados a que atende	Relações com mercados atendidos	Destino da produção, quantidades vendidas, vendas diretas/intermediadas, preços recebidos, compradores principais, demandas dos compradores
Sistemas de financiamento	Características do financiamento assumido	Características: valor inicial, saldo devedor atual, preço da terra anterior e atual, parcelas vencidas, características de gestão do financiamento; Se inadimplente: impactos sobre a inadimplência; Renegociação do financiamento (Lei 11.775): conhecimento da Lei, adesão à Lei, satisfação com renegociação; Se não renegociou: razões da decisão; satisfação com a decisão;
Rede de apoio	Suporte social aos beneficiários	Disponibilidade, frequência, qualidade, e confiabilidade de diversos serviços recebidos de sindicato, Assistência Técnica, outras fontes, principalmente: 1) facilitação de acesso ao crédito; 2) articulação entre atores envolvidos no processo de financiamento; 3) capacitação inicial sobre o financiamento; 4) orientação técnica para o projeto agropecuário.
Recursos locais	Serviços públicos	Disponibilidade de serviços de água, luz, telefone, esgoto, saúde, escola, transporte e condições destes serviços (por exemplo, distância do imóvel até postos de saúde, escolas, facilidade de transporte);
Sistema de logística e acesso	Infra-estrutura e Transporte	Principais vias utilizadas, condições de estradas vicinais e principais, distância até o mercado, forma de transporte utilizada, dificuldades de acesso a fontes de fornecimento de insumos, serviços e mercados.
Empreendimento operado pelo beneficiário	Identificação e caracterização do Beneficiário	Sexo, idade, etnia, escolaridade, ocupação, responsabilidade pelo domicílio (chefia da família), patrimônio anterior e atual, condição de adimplência
	Características dos moradores do domicílio	Adultos e crianças: Sexo, idade, escolaridade, ocupação, parentesco com o beneficiário;
	Características do imóvel onde exerce sua atividade econômica	Localização: região, Estado, município, região de convivência com a seca, endereço, distância da sede do município; Infra-estrutura existente no imóvel (antes e depois do financiamento) etc.): moradia; armazenamento de água; armazenamento da produção agrícola/animal; área para produção animal/vegetal; Escolha do imóvel: orientação recebida, razão da escolha, avaliação sobre escolha.
	Caracterização da produção rural e seu desempenho	Características: Tempo de exploração neste imóvel, tipo de exploração, experiência anterior com cada tipo de exploração atual; área destinada a cada tipo de exploração; Gestão da produção atual: responsabilidade, capacitação, atividades de gestão; Desempenho: gastos anuais com a exploração; produção anual, desempenho de cada exploração; Usos da produção: auto-consumo, segurança alimentar da família durante o ano, venda
	Caracterização da renda familiar	Rendas de atividades econômicas (agropecuárias ou de outra natureza); indicadores indiretos de rendimento; renda familiar anterior e atual.
	Participação em outros programas sociais	Identificação de programas, situação de adimplência em outros programa, razões para inadimplência;
	Custos fixos mensais do imóvel e do domicílio;	Identificação de custos fixos: dívida do crédito fundiário e/ou de outros programas sociais, serviços de água, luz, telefone, alimentação, vestiário, transporte, escola
	Capital Social	Fontes de apoio para atividades requeridas pelo empreendimento, participação em decisões comunitárias e sua implementação, intercâmbio de experiências (em gestão, comercialização, produção, educação dos filhos, etc.)
	Percepção sobre ina-dimplência/adimplência	Influências sobre a condição atual (inadimplência/adimplência): Renda, orientação recebida, exemplos de outros inadimplentes, outras dívidas, etc.
	Qualidade de vida antes do financiamento e no presente	Habitação, renda, escola, transporte, acesso a bens de consumo, alimentação, saúde, acesso a serviços (água, luz, telefone, esgoto).

Tabela 3: Variáveis em instrumentos de levantamento de dados junto a associações

CATEGORIAS DE VARIÁVEIS	VARIÁVEIS COMPONENTES (LISTA PRELIMINAR)
Características da associação	Número de famílias no presente, tempo de formação, situação de adimplência/inadimplência da associação, valor inicial do financiamento total, saldo devedor global atual
Mudanças na composição de beneficiários.	Número de famílias quando da formação da associação, desvinculação da associação (número e razões), entrantes após a formação, venda de imóvel (quantos, quando, a que preço), impactos de mudanças sobre a atuação da associação
Papéis da associação	Escolha do imóvel, articulação com outros atores (Rede de apoio, UTEs, Banco, MDA), negociação com vendedores, agilização de processos de financiamento, compra coletiva de insumos, venda da produção, obtenção de assistência técnica, organização de frentes de benfeitorias coletivas (mutirões), orientação aos associados, capacitação dos associados em temas específicos; desempenho da associação nestes papéis, organização da produção e da gestão coletivas, estratégias para garantir adimplência.
Formas de mobilização de associados	Eventos, graus de participação em discussões e em decisões (que decisões), participação em trabalhos comunitários (grau de participação, frequência destes trabalhos), motivos para não-participação;
Participação de outros atores em reuniões e decisões da associação	Tipo de atores, tipo de participação, influencia sobre decisões, avaliação da interação com outros atores do CF, dificuldades encontradas
Condição de adimplência de associados.	Razões para a condição (em geral); Avaliação de caso de beneficiário inadimplente vinculado à associação

4.2. Metodologia

No presente trabalho, a estratégia metodológica adotada baseou-se na aplicação de técnicas de coleta, processamento, análise e síntese de informação secundária e primária a partir da análise diagnóstica sistêmica do desempenho passado e presente do sistema estudado.

O sistema considerado é o universo de agricultores familiares beneficiários dos Programas Banco da Terra e das linhas CAF e CPR, do Programa Nacional de Crédito Fundiário, principalmente o segmento de beneficiários inadimplentes. O desempenho do sistema é definido como a taxa de restituição dos financiamentos (taxa de adimplência ou inadimplência do Programa).

Foram aplicadas no estudo técnicas de análise de sistemas e de modelagem, de indução de criatividade e participação.

A maior parte do esforço na execução da metodologia foi aplicada na coleta de informação primária e secundária. Tal esforço contemplou a coleta de informação já disponível (informação secundária), de forma a constituir um acervo de informação sobre o desempenho do sistema estudado. Essa base permitiu a determinação dos vazios de informação, ou seja, da informação não disponível para responder as questões propostas no estudo. Esse conhecimento foi usado para formular a estratégia de coleta de informação primária (informação coletada junto aos beneficiários e conhecedores do Programa) e para formular os mecanismos e instrumentos de coleta de informação.

Na sequência, a execução da metodologia é detalhada por etapas, em ordem cronológica.

4.2.1. Execução da metodologia e respectivos produtos

A execução da metodologia foi realizada em quatro etapas; cada etapa envolveu um conjunto de atividades. Estas etapas e atividades são descritas a seguir.

ETAPA 1: Desenvolvimento e redação do plano de trabalho

Atividade 1.1 - Levantamento inicial de informação secundária: esta atividade envolveu a busca de informações no Brasil, sobre o sistema estudado e indicadores socioeconômicos de desempenho do financiamento da agricultura familiar, com foco nos Programas objeto da avaliação. O levantamento cobriu fontes de informação escrita e eletrônica, constituídas por relatórios, estudos técnicos, artigos técnico-científicos e leis e normas técnicas sobre o financiamento da agricultura familiar, a inovação induzida no sistema e sobre desempenho de programas de financiamento na agricultura familiar. Foram recuperadas e analisadas as bases de dados da Secretaria de Reordenamento Agrário sobre o avanço dos programas de financiamento nos Estados alvo da pesquisa.

Produto desta atividade: base de informação quantitativa disponível sobre os programas de crédito fundiário do MDA.

Atividade 1.2: Modelagem dos sistemas envolvidos, Programas Banco da Terra e das Linhas CAF e CPR: A partir do conhecimento obtido durante a coleta de informação secundária, foi construído um modelo inicial dos sistemas envolvidos, com todos os seus componentes, e a identificação de variáveis que atuam sobre o desempenho (adimplência/inadimplência) do sistema de empreendimentos beneficiários. Este modelo preliminar foi usado para orientar o detalhamento do projeto de estudo e os focos, métodos específicos e instrumentos de pesquisa a construir, com indicações de possíveis conteúdos.

Produto desta atividade: modelo do sistema construído, o qual foi aplicado na formulação do Plano de Trabalho de estudo.

Atividade 1.3: Elaboração de Plano de Trabalho detalhado: O Plano de Trabalho foi desenvolvido a partir da proposta inicialmente aprovada, tendo como base a informação consolidada nas atividades 1.1 e 1.2. Corresponde ao principal instrumento institucional de planejamento e de gestão de atividades e esforços do estudo e elemento de grande importância para direcionamento dos resultados esperados. Contem, de forma detalhada, a descrição dos produtos e planejamento técnico das ações desenvolvidas.

Produto desta atividade: Plano de Trabalho desenvolvido e apresentado em documento específico, a partir do modelo e das informações levantadas nas demais atividades.

ETAPA 2: Construção e validação de instrumentos de coleta de informação primária

Atividade 2.1: Aperfeiçoamento do modelo conceitual por meio de entrevistas: Consistiu na realização de entrevistas com aplicação de formulários semi-estruturados a especialistas (conhecedores-chave ou informantes-chave) em financiamento e desenvolvimento da agricultura familiar, para obtenção de informação sobre temas técnicos específicos ou para validação de conceitos e instrumentos desenvolvidos no trabalho. Além da sua particular experiência e reputação em um desses campos de trabalho, estes especialistas foram selecionados pelo seu envolvimento e experiência com os Programas de crédito fundiário, o Banco da Terra, CPR e CAF.

As entrevistas foram conduzidas pela equipe técnica executora do estudo. Para tornar o conhecimento mais abrangente, as entrevistas foram aplicadas na coordenação central dos Programas, a SRA/MDA, a técnicos das diversas áreas de coordenação da Secretária, e nas Unidades Técnicas Estaduais (UTES) do MDA, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão, estados alvo do estudo. Nestes estados foram também entrevistados profissionais da assistência técnica e extensão rural pública (EMATER) e privada, que tiveram envolvimento técnico e gerencial com os programas de crédito fundiário.

Foram elaborados roteiros de entrevista e as questões levantadas foram orientadoras da elaboração dos formulários posteriormente utilizados no levantamento de informação junto aos produtores familiares beneficiários dos programas de crédito fundiário.

As entrevistas foram analisadas e seus resultados permitiram uma primeira aproximação sobre os fatores causais da inadimplência no Programas avaliados.

Produto desta atividade: modelo conceitual aperfeiçoado e detalhado, de relações entre fatores causais e inadimplência.

Atividade 2.2: Elaboração de formulários, validação e capacitação da equipe de aplicação em campo. O survey se caracteriza pela aplicação de um instrumento de pesquisa, geralmente um questionário ou, como no presente estudo, um formulário de entrevista com questões preferencialmente fechadas a uma amostra estatisticamente representativa de determinado universo de indivíduos. Na Tabela 4 apresenta-se a estrutura geral do instrumento utilizado neste estudo.

Tabela 4: Estrutura dos instrumentos de pesquisa (roteiros de entrevista)

Conteúdo	CPR (coletivo)	BT (coletivo)	BT (Individual)	CAF (Individual)
INFORMAÇÃO SOBRE A ENTREVISTA	X	X	X	X
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	X	X	X	X
CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO	X	X	X	X
CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	X	X	X	X
REDE DE APOIO E CAPITAL SOCIAL	X	X	X	X
RECURSOS LOCAIS	X	X	X	X
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL	X	X	X	X
CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL	X	X	X	X
CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR	X	X	X	X
QUALIDADE DE VIDA NO EMPREENDIMENTO	X	X	X	X
DESEMPENHO ECONÔMICO DO EMPREENDIMENTO	X	X	X	X

Além da definição da amostra, a qualidade da informação obtida depende da elaboração de um formulário que cubra todos os temas pertinentes para a consecução dos resultados planejados e que seja aplicado de forma eficaz. Para garantir a obtenção de qualidade de informação os instrumentos de pesquisa foram elaborados em versões sucessivas, sendo aprimorados a partir de sessões de críticas e revisões.

Como parte dessa revisão, versões preliminares dos quatro formulários elaborados (Empreendimentos Coletivos CPR, Empreendimentos Coletivos BT, Empreendimentos Individuais BT, Empreendimentos Individuais CAF) foram submetidas à equipe técnica da SRA/MDA para análise e sugestões, que resultaram em modificação de questões, alterações em sequências e inclusão de novas questões, e incorporando-se as sugestões negociadas em reuniões de consolidação dos instrumentos.

Preparada as versões preliminares dos quatro instrumentos (protótipos de formulários de entrevista) estes passaram por uma validação formal (teste de campo), com a participação da equipe de aplicadores. Esta validação foi realizada em um dos municípios onde o Programa está em execução: Formosa, em Goiás. A partir dos resultados desse evento, foram incorporadas as mudanças demandadas pelo resultado da pesquisa piloto e produzidas as versões finais dos formulários.

Preparada as versões preliminares dos quatro instrumentos (protótipos de formulários de entrevista) estes passaram por uma validação formal (teste de campo), com a participação da equipe de aplicadores. Esta validação foi realizada em um dos municípios onde o Programa está em execução: Formosa, em Goiás. A partir dos resultados desse evento, foram incorporadas as mudanças demandadas pelo resultado da pesquisa piloto e produzidas as versões finais dos formulários.

Produto desta atividade: instrumentos de levantamento de informação primária validados e ajustados.

ETAPA 3: Coleta de informação primária junto aos beneficiários amostrados

Atividade 3.1: Survey: Consistiu de levantamento de campo junto à amostra representativa do universo estudado (ou seja, empreendimentos beneficiários dos Programas Banco da Terra e das Linhas CAF e CPR), sobre características do sistema e seu desempenho, e sobre a influência do entorno do sistema nesse desempenho. Este levantamento utilizou os formulários validados para cada Programa, como roteiros de entrevistas estruturas com representantes de cada empreendimento. O questionário utilizado na pesquisa sobre o PNCF-CAF é apresentado no Anexo 1.

O uso de cada um desses formulários de entrevista variou de estado a estado, sendo realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão contratante, o MDA. Como Estados alvo da pesquisa foram indicados os Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte no Nordeste, Goiás e Mato Grosso no Centro Oeste e Paraná e Rio Grande do Sul, na Região Sul.

Ao revisar a base de dados sobre beneficiários adimplentes e inadimplentes, identificou-se que a amostragem definida pelo Contratante pode ser considerada uma amostragem por conglomerado em múltiplos estágios, o primeiro deles sendo a de Estados alcançados pelos Programas de Crédito Fundiário. O tamanho da amostra foi determinado pelo Contratante do Projeto, o MDA, que também indicou o número de entrevistas por Programas, Estados e Municípios. Desta amostragem previamente estabelecida, no entanto, só constavam empreendimentos inadimplentes.

A consultoria sugeriu então a amostragem de pequeno grupo de empreendimentos adimplentes, que deveria servir como um grupo de controle, para as análises realizadas com os empreendimentos inadimplentes (foco do presente estudo). Para tanto, foi tomada como base a distribuição por estado, por linha de crédito e por tipo de contrato, destes adimplentes; além disto, em cada estado/linha/tipo de contrato, determinou-se um total de um terço de inadimplentes, como número aproximado para o grupo de adimplentes em contratos coletivos; e um total de um quarto de inadimplentes, como número aproximado para o grupo de adimplentes em contratos individuais. A distribuição completa de inadimplentes e adimplentes, por Estado, linha de crédito e tipo de contrato é apresentada na Tabela 5.

Embora a amostra programada de inadimplentes correspondesse a 270 amostrados (60 em contratos coletivos e 210 em contratos individuais), o total de entrevistas – no caso dos contratos coletivos inadimplentes – correspondeu a 118 entrevistas (em 59 empreendimentos), pois foram ouvidos, em cada associação, um representante da diretoria, e um associado sorteado aleatoriamente. Assim, o total de entrevistas programadas correspondeu a 401 entrevistas, sendo 330 delas referentes a inadimplentes, e 71 ao grupo de adimplentes.

Tabela 5: Plano amostral da pesquisa: número de entrevistas, por programa e Estado

PROGRAMA	ESTADOS	Empreendimentos inadimplentes		Empreendimentos adimplentes		TOTAL GERAL DE ENTREVISTAS REALIZADAS
		Coletivo	Individual	Coletivo	Individual	
BT	GO	10	20	1	7	48
	PR	0	81	0	21	102
	Total parcial BT	10	101	1	28	150
CAF	MT	0	47	0	15	62
	RS	0	59	0	18	77
	Total parcial CAF	0	106	0	33	139
CPR	MA	19	0	10	0	48
	PI	15	0	8	0	38
	RN	15	0	5	0	35
		49	0	23	0	121
TOTAL		59	207	24	61	410
Número de entrevistados por empreendimento		2	1	1	1	
Total de entrevistas por empreendimentos coletivo e individual		118	207	24	61	410

No total, foram aplicados 410 questionários, sendo:

- ➔ Goiás – 48 questionários em 4 municípios.
- ➔ Paraná – 102 questionários em 5 municípios.
- ➔ Mato Grosso – 62 questionários em 5 municípios.
- ➔ Rio Grande do Sul – 77 questionários em 6 municípios.
- ➔ Piauí – 38 questionários em 5 municípios.
- ➔ Maranhão – 48 questionários em 3 municípios.
- ➔ Rio Grande do Norte – 35 questionários em 4 municípios.

Desses, para o PNCF-CAF foram aplicados os 62 questionários em Mato Grosso e os 77 questionários no Rio Grande do Sul, compondo os 139 beneficiários da amostra.

O segundo estágio da amostragem consistiu na identificação de municípios, nos Estados selecionados, que participariam da amostra; a escolha destes municípios foi feita por probabilidade proporcional ao tamanho (isto é, ao total de inadimplentes em cada município). A razão para esta seleção foi exatamente identificar atributos do beneficiário inadimplente em municípios onde esta condição ocorre em maior quantidade (o que pode indicar a influência de variáveis fortemente vinculadas ao próprio município). Este procedimento de seleção da amostra visou aumentar sua representatividade e a eficiência da coleta, e tornar mais fácil a reposição de entrevistados selecionados, em caso de recusa, endereço incorreto, etc.

Finalmente, em cada município amostrado os empreendimentos nas diversas categorias (individual, coletivo, adimplentes e inadimplentes) foram selecionados por sorteio, dentre as listas fornecidas pelo MDA de empre-

endimentos financiados, sendo a amostra composta por um número proporcional ao total de empreendimentos nos municípios selecionados.

Na ocorrência de não ser encontrado o entrevistado inicialmente selecionado, o entrevistador aplicou as seguintes regras de substituição:

- Buscar o seu vizinho mais próximo, nas mesmas condições em relação ao pagamento do financiamento (adimplente ou inadimplente).
- No caso da não existência dessa alternativa no mesmo município, buscar um entrevistado DE MESMA CATEGORIA (adimplente/ inadimplente e mesmo Programa - CPR, BT ou CAF) no município vizinho, dentro da relação de municípios fornecida pela Coordenação.

O levantamento foi realizado na maioria dos casos por duplas de aplicadores, constituídas por um pesquisador de campo e por um ajudante de pesquisa (nível médio).

Para realizar esta coleta, foi importante também a definição de plano de logística, visando a otimização de rotas para realização do levantamento.

Produto desta atividade: Coleta de dados estruturados realizada pronta para ser incorporada a bancos de dados do estudo.

Atividade 3.2: Diagnóstico Rural Rápido (RRA): Esta técnica de pesquisa, oriunda de Universidades e organizações de desenvolvimento européias, é empregada para coleta de informação qualitativa sobre percepções de atores e geração de conhecimento quando a representatividade estatística não é uma questão preponderante. No presente trabalho, foi aplicada para elucidação de temas adjacentes as questões centrais do estudo, sobre as quais a percepção dos entrevistadores seja relevante e as questões sejam comuns a conjuntos de produtores (por exemplo, qualidade da logística e da infraestrutura disponível para apoiar a produção, adequação das escolhas de alternativas de produção pelos produtores, qualidade dos projetos e da assistência técnica recebida pelos produtores, etc.).

O RRA é aplicado por diversas técnicas, como questões abertas, diagramas, cronogramas, métodos de escores para priorização e suas ferramentas são aplicadas de acordo com a natureza da informação a coletar.

Produto desta atividade: Coleta de informação primária qualitativa realizada.

ETAPA 4: Análise de dados e redação de relatórios

Atividade 4.1: Processamento e análise da informação. Banco de dados: A informação coletada foi processada para bancos de dados eletrônicos por digitadores preparados para a atividade. Foi elaborado um Manual do Digitador e realizado um treinamento prévio para os digitadores, baseado nesse Manual.

Para cada um dos quatro formulários existentes foi criada uma planilha Excel específica, estabelecendo uma relação direta entre os formulários preenchidos e o trabalho de digitação. Esta planilha define ainda a estrutura e organização dos bancos de dados e as variáveis derivadas das perguntas dos formulários.

Em cada planilha havia instruções sobre variáveis criadas e saltos (isto é, condições em que é permitido “saltar um conjunto de questões especificadas”, a depender de uma resposta a uma questão anterior a este conjunto). Os saltos foram checados pelo digitador e se existiam respostas faltando (isto é, que NÃO deveriam ser saltadas), havia uma instrução específica de procedimento.

A informação organizada em bancos eletrônicos de dados, foi em seguida submetida a análise estatística.

Além das informações coletadas por formulários estruturados, a informação resultante do Diagnóstico Rural Rápido também foi analisada, por métodos adequados a este tipo de informação (por exemplo, análise de conteúdo, Bardin (1977)).

Produto desta atividade: análises estatísticas (descritivas e inferenciais) e qualitativas realizadas e síntese dos resultados obtidos.

Atividade 4.2: Divulgação e Debate dos Resultados do Estudo e de Recomendações Propostas: Esta divulgação e debate ocorreram durante o IV Seminário do PNCF, realizado em Brasília, em novembro/dezembro de 2011. Deste Seminário participaram beneficiários, representantes das UTEs e da rede de apoio (Fetraf, Contag, agentes financeiros, de assistência técnica) e do MDA. Envolveu a apresentação dos resultados dos estudos, da proposição de políticas, e a discussão sobre sua implementação. Por isto, esta reunião foi realizada após a conclusão da análise da informação secundária e primária.

Produto desta atividade: Análise dos dados validada e ajustada, estratégias para o desenvolvimento definidas.

Atividade 4.3: Publicação de Relatórios Finais: A partir das atividades anteriores desta etapa, foi feita a redação e publicação destes relatórios. Foram elaborados três documentos (para o caso do Banco da Terra, e para as linhas de crédito CAF e CPR, do PNCF). Estes relatórios, incluindo o presente documento, apresentam o marco conceitual e metodológico utilizado, o relato da pesquisa em campo, seus resultados e as estratégias sugeridas para o aperfeiçoamento de cada Programa.

Produto desta atividade: Publicação de relatório final sobre o perfil dos inadimplentes, do PNCF-CAF.

Resultados



5. Resultados

5.1. Pesquisa de campo e amostra de beneficiários individuais do PNCF-CAF

Com o objetivo de traçar o perfil dos beneficiários inadimplentes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, da linha Consolidação da Agricultura Familiar, foram entrevistados beneficiários nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, com o fito de identificar atributos e características que pudessem ser comuns aos beneficiários nessa situação e que os diferenciavam dos beneficiários adimplentes do Programa.

Embora a linha CAF possa ser acessada também por meio de projetos coletivos, para fins desse projeto, foi definida que a base do estudo seria os beneficiários do PNCF-CAF com contratos de financiamento individuais, que representam a grande maioria dos financiamentos do programa.

As informações foram levantadas por meio de entrevistas presenciais estruturadas, utilizando-se, como instrumento de levantamento e registro, um questionário único, que foi aplicado a beneficiários adimplentes e inadimplentes. O questionário foi construído de forma a contemplar o levantamento de informações sobre a percepção dos beneficiários a respeito das diversas dimensões de sua experiência com o PNCF, como:

- o processo de mobilização e enquadramento de interessados em aderir ao Programa, o processo de escolha, obtenção do crédito e implantação dos projetos de aquisição de terras (SAT) e de investimento básico (SIB), e, ainda, as características gerais dos empreendimentos adquiridos com o financiamento do PNCF, aí incluídos a qualidade da terra, da localização, do acesso à água, entre outros;
- acesso a políticas públicas complementares, como fontes de financiamento da produção, assistência à saúde e acesso à educação, e também serviços de suporte, como transportes, energia elétrica, água, comunicação, etc.;
- as mudanças nos padrões de qualidade de vida da família, como nível de renda e poder de compra, qualidade de moradia, de locomoção, da educação, dos serviços de saúde, de locomoção, etc.;
- o relacionamento e a eficácia da rede de apoio, como a presença e qualidade da assistência técnica, do relacionamento com os movimentos sociais, da presença e suporte dos sindicatos e do poder público local, estadual e federal, etc.;
- a formação de capital social, visto como a construção de relacionamentos e iniciativas coletivas para o desenvolvimento material e social e construção de protagonismo político do grupo;
- Adesão dos beneficiários do CAF ao processo de renegociação de débitos, previsto na Lei no 11.775, de 17/09/2008.

O modelo de Galjart (1971) foi utilizado como marco conceitual para se construir o instrumento e para se proceder à análise dos dados levantados.

A pesquisa de campo para a coleta dos dados respectivos ao CAF foi realizada em 5 municípios do Mato Grosso e 6 municípios do Rio Grande do Sul. Na Tabela 6 apresenta-se a distribuição dos empreendimentos amostrados por Estados e Municípios e ainda a média e o desvio padrão da sua distância à sede dos municípios onde estão localizados.

Tabela 6: Distribuição da amostra por Estado, município e por situação do beneficiário

Estado/ Município	Amostra de Empreendimentos do PNCF-CAF Adimplentes			Amostra de Empreendimentos do PNCF-CAF Inadimplentes			Total de Entrevistas por Estado / Município (n)
	No. de Entrevistas por Estado / Município (n)	Distância Média da Sede do Município (km)	Desvio Padrão da Distância da Sede do Município (km)	No. de Entrevistas por Estado / Município (n)	Distância Média da Sede do Município (km)	Desvio Padrão da Distância da Sede do Município (km)	
Rio Grande do Sul	18	11,32	9,86	59	11,83	7,71	77
Arroio do Tigre	3	18,67	15,14	15	19,23	7,08	18
Erval Seco	2	5,50	2,12	10	10,11	4,65	12
Palmitinho	2	4,50	0,71	9	5,78	3,34	11
Passa Sete	4	13,25	10,90	8	12,31	11,42	12
Seberi	5	12,30	8,74	5	13,25	4,65	10
Sobradinho	2	2,00	-	12	8,83	4,11	14
Mato Grosso	15	27,08	12,14	47	29,63	15,57	62
Barra do Bugres	3	40,00	4,00	7	33,57	8,70	10
Chapada dos Guimarães	-	-	-	4	64,33	14,01	4
N. Sra. do Livramento	2	40,00	-	5	43,33	5,77	7
Pocone	7	26,17	6,97	18	25,31	14,54	25
Tangara da Serra	3	11,67	7,37	13	21,65	6,06	16
Total Geral	33	18,15	13,33	106	19,54	14,68	139

As listas de beneficiários adimplentes e inadimplentes de cada município foram obtidas de bases de dados fornecidas pela SRA/MDA. Essas bases foram verificadas e validadas para minimizar as incorreções e, assim tratadas, mostraram-se bastante confiáveis, sendo possível, a partir delas, localizar a grande maioria dos beneficiários listados (obviamente com a ajuda da rede de apoio local), e, via de regra, corretamente categorizados como adimplente ou inadimplente. As principais dificuldades encontradas para a realização do trabalho de campo foram: a identificação dos assentamentos ao qual pertenciam os beneficiários e as grandes distâncias entre a sede dos municípios e os assentamentos identificados. Em várias ocasiões, ao se chegar ao assentamento indicado, constatava-se que o beneficiário sorteado estava ausente e, em certos casos, nem mesmo a aplicação da regra de substituição da unidade amostral era simples.

Como se pode observar quando a comparação é possível, a ordem de grandeza das distâncias entre a sede dos municípios e os empreendimentos adimplentes e inadimplentes dentro de um mesmo município, salvo algumas poucas exceções, são similares.

Em termos globais, foram entrevistados 33 beneficiários adimplentes, 18 no Rio Grande do Sul e 15 no Mato Grosso, e 106 beneficiários inadimplentes, dos quais 59 no Rio Grande do Sul e 47 no Mato Grosso. Esses números se aproximam bastante do planejamento inicial, que previa 110 entrevistas com beneficiários inadimplentes e 27 com beneficiários adimplentes, ou seja, um total de 137 entrevistas.

5.2. Caracterização do imóvel

Além da distância da sede do município, comentada na seção anterior, que sem dúvida representa uma característica importante dos empreendimentos, pois está diretamente relacionada à menor ou maior facilidade para aceder a serviços e mercado, a percepção dos beneficiários sobre várias outras características também importantes forma levantadas e analisadas. Entre essas características se alinham a dimensão do imóvel e o uso da terra, a qualidade do solo, a topografia, e a disponibilidade e qualidade de água. Além desses aspectos relacionados com a base de recursos e características naturais, os imóveis foram também caracterizados pela infraestrutura disponível, que resultam de investimentos feitos deliberadamente pelo homem.

5.2.1. Dimensões dos imóveis e usos da terra

Entre as características mais importantes está, sem dúvida, a área disponível para as atividades produtivas. Buscou-se, no estudo, dimensionar as áreas totais dos imóveis, as áreas destinadas à produção e as áreas destinadas a florestas e à reserva legal. Esses dados estão apresentados na Tabela 7.

Tabela 7: Tamanho médio das propriedades e uso da terra nos empreendimentos do PNCF-CAF

Destinação da terra	Adimplentes			Inadimplentes		
	Número de Propriedades	Área Média (ha)	Desvio Padrão	Número de Propriedades	Área Média (ha)	Desvio Padrão
Área total do imóvel	33	8,17	4,06	106	8,52	4,48
Área com plantação e criação, no imóvel:	32	4,57	2,34	105	4,40	3,10
Área de floresta	30	1,58	2,05	98	2,28	3,24
Área de reserva legal	25	2,57	2,37	68	2,55	2,96

No caso dos beneficiários do PNCF-CAF, a compilação dos valores de áreas declaradas pelos beneficiários mostra que as áreas médias das propriedades de beneficiários adimplentes e inadimplentes têm valores próximos e, no geral, as propriedades são relativamente pequenas.

Na Tabela 8 apresenta-se a distribuição de áreas totais médias entre os beneficiários adimplentes e inadimplentes, por Estado, ou seja, médias para o Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Como resultado de um conhecido efeito “congestionamento”, que restringe a oferta de terras e eleva seus preços, associada a uma característica de melhor qualidade dos solos e maior disponibilidade de água no Rio Grande do Sul, a expectativa era ver propriedades maiores no Mato Grosso, relativamente ao Estado do Sul. Com efeito, os dados apresentam valores das áreas médias das propriedades do CAF no Mato Grosso maiores que no Rio Grande do Sul, em cerca de 20%, tanto para os beneficiários adimplentes quanto inadimplentes. Ainda, os números sugerem que, nos dois Estados, as áreas médias dos empreendimentos inadimplentes são maiores, em ambos da ordem de 4%, em relação aos empreendimentos adimplentes.

Tabela 8: Mato Grosso e Rio Grande do Sul: Áreas totais médias dos empreendimentos do PNCF-CAF

Estado	Área Média (ha)		Área de Criação e Plantação (ha)	
	Adimplentes	Inadimplentes	Adimplentes	Inadimplentes
Mato Grosso	8,96	9,34	4,12	4,40
Rio Grande do Sul	7,51	7,87	4,92	4,41

Uma das destinações importantes da terra disponível para os beneficiários do crédito fundiário, por suas implicações legais e éticas, é a área de reserva legal respectiva à propriedade. Segundo os dados declarados pelos beneficiários do CAF entrevistados, apresentados na Tabela 7, a área média destinada à reserva legal corresponde a cerca de 30% da área total da propriedade. Na Tabela 9 apresentam-se dados declarados pelos beneficiários sobre a retirada ou não de produtos da reserva legal

Tabela 9: Uso da reserva legal

Uso da Reserva Legal	Adimplentes	Inadimplentes	Totais
	% de empreendimentos		
Não Tira Produtos	75,8%	68,9%	70,5%
Tira Produtos	24,2%	31,1%	29,5%
Totais	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=49)

De acordo com esses dados, cerca de 30 % do total de beneficiários do CAF tiram produtos de suas reservas legais. Dentre esses, estariam aproximadamente 31 % dos beneficiários inadimplentes em contraposição a aproximadamente 24 % dos adimplentes que o fazem. A confiar nessas declarações, um número acima de 70% dos beneficiários mantêm suas reservas legais intocadas.

Quanto ao tipo de produtos retirados da reserva legal, em sua maioria de caráter extrativista, apresentam-se os dados nas Tabelas 10 e 11.

Tabela 10: Tipos de uso da reserva legal

Uso da Reserva Legal	Adimplentes	Inadimplentes	Totais
	% de empreendimentos		
Frutas	37,5%	14,6%	18,4%
Lenha	12,5%	41,5%	36,7%
Madeira	0,0%	17,1%	14,3%
Outros usos	50,0%	26,8%	30,6%
Total	100,0% (n=8)	100,0% (n=41)	100,0% (n=49)

De acordo com os dados da tabela, o principal uso da reserva legal refere-se à retirada de lenha. Em segundo lugar vem o agregado “Outros usos”. Importância relativamente menor fica conferida à extração de frutas e madeira. A categoria “Outros usos”, cujos dados são apresentados na Tabela 11, inclui uso como pastagem para bovinos, além de coleta de lenha e plantio de fruteiras, incluídas na tabela anterior, mas novamente mencionadas.

Tabela 11: Outros usos da reserva legal

Outros Usos da Reserva Legal	% de empreendimentos
Pastagem para bovinos	43,8%
Lenha seca	25,0%
Cultivo de fruteiras	12,5%
Retira água para o gado	6,3%
Apicultura	6,3%
Plantio de cumbaru para reflorestamento	6,3%
TOTAL	100% (n=16)

5.2.2. Caracterização da base de recursos naturais: solos, topografia, água

Outra questão fundamental para a atividade agropecuária é, sem dúvida, a qualidade da base de recursos naturais disponível para lhe dar suporte, em especial a qualidade dos solos, a disponibilidade de água e a biodiversidade, entre outras características. Esses fatores têm impactos importantes nos custos de produção, nas produtividades, nos níveis de produção, nos ciclos de produção e na própria qualidade do produto. Em tese, o conhecimento dos pontos favoráveis e as restrições nesses fatores, combinado com a dimensão da área disponível para produção, deveria ter um peso significativo na escolha dos produtos e da tecnologia de produção a ser adotada.

A principal dimensão da qualidade de solos é a fertilidade. Na Tabela 12 apresentam-se dados relativos à percepção dos beneficiários sobre a fertilidade dos solos nas suas propriedades, nos Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Tabela 12: Fertilidade dos solos

Estado / Fertilidade do Solo	Adimplente	Inadimplente
Mato Grosso	% de empreendimentos	
Não Fértil	27%	60%
Fértil	73%	40%
TOTAL	100% (n=15)	100% (n=47)
Rio Grande do Sul	% de empreendimentos	
Não Fértil	22%	19%
Fértil	78%	81%
TOTAL	100% (n=18)	100% (n=59)

No Mato Grosso, a percepção da fertilidade dos solos nos empreendimentos adimplentes e inadimplentes diferem substancialmente. Entre os adimplentes, 73% dos beneficiários consideram seus solos férteis, contra 27% que os declaram não férteis. No entanto, entre os inadimplentes, 60% declararam que seus solos são não férteis, em oposição aos apenas 40% de beneficiários inadimplentes que os classificam como férteis. No Rio Grande do Sul, a maioria substancial de beneficiários, cerca de 80%, tanto no grupo adimplente como no inadimplente, considera que os solos de suas propriedades são férteis.

Na Tabela 13 são apresentados dados relativos à percepção de fertilidade, combinada com pedregosidade dos solos. Solos altamente pedregosos podem mesmo reduzir a retenção de nutrientes e, mais importante, do ponto de vista do manejo, dificultam o processo de preparação para o plantio e mesmo os de correção e de incorporação de fertilizantes, pela dificuldade de utilização dos implementos.

No Mato Grosso, os dados indicam que a ocorrência de solos pedregosos são menos comuns que no Rio Grande do Sul, e aparecem combinadas com os empreendimentos que possuem solos de baixa fertilidade. No Rio Grande do Sul, a prevalência de solos pedregosos é mais generalizada, mostrando ocorrências elevadas tanto em empreendimentos de solos férteis, como nos de baixa fertilidade, incidindo indistintamente em estabelecimentos adimplentes e inadimplentes.

Tabela 13: Relação entre fertilidade e solos pedregosos

	Adimplentes		Inadimplentes	
	Não Fértil	Fértil	Não Fértil	Fértil
Mato Grosso	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Sem Pedra	0%	91%	46%	84%
Pedregoso	100%	9%	54%	16%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=11)	100% (n=28)	100% (n=19)
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Sem Pedra	0%	43%	18%	17%
Pedregoso	100%	57%	82%	83%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=14)	100% (n=11)	100% (n=48)

Na Tabela 14 apresentam-se os dados relativos ao cruzamento entre percepção de fertilidade dos solos e arenosidade. Pelos dados obtidos, o atributo “arenoso” não parece exercer influência forte sobre a situação de adimplência e inadimplência dos beneficiários no Rio Grande do Sul. No Mato Grosso esse atributo aparece associado tanto aos solos férteis quanto aos de baixa fertilidade e incide de maneira semelhante sobre os grupos adimplentes e inadimplentes.

Tabela 14: Relação entre fertilidade e arenosidade dos solos

	Adimplentes		Inadimplentes	
	Não Fértil	Fértil	Não Fértil	Fértil
Mato Grosso	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não arenoso	75%	45%	39%	79%
Arenoso	25%	55%	61%	21%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=11)	100% (n=28)	100% (n=19)
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não arenoso	75%	86%	82%	54%
Arenoso	25%	14%	18%	46%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=14)	100% (n=11)	100% (n=48)

Na Tabela 15 são apresentados os dados referentes ao cruzamento dos atributos “fertilidade” e “acidez do solo”. Os dados apresentados mostram que a incidência de solos ácidos no Mato Grosso é alta e atinge igualmente empreendimentos adimplentes e inadimplentes, bem como os empreendimentos de solos identificados como de alta e baixa fertilidade. No Rio Grande do Sul, uma proporção maior de empreendimentos inadimplentes apresentam solos ácidos combinados com solos de baixa fertilidade. Alta acidez impacta negativamente a fertilidade do solo e demanda calagem, isto é, correção com aplicação de calcário ao solo.

Tabela 15: Relação entre fertilidade e acidez dos solos

	Adimplentes		Inadimplentes	
	Não Fértil	Fértil	Não Fértil	Fértil
Mato Grosso	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não ácido	0%	18%	11%	22%
Ácido	100%	82%	89%	78%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=11)	100% (n=28)	100% (n=19)
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não ácido	50%	71%	18%	43%
Ácido	50%	29%	82%	57%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=14)	100% (n=11)	100% (n=48)

Os dados apresentados na Tabela 16 mostram que a aridez, ou baixa disponibilidade de água no solo, aparece como um fator relativamente importante associado aos empreendimentos no Mato Grosso, sejam adimplentes ou inadimplentes. A presença de aridez no Rio Grande do Sul é menor que no Mato Grosso, embora ainda distante de ser irrelevante. A alta incidência de aridez, associada a longa estações secas, implica na necessidade de irrigação para viabilizar a produção durante o período seco. De fato, essa restrição foi apontada ao longo das entrevistas com os produtores, que indicaram enfaticamente a necessidade de contar com poços artesianos e sistemas de irrigação para viabilizar a produção agropecuária ao longo de um período mais longo durante o ano. Muitos produtores, principalmente em regiões do Mato Grosso, ficam impedidos de produzir por cerca de 6 meses por ano. Sem dúvida esse é um fator de alta vulnerabilidade para uma parcela importante desses produtores e a dependência de uma estação produtiva tão reduzida para produzir renda capaz de satisfazer as necessidades da família por todo o ano e ainda gerar excedentes para fazer frente às obrigações com os financiamentos certamente introduz um alto risco de tornar-se inadimplente.

Tabela 16: Relação entre fertilidade e aridez dos solos

	Adimplentes		Inadimplentes	
	Não Fértil	Fértil	Não Fértil	Fértil
Mato Grosso	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não árida	25%	9%	11%	26%
Árida	75%	91%	89%	74%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=11)	100% (n=28)	100% (n=19)
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não árida	25%	64%	45%	50%
Árida	75%	36%	55%	50%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=14)	100% (n=11)	100% (n=48)

Na Tabela 17 apresentam-se os dados relativos à erosão, relacionados à fertilidade do solo nos empreendimentos do PNCF-CAF individuais. Seriam esperadas relações mais claras entre presença de erosão e baixa fertilidade e, ainda, entre erosão e baixa fertilidade e inadimplência. Essas relações, entretanto, não estão tão evidentes nos dados obtidos. Observa-se, no entanto, uma incidência importante de erosão nos empreendimentos que declaram ter solos de baixa fertilidade, principalmente no grupo de beneficiários inadimplentes, tanto no caso do Mato Grosso (43% dos estabelecimentos inadimplentes, com solos de baixa fertilidade), quanto no Rio Grande do Sul (36% de estabelecimentos nessas mesmas condições). O grupo dos beneficiários adimplentes do Mato Grosso indicou incidência de erosão em 75% dos estabelecimentos, embora essa estimativa tenha que ser vista com cautela, já que o número de observações é muito baixo. No Rio Grande do Sul há indicação de incidência de erosão em 44% dos estabelecimentos de solos férteis.

Tabela 17: Relação entre fertilidade e erosão dos solos

	Adimplentes		Inadimplentes	
	Não Fértil	Fértil	Não Fértil	Fértil
Mato Grosso	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não erosão	25%	82%	57%	89%
Erosão	75%	18%	43%	11%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=11)	100% (n=28)	100% (n=19)
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não erosão	75%	100%	64%	56%
Erosão	25%	0%	36%	44%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=14)	100% (n=11)	100% (n=48)

Na Tabela 18 são apresentados os dados declarados pelos beneficiários sobre suas percepções a respeito do estado de compactação dos solos em seus empreendimentos.

Tabela 18: Relação entre fertilidade e compactação dos solos

	Adimplentes		Inadimplentes	
	Não Fértil	Fértil	Não Fértil	Fértil
Mato Grosso	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não compactado	0%	45%	32%	47%
Compactado	100%	55%	68%	53%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=11)	100% (n=28)	100% (n=19)
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		% de estabelecimentos	
Não compactado	75%	79%	45%	56%
Compactado	25%	21%	55%	44%
TOTAL	100% (n=4)	100% (n=14)	100% (n=11)	100% (n=48)

De acordo com os dados apresentados, existem problemas importantes de compactação nas propriedades inadimplentes, tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Mato Grosso. Nesse último Estado, no entanto, também uma grande parcela das propriedades adimplentes declaram enfrentar problemas de compactação de solos. Ainda no Mato Grosso, surpreende as altas proporções de propriedades com problemas de compactação de solos associadas a solos declarados férteis pelos beneficiários.

Os dados relativos aos fatores físicos associados à qualidade dos solos, explorados nas tabelas precedentes, apresentam alguma evidência de que pode haver uma relação entre a presença de fatores limitantes à fertilidade dos solos e inadimplência.

A seguir exploram-se as características da topografia do terreno dos empreendimentos do PNCF-CAF individuais do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.

Os dados declarados sobre a topografia do terreno estão apresentados nas Tabelas 19 e 20. A julgar pelas proporções de inadimplência associadas aos tipos de relevos dos empreendimentos, não parece haver vantagens aos beneficiários que dispõem de propriedades com relevos mais amenos, em relação aos que tem que lidar com relevos menos uniformes, como terrenos ondulados ou montanhosos. Com efeito, considerando os empreendimentos que apresentam apenas um único tipo de relevo, no Rio Grande do Sul, a proporção de beneficiários inadimplentes cujas propriedades apresentam relevo plano ou com declividade suave (52%) é muito próxima da proporção de inadimplentes cuja propriedade apresenta relevo ondulado ou montanhoso (48%). No Mato Grosso, tanto as propriedades adimplentes quanto inadimplentes apresentam tão somente relevos planos e com declividade suave.

Tabela 19: Propriedades com um único tipo de relevo declarado

Estado / Relevo	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		
Plano	38%	9%	14%
Declive Suave	25%	43%	40%
Ondulado	25%	11%	14%
Montanhoso	13%	37%	33%
TOTAL	100% (n=8)	100% (n=35)	100% (n=43)
Mato Grosso	% de estabelecimentos		
Plano	71%	67%	68%
Declive Suave	29%	33%	33%
Ondulado	0%	0%	0%
Montanhoso	0%	0%	0%
TOTAL	100% (n=7)	100% (n=33)	100% (n=40)

Alguma possível evidência de desvantagens parece estar associada aos empreendimentos com terrenos exclusivamente montanhosos, que só aparecem no Rio Grande do Sul, que apresentam índices de inadimplência proporcionalmente mais alto que os índices de adimplência para as mesmas condições.

Os dados relativos às propriedades que possuem mais de um tipo de relevo no seu terreno são apresentados na Tabela 20. O esperado é que propriedades relativamente pequenas, como as que compõem a linha CAF, apresentariam maiores desvantagens produtivas e competitivas, conforme crescem as irregularidades topográficas. Ou seja, mais tipos de relevo dentro do mesmo empreendimento poderiam impactar negativamente a produtividade em decorrência da maior complexidade tecnológica para organizar a produção, com reflexos nos custos, desvantagens na competitividade e possivelmente levando a uma maior proporção de inadimplentes. Os dados, entretanto, não deixam evidentes associações entre múltiplos relevos na propriedade e adimplência ou inadimplência.

Tabela 20: Propriedades com múltiplos tipos de relevo declarados

Estado / Relevo	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
Rio Grande do Sul	% de estabelecimentos		
2 Tipos de Relevo	28%	42%	38%
3 Tipos de Relevo	28%	16%	20%
4 Tipos de Relevo	0%	5%	4%
Mato Grosso	% de estabelecimentos		
2 Tipos de Relevo	28%	18%	21%
3 Tipos de Relevo	17%	18%	18%
4 Tipos de Relevo	0%	0%	0%
TOTAL	100% (n=18)	100% (n=38)	100% (n=56)

Ainda do ponto de vista dos recursos naturais, tem importância primordial o suprimento de água às propriedades agrícolas. Nesse particular, a pesquisa abordou os temas relacionados com a origem da água disponível para a propriedade (se interna ou externa), as práticas de proteção das fontes, quando internas, a qualidade da água disponível e a suficiência do abastecimento.

A Tabela 21 apresenta dados sobre a proporção de empreendimentos que dispõe de suprimento próprio de água, originário de fontes localizadas no imóvel. A proporção dos beneficiários adimplentes que declararam ter a maior parte de seu abastecimento de água oriundo de fonte interna atinge 76%. Proporção semelhante, de 71%, foi computada para os beneficiários inadimplentes.

Tabela 21: Propriedades servidas por fonte de água existente no imóvel

Fonte de Água no Imóvel	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não tem	24%	29%	28%
Tem	76%	71%	72%
Total	100% (n=33)	100% (n=103)	100% (n=136)

Em termos globais, cerca de 70% dos beneficiários amostrados, aí incluídos adimplentes e inadimplentes declararam dispor de fontes de água no interior da propriedade. Durante os depoimentos dos produtores, porém, muitos declararam que durante a época de seca, a quantidade de água nessas fontes internas pode cair consideravelmente e, em um número considerável de propriedades, essas fontes podem mesmo secar. Daí que várias propriedades buscam complementar o abastecimento próprio com fontes externas e/ou poços artesianos.

Na Tabela 22 apresentam-se dados relativos ao abastecimento externo de água nos empreendimentos da linha CAF. De acordo com esses dados, em termos globais, próximo de 50% dos empreendimentos não utilizam abastecimento externo de água. Dentre eles, 58% são adimplentes e 47% inadimplentes.

Tabela 22: Propriedades servidas por fonte de água externa ao imóvel

Fonte de Água fora do Imóvel	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não tem	58%	47%	50%
Tem	42%	53%	50%
Total	100% (n=31)	100% (n=104)	100% (n=135)

Embora esse dado não seja apresentado nas tabelas, foi calculado que, considerando os adimplentes e os inadimplentes, cerca de 20% dos empreendimentos amostrados (27 empreendimentos sobre os 132 amostrados com respostas válidas nessas questões) se abastecem de água originária de fonte interna e de fonte externa.

Na Tabela 23 são apresentadas as proporções dos empreendimentos adimplentes e inadimplentes que possuem ou não poços artesianos. De acordo com esses dados, uma proporção ligeiramente maior de adimplentes, 39%, possuem esses poços, em contrapartida aos 30% de inadimplentes que também contam com essa fonte de água.

Tabela 23: Propriedades que contam com poço artesiano

Poço Artesiano no Imóvel	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não tem	61%	70%	68%
Tem	39%	30%	32%
Total	100% (n=33)	100% (n=105)	100% (n=108)

Poços artesianos, principalmente em regiões de estações de chuvas bem definidas alternadas com períodos longos de seca, quando cavados adequadamente (em locais e profundidades que permitem obter abastecimento de água de forma contínua e em quantidades relativamente estáveis), são extremamente importantes para viabilizar o empreendimento. Muitos dos beneficiários do PNCF, que não contam com poços artesianos e estão localizados em regiões de estações secas prolongadas, como Poconé, MT, e Baraúnas, RN, por exemplo, são obrigados a interromper suas atividades produtivas por cerca de 5 a 6 meses por ano, enfrentando grandes dificuldades para gerar um fluxo contínuo de rendas.

Tabela 24: Propriedades com abastecimento externo de água que possuem poço artesiano

		Adimplente			Inadimplente		
		Fonte de água fora do imóvel (% de estabelecimentos)			Fonte de água fora do imóvel (% de estabelecimentos)		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Poço Artesiano	Não	44%	77%	58%	67%	74%	71%
	Sim	56%	23%	42%	33%	26%	29%
	Total	100% (n=18)	100% (n=13)	100% (n=31)	100% (n=49)	100% (n=54)	100% (n=103)

Na Tabela 24 são mostrados os dados sobre proporções resultantes do cruzamento dos dados de propriedades que se abastecem de fonte externa de água e a existência de poço artesiano na propriedade. Interessante notar que 56% dos empreendimentos adimplentes, cuja fonte de água está fora da propriedade, possuem poço artesiano. Por outro lado, dos empreendimentos que se suprem de água fora da propriedade e não possuem poços artesianos, 67% são inadimplentes.

Os beneficiários que possuem fontes de abastecimento de água dentro do seu imóvel adotam, em proporções importantes, práticas para protegê-las. Na Tabela 25 os dados indicam que 75% dos beneficiários adimplentes e 66% dos inadimplentes assim o fazem. Dentre as medidas adotadas, a manutenção de mata ao redor das fontes é a mais utilizada. Chama a atenção a proporção de 32% dos beneficiários, adimplentes e inadimplentes, que declararam não utilizar nenhuma medida de proteção para suas fontes de água.

Tabela 25: Práticas de proteção das fontes de água nas propriedades

Proteção para a Fonte de Água	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	(% de estabelecimentos)		
Nenhuma	25%	34%	32%
Mata ao Redor	54%	50%	51%
Outra Proteção	21%	16%	17%
Total	100% (n=24)	100% (n=74)	100% (n=98)

Outras medidas também foram declaradas pelos beneficiários, algumas delas também baseadas na manutenção de matas, combinada com alguma outra ação protetora. Esses dados estão compilados na Tabela 26. Entre os adimplentes, cerca de 40% adota a combinação de manutenção de mata ao redor da fonte a adição de cerca ao redor da área. No entanto, entre essas outras medidas de proteção, o cercado é a medida mais utilizada pelo total de beneficiários inadimplentes e adimplentes, sendo adotado, respectivamente, por 38% e 20% desses grupos. .

Tabela 26: Outras práticas de proteção das fontes de água nas propriedades

Outras Proteções para a(s) Fonte(s) de Água da Propriedade	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	(% de estabelecimentos)		
Cercado	20%	38%	33%
Mata ao redor da fonte e cerca	40%	15%	22%
Canal de drenagem	0%	8%	6%
Plantação	20%	15%	17%
Mata e brita	20%	0%	6%
Tampa de cimento	0%	23%	17%
Total	100% (n=5)	100% (n=13)	100% (n=18)

No que respeita à qualidade da água, conforme dados apresentados na Tabela 27, é opinião de aproximadamente 12% dos adimplentes e 7% dos inadimplentes que a água que recebem em suas propriedades é ruim. No cômputo geral, a combinação dessas proporções representa a opinião compartilhada por 8% dos beneficiários entrevistados. Em se tratando da qualidade da água que é disponibilizada para todos os usos na propriedade, inclusive o uso doméstico, e considerando o impacto que isso pode ter na saúde de todos os membros da família, essa fração não é desprezível.

Outros dados apresentados na mesma tabela, porém, mostram uma percepção bastante melhor sobre a qualidade da água suprida aos beneficiários da CAF. Ao redor de 92% de todos entrevistados qualificam a água que lhes é disponibilizada como “boa, se tratada adequadamente” (50%) e “excelente” (42%).

Tabela 27: Qualidade da água disponível nas propriedades

Qualidade da Água na Propriedade	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	(% de estabelecimentos)		
Ruim	12%	7%	8%
Boa (se tratada)	39%	53%	50%
Excelente	48%	40%	42%
Total	100% (n=33)	100% (n=105)	100% (n=138)

Ainda, os dados apresentados não mostram evidências de que haja influência da qualidade da água na situação de adimplência ou inadimplência do conjunto dos beneficiários do PNCF-CAF. Caso haja algo assim, possivelmente serão eventos pontuais, plausivelmente relacionados com a exposição daquela pequena fração de beneficiários à água de qualidade “ruim”.

Na Tabela 28 apresentam-se dados sobre a suficiência da água recebida nas propriedades financiadas pelo PNCF-CAF. De acordo com esses dados, há nítida uniformidade de opiniões entre beneficiários adimplentes e inadimplentes: por volta de 50% dos entrevistados de cada uma dessas categorias consideram insuficiente o abastecimento de água às suas propriedades.

De novo, considerando a importância da água nas diversas dimensões da vida e da atividade agropecuária em particular, a se confirmarem esses dados, muitas propriedades e famílias podem estar expostas a um alto risco de não se viabilizarem.

Tabela 28: Abastecimento de água nas propriedades

Abastecimento de Água no Imóvel	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	(% de estabelecimentos)		
Insuficiente	48%	50%	50%
Suficiente	52%	50%	50%
Total	100% (n=33)	100% (n=104)	100% (n=137)

No geral, no caso dos empreendimentos do PNCF-CAF individuais, os dados referentes à base de recursos naturais parecem refletir bem as diferenças naturais entre as diferentes regiões estudadas. Entretanto, a contribuição dessas informações para explicar as situações de adimplência ou inadimplência dos beneficiários parece ser limitada. Isso porque, pelo desenho da pesquisa, tanto os adimplentes como os inadimplentes entrevistados estão expostos às mesmas virtudes e limitações dos sistemas naturais. A expectativa é que a distinção se faça pelas diferenças nas capacidades e habilidades dos beneficiários de tirar proveito das virtudes e/ou superar as restrições do ambiente natural no processo de produzir, gerar renda e oferecer qualidade de vida para o núcleo familiar.

5.2.3. Caracterização da infraestrutura disponível no imóvel

As infraestruturas sociais e produtivas disponíveis para as famílias são muito importantes para a qualidade de vida e o desempenho produtivo dos beneficiários e do empreendimento.

Entre as estruturas sociais, a mais importante é a moradia, que está diretamente relacionada à qualidade de vida, segurança e conforto do grupo familiar. Na Tabela 29 apresentam-se os dados sobre a situação da moradia nos empreendimentos amostrados.

Tabela 29: Situação da residência da família

Construção da Residência	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	(% de estabelecimentos)		
Não construída	33%	15%	19%
Parcialmente construída	55%	60%	59%
Totalmente	12%	25%	22%
Total	100%(n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

De acordo com os dados obtidos, 33% dos beneficiários adimplentes entrevistados não tem ainda a moradia construída, em oposição a apenas 15% dos empreendimentos inadimplentes. Considerando que, como regra, os beneficiários do PNCF devem residir na sua parcela ou, como exceção, nas proximidades do seu lote, esses números podem indicar uma localização muito favorável do lote em relação ao local de residência do proprietário ou precariedade de instalação do beneficiário. Chama também a atenção a grande proporção de empreendimentos com a moradia apenas parcialmente construída: respectivamente 55% e 60% para adimplentes e inadimplentes.

Um item de conforto, mas também altamente correlacionado com a saúde dos moradores, é a presença de sanitários adequados na moradia. Na Tabela 30 são apresentados dados sobre a existência de instalações sanitárias nas residências dos beneficiários do PNCF-CAF amostrados no estudo. Novamente chama a atenção a alta proporção de empreendimentos cuja moradia não conta com instalações sanitárias: cerca de 40% entre os adimplentes e 25% entre os inadimplentes.

Tabela 30: Disponibilidade de banheiro na residência da família

Sanitário na Residência	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	(% de estabelecimentos)		
Não	39%	25%	29%
Sim	61%	75%	71%
Total Geral	100%(n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

Do ponto de vista da infraestrutura de suporte à produção, foram levantados vários aspectos dos empreendimentos, desde os mais óbvios, como estrutura para armazenamento de água, cercas e vias internas, até outras estruturas menos evidentes, declaradas pelos beneficiários.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 31, 55% do total dos estabelecimentos dispõem de infraestrutura de armazenamento de água, sendo que apenas 45% dos estabelecimentos adimplentes contam com essa facilidade, contra 58% dos estabelecimentos inadimplentes.

Tabela 31: Disponibilidade de estrutura para armazenamento de água

Estrutura para Armazenamento de Água	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não	55%	42%	45%
Sim	45%	58%	55%
Total Geral	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

Com relação à disponibilidade de estruturas de armazenamento na propriedade, cujos dados se apresentam na Tabela 32, novamente a proporção de empreendimentos inadimplentes que contam com armazéns, silos e/ou depósitos, que é de 53%, está bastante à frente da proporção de 36% apresentada pelos adimplentes.

Tabela 32: Disponibilidade de armazéns, silos ou depósitos para a produção

Armazéns, Silos ou Depósitos para a Produção	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não	64%	47%	51%
Sim	36%	53%	49%
Total Geral	100% (n=33)	100% (n=105)	100% (n=138)

Como forma de proteção das atividades produtivas e contenção da criação e de invasores, as cercas são estruturas fundamentais na atividade produtiva. Nesse item, retratado pelos dados da Tabela 33, nota-se uma proporção muito pequena das propriedades, 11% sobre o total delas, que tem sua estrutura de cercas totalmente construídas. Entre os empreendimentos inadimplentes, essa proporção é de apenas 13% e entre os adimplentes, ainda menor, está ao redor de 3%. Entre os adimplentes, a maior parte dos empreendimentos, 55%, tem sua estrutura de cercas parcialmente construídas, proporção que entre os inadimplentes não passa de 40%. São também bastante expressivas as proporções de 42% de adimplentes e 47% de inadimplentes cujos empreendimentos não possuem cercas.

Tabela 33: Situação da construção de cercas na propriedade

Situação de Construção das Cercas	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não tem	42%	47%	46%
Parcialmente	55%	40%	43%
Totalmente	3%	13%	11%
Total	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

A situação de vias internas nos empreendimentos, conforme mostram os dados na Tabela 34, apresenta 42% dos estabelecimentos adimplentes com suas vias totalmente construídas, contra 34% dos estabelecimentos inadimplentes. Entre as propriedades com suas vias parcialmente construídas, observa-se uma proporção de 45% de estabelecimentos inadimplentes, em oposição aos 39% dos adimplentes na mesma situação. Surpreende, no entanto, constatar que cerca de 20% dos estabelecimentos, tanto no grupo dos inadimplentes quanto no dos adimplentes, declararam não ter vias interna.

Tabela 34: Situação das estradas e carregadores internos à propriedade

Construção de Estradas e Carregadores Internos	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não tem	18%	21%	20%
Parcialmente	39%	45%	44%
Totalmente	42%	34%	36%
Total	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

Além das estruturas básicas anteriormente discutidas, os entrevistados foram solicitados a indicar a existência de outras estruturas importantes para sua atividade de produção. Ao redor de 64% dos adimplentes e 42% dos inadimplentes declararam não possuir outras estruturas, conforme se depreende dos dados apresentados na Tabela 35. Por seu turno, uma proporção de 58% de inadimplentes, bastante mais alta que os 36% de adimplentes, declarou possuir outras estruturas produtivas importantes.

Tabela 35: Disponibilidade de outras estruturas importantes para a produção

Outras Infraestruturas Importantes para criações ou plantação	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não	64%	42%	47%
Sim	36%	58%	53%
Total Geral	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

O detalhamento dessas outras estruturas está apresentado na Tabela 36. Os dados nessa tabela estão compilados por unidades instaladas, pois diversos estabelecimentos declararam dispor de mais de um tipo, ou de mais de uma unidade dessas facilidades.

Tabela 36: Disponibilidade de outras estruturas importantes para a produção

Outras Infraestruturas Importantes para criações ou plantação	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Unidades Instaladas		
Estufas, fornos	3	18	21
Chiqueiros, pocilgas, mangueiras	4	22	26
Galinheiro, aviários	5	31	36
Açudes, represas		4	4
Sistema de Irrigação	1	5	6
Área de pasto		1	1
Curral	1		1
Depósito, paiol, galpão	2	4	6
Estrebarias	1	2	3
Cisterna	1		1
Sala de ordenha		1	1
TOTAL	18	88	106

É de certa forma surpreendente notar a quantidade total de 21 fornos e estufas instaladas, usadas primordialmente para a secagem de fumo, das quais 18 instalada em propriedades inadimplentes e apenas 3 instalada em estabelecimentos adimplentes. O grande número de instalações para a produção de galinhas e porcos, respectivamente 36 e 26 unidades instaladas, já era esperado, porém surpreende a predominância dos estabelecimentos inadimplentes, que possuem respectivamente 31 e 22 do total dessas unidades.

De fato, os dados da Tabela 36, bem como os demais dados de infraestrutura apresentados anteriormente, mostram que essas facilidades produtivas estão notadamente mais presentes nos estabelecimentos inadimplentes do que nos adimplentes.

Considerando-se essa associação “inadimplência + intensidade de infraestrutura” mostrada pelos dados, pode-se perguntar se a priorização das aplicações dos recursos de investimentos por parte dos beneficiários inadimplentes estaria adequada, pois não se observa a mesma disponibilidade de infraestrutura nos estabelecimentos adimplentes.

5.2.4. Caracterização da produção agropecuária dos empreendimentos PNCF-CAF

Entre as várias dimensões relacionadas com a inadimplência, certamente a dimensão “poder” é uma das mais importantes. A capacidade de gerar renda para satisfazer as necessidades de pagamento do financiamento é determinante do “poder” manter-se adimplente. Busca-se aqui examinar o desempenho produtivo dos empreendimentos, para se avaliar o potencial de geração dos meios de pagamento dos beneficiários.

Tabela 37: Produção para alimentação da família

Produção para a alimentação da família	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não Produz	12%	6%	7%
Produz	88%	94%	93%
Total Geral	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

Tratando-se de empreendimentos de agricultura familiar, é de se supor que parte considerável do esforço produtivo seja direcionada para suprir as necessidades do grupo familiar. Com efeito, os dados apresentados na Tabela 37 mostram que a grande maioria dos estabelecimentos, 88% dos adimplentes e 94% dos inadimplentes, produzem para a alimentação da família.

Tabela 38: Produção vegetal para o mercado

Produção vegetal para mercado	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não	24%	26%	26%
Sim	76%	74%	74%
Total Geral	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

No entanto, igualmente importante para esses estabelecimentos, é produzir para o mercado, com o objetivo de gerar renda e ganhar sustentabilidade, no sentido de poder ser protagonista da sua própria existência, diminuindo sua dependência, ou mesmo tornando-se independente, das políticas assistenciais do governo. Na Tabela 38 são apresentados os dados sobre a proporção dos empreendimentos do PNCF-CAF que declaram possuir produção vegetal destinada ao mercado.

A proporção de estabelecimentos que declaram destinar sua produção vegetal para o mercado é de 76% entre os empreendimentos adimplentes e 74% entre os inadimplentes. Na mesma linha, a Tabela 39 mostra os percentuais de empreendimentos que declaram destinar sua produção animal para o mercado.

Tabela 39: Produção animal para o mercado

Produção animal para mercado	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não	24%	26%	26%
Sim	76%	74%	74%
Total Geral	100% (n=33)	100% (n=106)	100% (n=139)

Destaca-se aqui a proporção bastante maior de empreendimentos adimplentes, 58% deles, que destinam sua produção animal para o mercado, relativamente aos 37% dos empreendimentos inadimplentes, o que representa uma participação relativa superior em aproximadamente 20%.

Como é plausível supor que os empreendimentos possam produzir e destinar tanto produtos animais quanto vegetais para o mercado, os dados que exploram esses cruzamentos foram organizados na Tabela 40.

Tabela 40: Empreendimentos do PNCF-CAF que destinam produção animal e vegetal ao mercado.

Produção Vegetal p/ mercado	Adimplente			Inadimplente		
	Produção Animal p/ Mercado (% de estabelecimentos)					
	Não	Sim	Total Adimplente	Não	Sim	Total Inadimplente
Não	29%	21%	24%	21%	36%	26%
Sim	71%	79%	76%	79%	64%	74%
Total Produção Vegetal	100% (n=14)	100% (n=19)	100% (n=33)	100% n=(67)	100% (n=39)	100% (n=106)

Os dados mostram relações interessantes, entre elas a proporção de adimplentes, 45%, que têm produção animal e vegetal e as destinam ao mercado. A mesma medida para os inadimplentes representa uma proporção de apenas 24%. Outra medida interessante é o peso relativo dos empreendimentos que declararam destinar exclusivamente produtos vegetais para o mercado: 30% entre os adimplentes e 50% entre os inadimplentes.

Ainda nessa tabela, é possível perceber que 29% dos adimplentes e 21% dos inadimplentes não produzem nada para mercado. As possibilidades mais plausíveis para explicar essa situação e, principalmente, a situação de inadimplência, é o uso de recursos de outras fontes para manter-se e ainda pagar seu financiamento. Quanto ao grupo inadimplente, possivelmente também estão sobrevivendo com recursos oriundos de outras fontes, que talvez não sejam suficientes para quitar as parcelas do financiamento, porém é também possível que pelo menos uma parcela desse grupo esteja vivendo em condições muito precárias.

Na Tabela 41 são apresentados dados da produção animal nos empreendimentos do PNCF-CAF. Em termos gerais, chama atenção a ausência de produções de espécies caprinas e ovinas. Por outro lado, é interessante encontrar um número relativamente grande de estabelecimentos produzindo bovinos, já que as áreas médias disponíveis nessas propriedades podem ser consideradas muito pequenas para viabilizar a produção de bovinos.

Tabela 41: Produção animal nos empreendimentos amostrados do PNCF-CAF

Variáveis	Adimplentes (N=19)				Inadimplentes (N=39)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Produção de bovinos	11	58%			19	49%		
Bovinos no imóvel (cabeças)	11		7,5	3,2	19		12,8	8,5
Produção de leite bovino (litros/mês)	7		1035,7	556,6	16		670,0	325,9
Produção de queijo bovino (kg/mês)	2		105,0	21,2	4		22,5	15,1
Produção de carne bovina (kg/mês)	3		329,2	97,1	4		148,8	234,6
Produção de aves	9	47%			22	56%		
Aves no imóvel (cabeças)	9		73,9	74,0	22		130,2	124,4
Produção de ovos (dúzias/mês)	7		27,3	25,8	9		20,8	16,9
Produção de carne de aves (kg/mês)	5		41,8	32,2	14		116,2	127,6
Produção de porcos	4	21%			8	21%		
Porcos no imóvel (cabeças)	4		131,8	245,5	8		71,4	173,3
Produção de carne de porco (kg/mês)	3		343,9	568,2	8		316,0	579,7
Outra criação destinada ao mercado	1	5%			1	3%		
Animais de outra criação (quantidade)	1		500 ¹		1		20 ²	
Produto de outra criação: animais vivos	1	5%			0	0,00		

¹ Refere-se à criação de peixes em um dos empreendimentos, com um lote estimado em 500 peixes.

² Refere-se a projeto de apicultura, com 20 caixas de abelhas, em um dos empreendimentos

A produção animal foi declarada por 58 empreendimentos do PNCF-CAF, sendo 19 adimplentes e 39 inadimplentes. Desses estabelecimentos, 11 adimplentes e 19 inadimplentes são produtores de bovinos. Em média, os estabelecimentos adimplentes manejam uma média de 7,45 cabeças, enquanto os inadimplentes têm, em média, 12,84 cabeças. Em termos médios, a produção de produtos derivados de bovinos, como leite, queijo e carne apresenta-se consistentemente mais elevada nos empreendimentos adimplentes que as produções médias dos empreendimentos inadimplentes, não obstante o tamanho médio maior do rebanho nos estabelecimentos inadimplentes.

A produção de aves também é muito importante na composição do “mix” de produtos dos empreendimentos do CAF. Dentre as propriedades que produzem animais, 47% entre as adimplentes e 56% das inadimplentes produzem aves. Nesse tipo de criação também as unidades inadimplentes apresentam um tamanho médio do plantel (130 cabeças/parcela) maior que o das propriedades adimplentes (74 unidades/propriedade). Os dados de produção de ovos se apresentam mais elevadas nas unidades adimplentes: 27 dúzias de ovos por mês nos empreendimentos adimplentes contra 21 dúzias por mês das unidades inadimplente. A situação se inverte na produção de carne de aves, com os beneficiários inadimplentes obtendo uma média de 117 kg/mês, contra 42 kg/mês nos estabelecimentos adimplentes.

A suinocultura também está presente em cerca de 20% dos empreendimentos adimplentes e, na mesma proporção, em estabelecimentos inadimplentes. Há uma diferença importante no tamanho médio dos plantéis em uma e outra: as propriedades adimplentes apresentam um rebanho médio de aproximadamente 132 cabeças, enquanto o rebanho médio dos estabelecimentos inadimplentes é bastante menor, com apenas ao redor de 71 cabeças, em média. Em termos de produção de carnes, os estabelecimentos inadimplentes produzem em média 316 kg/mês, enquanto que a produção média dos empreendimentos adimplentes fica em torno de 344 kg/mês.

Foram ainda declaradas produções animais pouco comuns entre os empreendimentos da CAF amostrados nesse trabalho: um projeto de piscicultura, com um plantel declarado de 500 peixes, e um projeto de apicultura, com 20 caixas de abelhas.

Com respeito aos aspectos tecnológicos da produção animal, na Tabela 42 são apresentados os dados obtidos junto aos beneficiários entrevistados. De acordo com as informações obtidas, 39% dos empreendimentos adimplentes e 25% dos inadimplentes utilizam raças de boa qualidade. O uso de vermífugos foi declarado como prática corrente em aproximadamente 36% dos empreendimentos adimplentes e 30% dos inadimplentes. A aplicação de vacinas, em cerca de 40% dos estabelecimentos adimplentes e em 23% dos inadimplentes, pode ser considerada baixa. O uso de pastos naturais por aproximadamente 15% dos beneficiários adimplentes, e igualmente por inadimplentes, é um indicador de uso de baixa tecnologia por esses grupos. O pastejo em pastos cultivados, declarado por 42% dos empreendimentos adimplentes e por apenas 19% dos inadimplentes, pode ter grande impacto na nutrição do rebanho e na sua produtividade. Também, a complementação da alimentação do rebanho com ração, declarada por 42% dos beneficiários adimplentes, especialmente durante períodos de seca, é importante para manter os animais produtivos. A utilização de silagem para alimentação do rebanho foi declarado por cerca de 12% dos adimplentes e 13% dos inadimplentes. O uso de sal é praticado por 24% dos beneficiários adimplentes e por 18% dos inadimplentes. Por último, o uso de outros alimentos não especificados é baixo entre os adimplentes, perto de 3%, sendo mais praticado pelos inadimplentes, em aproximadamente 14% dos estabelecimentos.

Tabela 42: Tecnologia para a produção animal

Variáveis	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	% (=1)	n	% (=1)
Utilizam raças de boa qualidade	13	39,39	27	25,47
Usam de vermífugos	12	36,36	32	30,19
Aplicam de vacinas	13	39,39	25	23,58
Fonte de alimentação: pasto natural	5	15,15	17	16,04
Fonte de alimentação: pasto cultivado	14	42,42	20	18,87
Fonte de alimentação: Ração (como complemento)	14	42,42	27	25,47
Fonte de alimentação: Silagem	4	12,12	14	13,21
Fonte de alimentação: Sal	8	24,24	19	17,92
Fonte de alimentação: Outro alimento	1	3,03	15	14,15

Os números referentes à adoção apresentados são relativamente baixos, principalmente quando se analisa o grau de adoção dessas práticas pelo grupo de estabelecimentos inadimplentes, ainda mais considerando que essas são tecnologias correntes, bem dominadas, já bastante utilizadas e sem grande sofisticação.

Na Tabela 43 apresentam-se dados sobre a avaliação do nível de produtividade da produção animal que propicia o maior ganho ao empreendimento e sobre a incidência de problemas que limitam o crescimento da produtividade desse produto.

De acordo com a avaliação de 16 beneficiários adimplentes, seu principal produto tem uma produtividade relativamente baixa, recebendo uma nota de 1,5, em uma escala de 1 a 3, tendo o valor 2 como ponto médio, ou seja sua produtividade estaria abaixo da média. Do ponto de vista dos 34 inadimplentes que fizeram essa avaliação, a produtividade do seu principal produto obteve uma nota de 1,76, ou seja, também abaixo da média.

Tabela 43: Produtividade da produção com maiores ganhos e causas de menor produtividade

Variáveis	Adimplentes			Inadimplentes		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Escala: 1=alta; 2=média; 3=alta						
Produtividade da produção com maiores ganhos	16	1,50	0,63	34	1,76	0,74
Escala: 1=nenhum prejuízo; 10= prejuízo muito grande						
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade da raça usada	15	2,73	2,09	27	3,26	2,80
Prejuízo sobre produtividade por doenças entre os animais	15	3,20	2,37	28	3,50	3,17
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de alimentação, entre os animais	15	5,00	3,85	28	4,46	3,34
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca	15	5,67	3,90	28	4,75	3,47
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente	14	1	0	28	1,39	1,71
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias	15	4,07	3,77	28	1,36	0,95
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de granizo	0	.	.	0	.	.

As causas listadas na tabela tiveram sua importância avaliada em uma escala de 1 (não causa prejuízo) a 10 (causa prejuízo muito grande). Assim avaliadas, são poucos entre os problemas listados os que isoladamente teriam grande impacto sobre a produtividade do produto chave. Ainda assim, destacam-se com avaliações de impacto acima de 4, tanto para os adimplentes como para os inadimplentes: a) a ocorrência de seca, com escores médios 5,67 e 4,75, respectivamente para adimplentes e inadimplentes; b) deficiência na alimentação, com escores 5,0 e 4,46, para os dois grupos. Ainda, para o grupo de beneficiários adimplentes, a ocorrência de ventania recebeu um escore de 4,07.

Confrontando os resultados dessa avaliação com o uso de tecnologias de produção animal apresentados na Tabela 38, parece haver certa contradição entre a avaliação da importância do impacto das causas e as baixas taxas de adoção de tecnologias que poderiam resolver as limitações apontadas.

Com relação à produção agrícola, os dados compilados a partir das entrevistas com os beneficiários do PNCF-CAF são apresentados na Tabela 44. O detalhamento dos dados de produção agrícola para o mercado baseou-se nas declarações de 25 beneficiários adimplentes e 78 inadimplentes. Dentre os principais produtos constantes do questionário, foram obtidas informações sobre as produções de feijão, mandioca, milho, verduras e hortaliças e frutas. Além dessas culturas, duas outras que não faziam parte do questionário, surgiram como muito importantes: fumo, com a participação de 9 beneficiário adimplente e 37 inadimplentes, e soja, com 4 adimplentes e 5 inadimplentes. Foram ainda mencionadas como culturas produzidas o amendoim, com 3 produtores, dos quais 2 inadimplentes, e o café, produzido por 2 beneficiários também em situação de inadimplentes.

Tabela 44: Produção vegetal nos empreendimentos amostrados do PNCF-CAF

Variáveis	Adimplentes (N=25)				Inadimplentes (N=78)			
	n	%	Média	DP	n	%	Média	DP
Produção de feijão (estabelecimentos)	1	4,00			5	6,41		
Área de produção de feijão (ha)	1		1,50	.	5		0,50	0,31
Qtidade. produzida de feijão (kg/ano)	1		450	.	5		1096	1138
Produção de mandioca (estabelecimentos)	8	32,00			17	21,79		
Área de produção de mandioca (ha)	8		1,25	0,65	17		0,93	0,42
Qtidade. produzida de mandioca (kg/ano)	7		5141	4872	11		7225	7906
Produção de milho (estabelecimentos)	4	16,00			9	11,54		
Área de produção de milho (ha)	4		3,38	1,89	9		2,53	2,27
Qtidade. de produção de milho (kg/ano)	3		5467	2214	6		4600	2592
Produção de verduras e hortaliças (estabelecimentos)	3	12,00			7	8,97		
Área de de verduras e hortaliças (ha)	3		0,23	0,25	7		0,86	0,56
Qtidade. de verduras e hortaliças (kg/ano)	3		2658	2244	4		3096	4357
Produção de frutas (estabelecimentos)	4	16,00			23	29,49		
Área de produção de frutas (ha)	4		0,88	0,75	23		1,43	1,20
Qtidade. de produção de frutas (kg/ano)	2		1080	170	9		5142	7004
Outra plantação destinada ao mercado	16	64,00			52	66,67		
Área de produção de outra plantação (ha)	16		2,63	1,67	46		2,04	1,17
Qtidade. de outra plantação (kg/ano)	16		3453,13	2952,14	45		2759,57	1902,96

Dentre as culturas classificadas como verduras e hortaliças, surgiram como importantes o quiabo, com 5 produtores inadimplentes, o jiló, produzido por 3 beneficiários da amostra, e a abóbora, cultivada por 4 produtores, 1 deles adimplente e outros 3 inadimplente.

Das fruteiras cultivadas, destacaram-se a banana, cultivada por 17 produtores, dos quais 15 em situação de inadimplência, o abacaxi, produzido por 11 produtores, estando 10 deles inadimplentes. Em posição bastante menos destacada, em termos de produtores envolvidos, surgem ainda o mamão e o maracujá, com 4 e 3 produtores respectivamente, com apenas um beneficiário adimplente envolvido com a produção de cada uma dessas espécies. Ainda, com apenas um produtor envolvido em cada uma delas, foram mencionadas as culturas da laranja e da melancia.

A produção de feijão está representada na amostra de beneficiários do PNCF-CAF por 6 produtores, 1 em situação de adimplência e 5 inadimplentes. O produtor adimplente tem 1,5 ha plantados, produzindo 450 kg/ano de feijão, ou seja, um rendimento de 300 kg/ha/ano, bastante baixa para os padrões da cultura no país. Por seu turno, os 5 produtores em situação de inadimplência declaram estar obtendo, em média, 1096 kg/ano, em uma área média de 0,5 ha, o que corresponde a um rendimento médio de 2,2 t/ha/ano, bastante acima da média nacional. Lembrando que nesse estudo trabalha-se com percepções e conhecimentos, muitas vezes tácitos, dos produtores, os números declarados são os dados utilizados ainda que seja necessário conviver com pequenas inconsistências, naturais nesse tipo de abordagem.

Por sua vez, a produção de mandioca envolve 25 produtores, 8 em situação de adimplência e 17 inadimplentes. O primeiro grupo cultiva em média 1,25 ha por produtor e produz ao redor de 5.141 kg/ano em média por produtor. O segundo grupo cultiva em média 0,93 ha/produtor, obtendo 7225 kg/ano em média por ano.

Com relação à produção de milho, tem-se os dados declarados por 4 produtores adimplentes e 9 produtores do grupo inadimplente. O grupo adimplente cultiva 3,38 ha/ano/produtor, produzindo 5,5 t/ano, resultando em um rendimento de 1,6 t/ha. Por sua vez, o grupo inadimplente cultiva 3,53 ha/ano/produtor, produzindo 4,6 t/ano, correspondendo a um rendimento de 1,8 t/ha.

A produção de verduras corresponde a um agregado de produtos, que envolve a participação de 10 empreendimentos produtores, 7 em situação de inadimplência e 3 adimplentes. O grupo inadimplente cultiva em média 0,86 ha e produz perto de 3,1 t/ano/produtor, obtendo rendimento médio de 3,6 t/ha. O grupo de adimplentes, por sua vez, cultiva em média 0,23 ha, produzindo ao redor de 2,7 t/ano, resultando em um rendimento médio de 11,5 t/ha.

A produção de frutas, igualmente, corresponde a um agregado de várias espécies envolvendo o trabalho de 27 empreendimentos, dos quais 4 adimplentes e 23 inadimplentes. O primeiro grupo produz cerca de 1 t/ano, utilizando uma área média de 0,9 ha/ano/produtor, obtendo assim um rendimento médio de 1,1 t/ha/ano. O segundo grupo cultiva 1,43 ha/ano, produzindo 5,1 t/ha em média, obtendo rendimento médio de 3,6 t/ha/ano.

No caso de "outra plantação", esse item é também um agregado, amplamente dominado pela cultura do fumo e, subsidiariamente, pela soja.

Na Tabela 45 mostram-se os dados de participação dos produtores nessas culturas. São 46 produtores de fumo, dos quais 9 adimplentes e 37 inadimplentes. A cultura da soja, por sua vez, envolve 9 produtores, dos quais 4 adimplentes e 5 inadimplentes.

Tabela 45: Produção de fumo e soja nos empreendimentos do PNCF-CAF

Produtos	Adimplentes (N=25)		Inadimplentes (N=78)	
	n	%	n	%
fumo	9	36	37	47
soja	4	16	5	6

Na Tabela 46 são apresentados os dados declarados pelos produtores envolvidos na produção de fumo e soja. De acordo com essas informações, a produção média de soja por empreendimento está ao redor de 5 t/ano, nos estabelecimentos adimplentes e perto de 3,5 t/ano nos estabelecimentos inadimplentes. Aos preços publicados recebidos pelos produtores, a receita média bruta do produtor adimplente com a venda da soja estaria perto de R\$ 3.900,00, enquanto que para o inadimplente representaria aproximadamente R\$ 2.700,00. Os mesmos cálculos e raciocínio para os dados do fumo mostram que para as produções médias declaradas perto de 3,7 t/ano para os produtores adimplentes e de 3 t/ano para os inadimplentes, as receitas brutas anuais estariam ao redor de R\$ 28.500,00 e R\$ 23.300,00, respectivamente.

Tabela 46: Impacto das culturas de fumo e soja na renda do produtor do PNCF-CAF

Produção	Preços recebidos pelos produtores (R\$/kg)	Quantidade média (Kg/ano)		Médias de rendas (R\$/produtor/ao ano)	
		Adimplente	Inadimplentes	Adimplente	Inadimplentes
soja	0,77	5075,00	3540,00	3910,46	2727,69
fumo	7,78	3672,22	2998,65	28569,89	23329,49

Na Tabela 47 são apresentados dados sobre a aplicação de tecnologias na produção agrícolas dos estabelecimentos adimplentes e inadimplentes do PNCF-CAF.

Tabela 47: Adoção de tecnologias na produção agrícola

Variáveis	Adimplentes (n=25)		Inadimplentes (n=78)	
	n	%	n	%
Uso de sementes e outros materiais de plantio comerciais	21	84,00	63	80,77
Uso de grãos de produção própria	7	28,00	20	25,64
Uso de calcário	15	60,00	43	55,13
Controle de pragas e doenças	21	84,00	69	88,46
Uso de defensivos agrícolas	20	80,00	65	83,33
Uso de controle biológico	1	4,00	4	5,13
Uso de outro procedimento de controle	0	0,00	6	7,69

De acordo com as declarações dos produtores, o uso de sementes melhoradas é prática corrente na grande maioria desses empreendimentos, com taxas de uso de 84% entre os adimplentes e 81% entre os inadimplentes, embora a taxa de uso de grãos da própria produção como sementes não seja desprezível. Segundos o declarado pelos produtores, 28% dos estabelecimentos adimplentes e ao redor de 26% dos inadimplentes ainda o faz.

Quanto ao uso de calcário para correção dos solos, as taxas de adoção entre adimplentes e inadimplentes, de 60% e 55%, respectivamente, estão próximas. Também, a proporção dos produtores que utilizam práticas de controle de pragas e doenças, com adoção de 84% dos adimplentes e 88% dos inadimplentes, é relativamente alta. Os meios de controle adotados são essencialmente a aplicação de defensivos agrícolas, com taxas de adoção de 80% e 83% dos estabelecimentos adimplentes e inadimplentes, respectivamente. O uso de controle biológico, que é uma tecnologia mais sofisticada de combate a pragas e doenças, é baixa nos dois grupos: 4% entre os adimplentes e 5,13% entre os inadimplentes. Conforme declarado nas entrevistas, cerca de 8% dos estabelecimentos inadimplentes adotam outras práticas de controle, na sua maioria fórmulas caseiras, de eficácia não necessariamente validadas pela pesquisa.

Na Tabela 48 apresentam-se os dados sobre o uso de fertilizantes. Verifica-se que essa prática é bem difundida, com taxas de adoção de 80% entre os estabelecimentos adimplentes e ao redor de 90% entre os inadimplentes, aí consideradas a adubação química, o uso de esterco e compostos e formulações mistas.

Tabela 48: Adoção de tecnologias de fertilização

Uso de Adubação	Adimplente	Inadimplente	TOTAL
	Empreendimentos (%)		
Não usa	20%	9%	12%
Adubo Químico	64%	56%	58%
Esterco ou Composto	16%	35%	30%
Total Geral	100% (n=25)	100% (n=78)	100% (n=103)

Os produtores foram também arguidos sobre a produtividade de sua principal cultura, em termos de geração de ganhos, e sobre os principais problemas que impactam negativamente a produtividade dessa cultura. Em primeiro lugar, o produtor, usando uma escala de 1(baixa) a 3 (alta), tendo o escore 2 como ponto médio, foi solicitado a avaliar o seu nível de produtividade. As avaliações resultaram em escore médio de 1,72, para os estabelecimentos adimplentes, e 1,61 para os inadimplentes, que podem ser considerados próximos. A seguir, usando uma escala de 1 (não tem impacto negativo) a 10 (tem impacto negativo muito grande), os entrevistados foram solicitados a avaliar os fatores que podem estar limitando o crescimento da produtividade de sua principal cultura. Os dados obtidos estão mostrados na Tabela 49.

Tabela 49: Produtividade da principal cultura e seus fatores limitantes

Variáveis	Adimplentes			Inadimplentes		
	n	Média	DP	n	Média	DP
Escala: 1=alta; 2=média; 3=alta						
Produtividade da produção com maiores ganhos	25	1,72	0,54	77	1,61	0,67
Escala: 1=nenhum prejuízo a 10= prejuízo muito grande						
Prejuízo sobre produtividade por má qualidade de sementes e mudas usadas	24	3,29	2,99	69	3,81	2,97
Prejuízo sobre produtividade por pragas e doenças	25	4,56	3,06	69	4,80	3,00
Prejuízo sobre produtividade por deficiência de nutrição	25	3,76	2,92	69	4,07	3,06
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de seca	25	5,28	3,92	69	6,06	3,00
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de enchente	24	1,33	1,43	67	3,19	3,12
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de ventanias	25	3,48	2,76	69	3,59	3,01
Prejuízo sobre produtividade por ocorrência de granizo	24	2,42	2,87	66	2,64	2,57

Os resultados das avaliações mostram bastante semelhança entre as avaliações dos adimplentes e inadimplentes. Para ambos o principal fator limitante da produtividade é a ocorrência de secas, com notas perto de 5 para os adimplentes e 6 para os inadimplentes. Em segundo lugar, com escores 4,5 e 4,8 respectivamente para adimplentes e inadimplentes, aparece os impactos das pragas e doenças sobre a produtividade. O fator limitante seguinte, conforme avaliação dos produtores de ambos os grupos, é a deficiência de nutrição, com escores ao redor de 4. Foram ainda apontados como fatores limitantes da produtividade de sua principal cultura, pelos dois grupos, a má qualidade do material de propagação (mudas e sementes) utilizado e ocorrência de ventanias, já com escores abaixo de 4.

Considerando o número relativamente alto de avaliadores, acima de 24 no grupo de adimplentes e acima de 65 no grupo de inadimplentes, e a semelhança de julgamentos entre os dois grupos, os resultados obtidos podem ser considerados bastante robustos.

Essas avaliações, no entanto, pela possibilidade de estarem focadas mais em efeitos do que causas permitem aventar a hipótese de que se estão utilizando cultivares pouco adaptados às condições das localidades de cultivo. Essa possibilidade teria que ser avaliada junto à extensão ou a instituições de pesquisa.

5.2.5. Estimativa da renda agrícola bruta dos empreendimentos do PNCF-CAF

Considerando que os estabelecimentos têm um perfil produtivo próprio, com escolhas e processos de produção e comercialização diferentes, uma maneira de poder compará-los em termos de resultados é atribuir valor a seu resultado físico. Para esse fim, foram levantados preços para cada um dos produtos produzidos nos empreendimentos, conforme declarados pelos beneficiários nas entrevistas. O levantamento de preços foi orientado também pelas declarações dos beneficiários sobre seus canais preferenciais de comercialização (Ver seção 5.2.9. Relações com o Mercado). Os preços levantados para os principais produtos estão mostrados na Tabela 50.

Tabela 50: Preços a produtor de produtos agropecuários

Preços a produtor de produtos agropecuários	
Arroz R\$ 0,48/kg	Carne Suína R\$ 2,80/ kg
Milho R\$ 0,50/kg	Bezerro R\$ 716,31/cabeça
Soja R\$ 0,77/kg	Carne Bovina R\$ 6,64/kg
Trigo R\$ 0,47/kg	Frango R\$ 2,75/ kg
Feijão R\$ 1,62/kg	Ovos R\$ 1,85/dúzia
Mandioca R\$ 0,21/kg	Leite R\$ 0,86/litro
Fumo R\$ 7,78/kg	Queijo Minas R\$ 8,49/kg

Fontes: CEPEA, IEA-SP; Notícias Agrícolas: Cotações

Buscaram-se também preços ao produtor para produtos não tão comuns, como as espécies de verdura e hortaliças e frutas produzidas nos empreendimentos do PNCF-CAF, tendo em conta os canais de comercialização preferenciais declarados pelos produtores. Esses preços, muito mais difíceis de levantar, foram buscados junto aos mercados atacadistas e sites regionais e locais da internet. O grau de confiança de que se tratam de preços adequados para valorar a produção dos empreendimentos do PNCF-CAF é menor que os preços obtidos para as “commodities” e produtos mais comuns apresentados anteriormente, mas, como para todos os produtores são utilizados os mesmos conjuntos de preços, os possíveis erros impactam igualmente todas as estimativas de renda bruta, de forma que mesmo que os valores absolutos para a renda bruta não tenham alta precisão, eles são adequados para ordenar de modo confiável os empreendimentos segundo os resultados de produção declarados pelos beneficiários. Além disso, a ordem de grandeza da renda bruta não parece discrepante dos valores estimados para os beneficiários do PNCF obtidas em outras pesquisas. Os preços obtidos são apresentados na tabela 51.

Tabela 51. Preços ao produtor de produtos agropecuários

Preços ao produtor de produtos agropecuários não tradicionais (R\$/kg)			
Laranja	R\$ 0,90	Pimentão	R\$ 2,20
Banana	R\$ 1,40	Batata	R\$ 0,65
Maracujá	R\$ 3,00	Pimenta	R\$ 10,00
Mamão	R\$ 1,60	Berinjela	R\$ 2,20
Abacaxi	R\$ 1,50	Abóbora	R\$ 1,35
Amendoim	R\$ 3,40	Quiabo	R\$ 2,50
Melancia	R\$ 0,40	Maxixe	R\$ 2,20
Batata-doce	R\$ 1,60	Jiló	R\$ 2,20
Inhame	R\$ 1,60	Pepino	R\$ 2,20

Partindo desse conjunto de preços e das produções estimadas declaradas pelos produtores, foi possível calcular-se estimativas das rendas brutas de cada empreendimento CAF da amostra. Os resultados das médias dessas estimativas são apresentados na Tabela 52.

Tabela 52. Mato Grosso e Rio Grande do Sul: Estimativas da média da renda bruta anual

Estados	Média da Renda Bruta Anual(R\$/empreendimento/ano)	
	Adimplente	Inadimplente
Mato Grosso	R\$ 8.500	R\$ 9.854
Rio G. do Sul	R\$ 22.817	R\$ 19.450
Total Geral	R\$ 16.309	R\$ 15.195

Curiosamente, a média das rendas anuais brutas dos beneficiários adimplentes no Mato Grosso, no valor estimado de R\$ 8.500,00, é menor que a média das rendas brutas dos beneficiários inadimplentes, cujo valor estimado é de R\$ 9.854,00. Chama também a atenção a renda bruta média dos empreendimentos, tanto adimplentes quanto inadimplentes do Rio Grande do Sul, bastante mais alta que as do Mato Grosso. Os inadimplentes gaúchos obtêm renda bruta perto do dobro da renda bruta dos inadimplentes de Mato Grosso. Para os adimplentes, cuja renda bruta média no Rio Grande do Sul é maior que a dos inadimplentes, a renda bruta média gaúcha é perto de 2,5 vezes maior que a renda média bruta dos beneficiários mato-grossenses.

Essas diferenças são analisadas em maiores detalhes a partir do exame dos dados apresentados na Figura 1, que apresenta a distribuição dos beneficiários de Mato Grosso, por estratos de renda bruta. A figura mostra que 93% dos beneficiários adimplentes tem renda bruta estimada menor que R\$ 20 mil por ano. Para os inadimplentes, ao redor de 83% dos beneficiários estão abaixo dessa marca. Visto de forma inversa, enquanto apenas 7% dos adimplentes mato-grossenses tem renda bruta acima de R\$ 20 mil por ano, ao redor de 17% de inadimplentes estão na mesma situação.

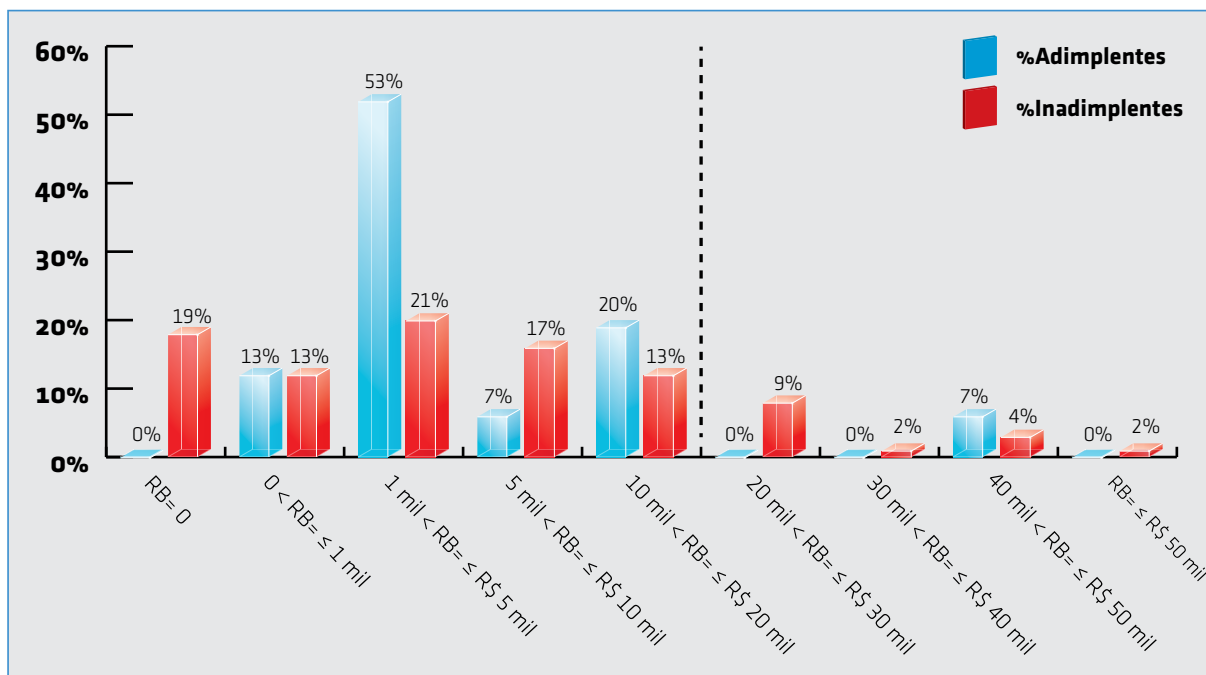


Figura 1. Mato Grosso: Distribuição dos beneficiários, por estratos de renda bruta

Tendo por base a situação de Mato Grosso, onde 93% dos beneficiários adimplentes da CAF tem renda menor que R\$ 20 mil, pode-se imaginar que em situações normais, os beneficiários com renda acima desse valor teriam condições de fazer frente aos pagamentos do seu financiamento. Em contraposição, ao se examinar a distribuição dos adimplentes e inadimplentes com renda abaixo de R\$ 20 mil, pode-se presumir que esse grupo é altamente vulnerável. Quaisquer instabilidades, sejam de natureza ambiental (exemplo: secas ou enchentes), de natureza produtiva (por exemplo: ataques de pragas ou doenças, ou mesmo aumento de custos de insumos), ou ainda de natureza pessoal (por exemplo: doença do chefe da família ou de outro familiar que torne indisponível a mão-de-obra necessária para manter as operações do empreendimento), isoladas ou combinadas, podem fazer com que a renda bruta do empreendimento caia a níveis que impeçam o cumprimento dos compromissos com o pagamento dos financiamentos, levando-os à inadimplência.

Essas presunções reforçam-se quando se examina a distribuição das rendas brutas estimadas no Rio Grande do Sul, apresentada na Figura 2. Aqui, apenas 40% dos adimplentes tem renda estimada inferior a R\$ 20 mil anuais, contra 53% de inadimplentes na mesma situação. Em contrapartida, a existência de 46% de inadimplentes no Rio Grande do Sul com renda bruta estimada acima de R\$ 20 mil parece ser difícil de explicar com base exclusivamente na renda. Tendo em conta as demais situações descritas, é possível que uma proporção importante desses beneficiários inadimplentes tenha outras razões para não pagar as parcelas do seu financiamento, já que sua renda bruta, salvo situações absolutamente excepcionais, aparentemente não justificaria faltar com esse compromisso.

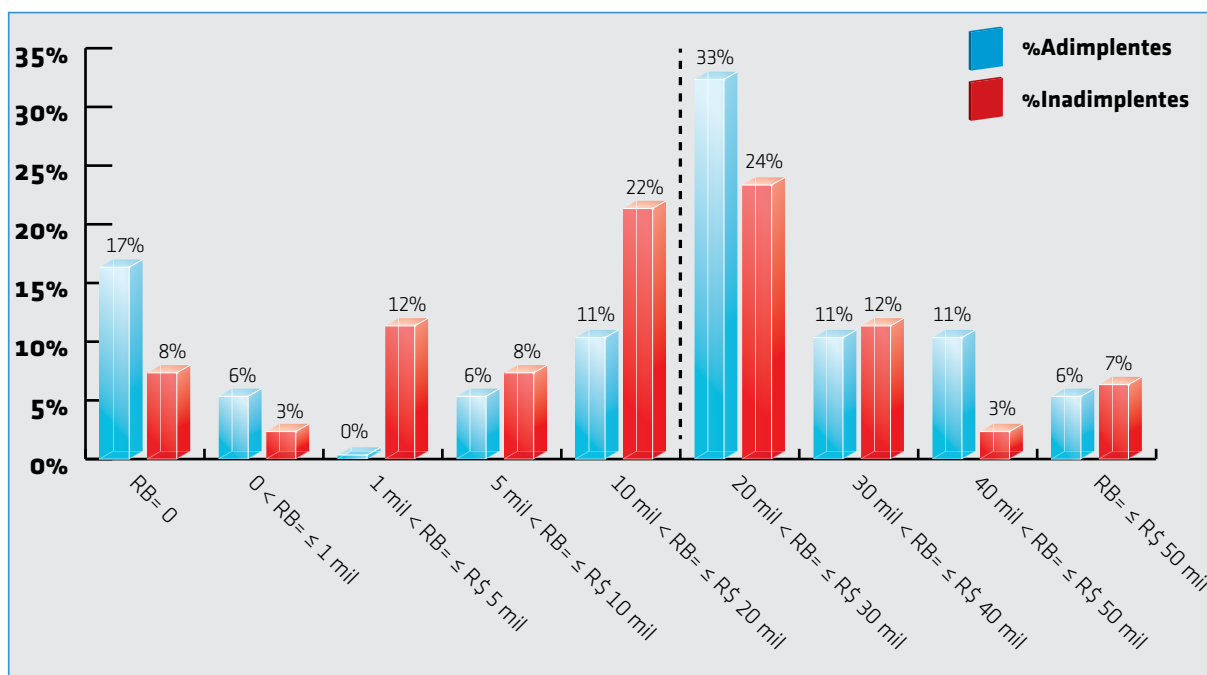


Figura 2. Rio Grande do Sul: Distribuição dos beneficiários, por estratos de renda bruta

Também chama a atenção a proporção de 17% de empreendimentos no Rio Grande do Sul que estão em situação de adimplentes sem, contudo, auferir qualquer renda da atividade agrícola. Esse grupo de beneficiários, que não auferem renda de sua terra ou que auferem renda muito baixa, e ainda assim se mantêm adimplentes certamente obtêm recursos de outras fontes, como trabalho assalariado fora do seu empreendimento, bolsas do governo, aposentadorias e pensões, ou ainda, recebem recursos de familiares que vivem fora do empreendimento.

5.2.6. Composição da renda agrícola bruta

De interesse, também, é entender como os beneficiários compõem a renda oriunda da sua produção. Considerando que suas propriedades são relativamente pequenas em termos de área total e, principalmente, em termos da área de trabalho (a área que é efetivamente utilizada para gerar rendas), é importante saber quais culturas e criações, e que combinações delas, permitem aos empreendimentos gerar renda em níveis que contribuam para diminuir a vulnerabilidade dessas famílias.

Na Tabela 53 são mostradas as médias da renda bruta dos empreendimentos do PNCF-CAF amostrados no Mato Grosso, segundo a combinação entre produção animal e produção vegetal para mercado praticada pelos empreendimentos adimplentes e inadimplentes. Logo abaixo da renda bruta média, está indicado, entre parênteses, o percentual de estabelecimentos da amostra que pratica a respectiva combinação.

Observa-se que a maioria dos empreendimentos adimplentes (53%) e uma parte substancial dos inadimplentes (32%) praticam alguma combinação de produção animal e produção vegetal. Observa-se também que a renda bruta média anual desses grupos é substancialmente maior que as rendas brutas médias observadas nos grupos que praticam exclusivamente produção animal ou produção vegetal. Entre os beneficiários adimplentes, 27% praticam somente produção animal e apresentam uma renda bruta média de aproximadamente R\$ 4,6 mil, em oposição a 20% que se dedicam exclusivamente à produção vegetal e obtêm renda bruta média da ordem de R\$ 2,7 mil por ano. Entre os beneficiários inadimplentes de Mato Grosso, as preferências de produção e os resultados se invertem: 43% praticam exclusivamente a produção vegetal, obtendo renda bruta anual estimada da ordem de R\$ 11,4 mil, contra 9% que se dedicam exclusivamente à produção animal obtendo, renda média anual bruta da ordem de R\$ 6 mil.

Tabela 53: Mato Grosso: Produção animal e vegetal nos empreendimentos do PNCF-CAF

Mato Grosso		Renda Bruta Anual da Produção para o Mercado (R\$/empreendimento/ano)					
		Adimplente			Inadimplentes		
Prod. Vegetal	Prod. Animal	Não	Sim	Média Geral	Não	Sim	Média Geral
	Não		R\$ 0 (0%)	R\$ 4.648 (27%)	R\$ 4.648 (27%)	R\$ 0 (17%)	R\$ 5.981 (9%)
Sim		R\$ 2.712 (20%)	R\$ 12.596 (53%)	R\$ 9.900 (73%)	R\$ 11.402 (43%)	R\$ 14.080 (32%)	R\$ 12.550 (74%)
Média Geral		R\$ 2.712 (20%)	R\$ 17.244 (80%)	R\$ 8.500 100% (n=15)	R\$ 8.144 (60%)	R\$ 12.375 (40%)	R\$ 9.854 100% (n=47)

Dados análogos para o Rio Grande do Sul são apresentados na Tabela 54.

Tabela 54: Rio G. do Sul: Produção animal e vegetal nos empreendimentos do PNCF-CAF

Rio Grande do Sul CAF Produção para o Mercado		Renda Bruta Anual da Produção para o Mercado (R\$/empreendimento/ano)					
		Adimplente			Inadimplentes		
Prod. Vegetal	Prod. Animal	Não	Sim	Média Geral	Não	Sim	Média Geral
	Não		R\$ 0 (17%)	R\$ 20.640 (6%)	R\$ 5.160 (22%)	R\$ 0 (8%)	R\$ 20.679 (17%)
Sim		R\$ 28.154 (39%)	R\$ 27.571 (39%)	R\$ 27.862 (78%)	R\$ 20.281 (58%)	R\$ 25.117 (17%)	R\$ 21.380 (75%)
Média Geral		R\$ 28.154 (56%)	R\$ 48.211 (44%)	R\$ 22.817 100% (n=18)	R\$ 17.681 (66%)	R\$ 22.898 (34%)	R\$ 19.450 100% (n=59)

Nesse Estado predominam os beneficiários que trabalham exclusivamente com produção vegetal: 39% dos estabelecimentos adimplentes, obtendo renda média bruta anual da ordem de R\$ 28 mil, e 58% dos empreendimentos inadimplentes, com receita média bruta da ordem de R\$ 20 mil anuais. Os que se dedicam exclusivamente à produção animal – 6% dos adimplentes e 17% dos inadimplentes – obtêm renda média bruta da ordem de R\$ 20 mil por ano. Existe, ainda, uma parcela considerável cuja escolha recai sobre combinações de produção animal e produção vegetal, grupos que representam 39% dos adimplentes e 17% dos inadimplentes gaúchos, obtendo renda média anual bruta da ordem de R\$ 27 mil e R\$ 25 mil, respectivamente.

Ainda entre os beneficiários do PNCF-CAF gaúchos, observa-se a existência de uma parcela de 17% dos beneficiários adimplentes que declaram não obter nenhuma renda da atividade produtiva de sua propriedade. Existem também 8% de inadimplentes que declararam não obter renda alguma de sua propriedade.

Buscando uma melhor compreensão da composição da renda bruta dos empreendimentos do PNCF-CAF adimplentes e inadimplentes, no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, a produção desses estabelecimentos foi categorizada em 3 grupos: a) culturas tradicionais, que no caso dos empreendimentos entrevistados referem-se basicamente à produção de arroz, feijão, mandioca e milho; b) produção de produtos animais, que abarcam a produção de caprinos e ovinos, bovinos, galinhas e outras aves e suínos, além de seus produtos derivados (leite, queijo, ovos, carnes e animais vivos); e c) a produção de culturas de alto valor (ou não tradicionais),

como frutas e verduras e hortaliças, além de produtos regionais de alto valor, como fumo no Rio Grande do Sul. Para cada uma dessas categorias foi calculado o valor bruto da respectiva produção e o percentual de sua contribuição para a formação da renda bruta total do empreendimento.

Os resultados são apresentados na sequência de Figuras 3, 4,5 e 6 que segue. As barras verticais das figuras representam a 100% da renda bruta anual de cada empreendimento, e cada figura corresponde ao conjunto de empreendimentos da amostra na situação de adimplentes e inadimplentes, em cada Estado (Mato Grosso e Rio Grande do Sul). A barra vertical pontilhada de cor negra representa o ponto de corte da renda bruta anual, correspondente a R\$ 20 mil por ano, arbitrado para o conjunto de empreendimentos, abaixo do qual a inadimplência pode surgir como consequência das vulnerabilidades econômicas das famílias (sem, contudo, excluir a possibilidade de a inadimplência de alguns desses beneficiários resultar de uma decisão voluntária de não quitar as parcelas do seu financiamento). Por último, as variáveis das legendas são definidas como:

Perc_RecAnim = porcentagem da receita bruta do empreendimento correspondente a receitas obtidas com produtos animais e seus derivados, representada pela porção verde das barras.

Perc_RecTrad = porcentagem da receita bruta do empreendimento correspondente a receitas obtidas com produtos vegetais tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca). Essa porcentagem é representada pela porção vermelha das barras.

Perc_RecValor = porcentagem da receita bruta do empreendimento correspondente à receitas obtidas com a comercialização de produtos vegetais não tradicionais: verduras e hortaliças, frutas e, no caso do Rio Grande do Sul, soja e fumo. Essa porcentagem é representada pela porção azul escuro das barras verticais.

A barra, portanto, é formada de frações representadas por diferentes cores, que no seu total representam 100% da renda bruta anual do empreendimento. Quando uma das cores não aparece na barra, isso significa que o empreendimento não comercializa o respectivo conjunto de produtos. Em contraponto, quando a barra é representada por uma única cor, isso significa que o empreendimento comercializa exclusivamente aquele conjunto de produtos.

Considerando as observações, as figuras podem ser interpretadas pelo seu aspecto visual e pela concentração das cores. Assim, a Figura 3 mostra que o conjunto de inadimplentes do Mato Grosso predominantemente formado por empreendimentos de renda abaixo de R\$ 20 mil reais por ano. Apenas um (1) empreendimento da amostra de empreendimentos adimplentes tem renda bruta anual acima desse ponto de corte. Pela cor verde, observa-se que a renda bruta desse empreendimento origina-se exclusivamente da comercialização de produtos de origem animal e possivelmente seus derivados. Todos os demais empreendimentos adimplentes tem renda bruta anual abaixo de R\$ 20 mil por ano. Dentre esses, os que têm rendas brutas mais altas, representadas pelas barras mais próximas à barra negra pontilhada, tem sua renda formada predominantemente por produtos de origem animal e produtos vegetais de alto valor (não tradicionais), representados por barras com porções verdes e azuis escuro. Os empreendimentos que dependem substancialmente de produtos vegetais tradicionais estão concentrados na porção das rendas brutas mais baixas.

Com relação à Figura 4, que representam os empreendimentos inadimplentes de Mato Grosso, observa-se de imediato um número maior de estabelecimentos com renda bruta acima de R\$ 20 mil anuais, com predominância de receitas provenientes de produtos vegetais não tradicionais, de alto valor (porções azuis das barras), e, em alguns casos, combinadas com receitas provenientes de produção animal (porções verdes das barras). A presença de porções vermelhas, correspondentes a produtos vegetais tradicionais é muito pequena nessa porção do gráfico. O mesmo se observa em relação aos empreendimentos abaixo, mas ainda próximos da barra negra pontilhada: nessa parte do gráfico também predominam rendas brutas formadas exclusivamente pelas receitas originadas da produção animal ou de produtos não tradicionais, ou, ainda, combinação de receitas

obtidas desses produtos. De maneira parecida com a observada em relação aos beneficiários adimplentes, as rendas brutas dos estabelecimentos inadimplentes do Mato Grosso, formadas como predominância ou a participação exclusiva de produtos tradicionais tendem a se localizar no grupo das rendas brutas mais baixas.

A análise das Figuras 5 e 6, correspondentes, respectivamente, ao conjunto dos estabelecimentos adimplentes e inadimplentes componentes da amostra de beneficiários do Rio Grande do Sul, levam a conclusões similares: empreendimentos que se dedicam exclusivamente à produção de produtos vegetais não tradicionais, de alto valor, e a produtos animais escolhidos adequadamente, ou de combinações desses produtos, tendem a obter rendas brutas anuais mais altas. Os produtores que se dedicam exclusivamente ou predominantemente à produção de produtos vegetais tradicionais tendem a obter rendas brutas anuais mais baixas. Ainda com respeito aos beneficiários do Rio Grande do Sul, nota-se em geral, um conjunto de rendas brutas anuais substancialmente mais altas que as observadas em Mato Grosso. A principal razão, como já mencionado anteriormente, está associada à predominância da produção de fumo nos empreendimentos da amostra desse Estado, que além de comandar altos preços, permite aos produtores acesso a tecnologias mais sofisticadas de cultivo e, como se verá mais adiante, acesso a financiamentos de insumos oferecidos pelas empresas processadoras de tabaco.

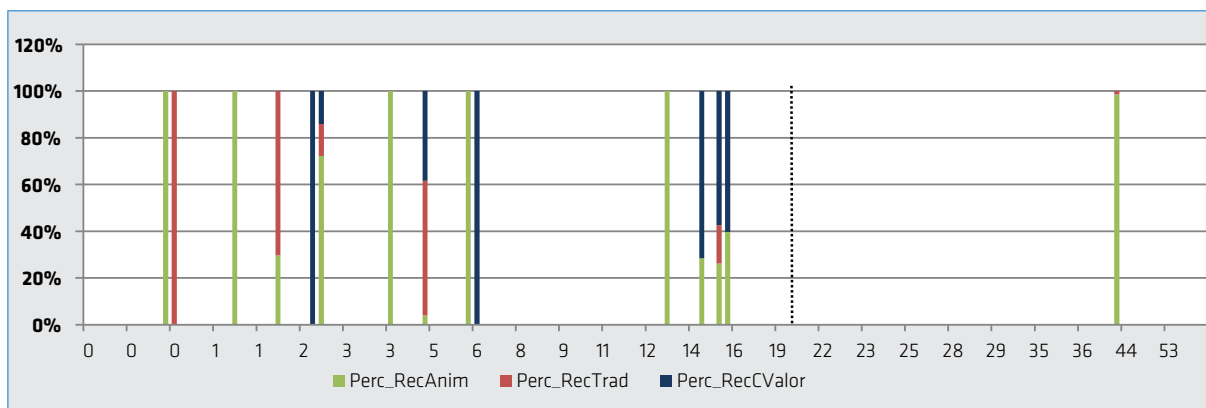


Figura 3: Mato Grosso: Composição da renda bruta dos beneficiários adimplentes do PNCF-CAF

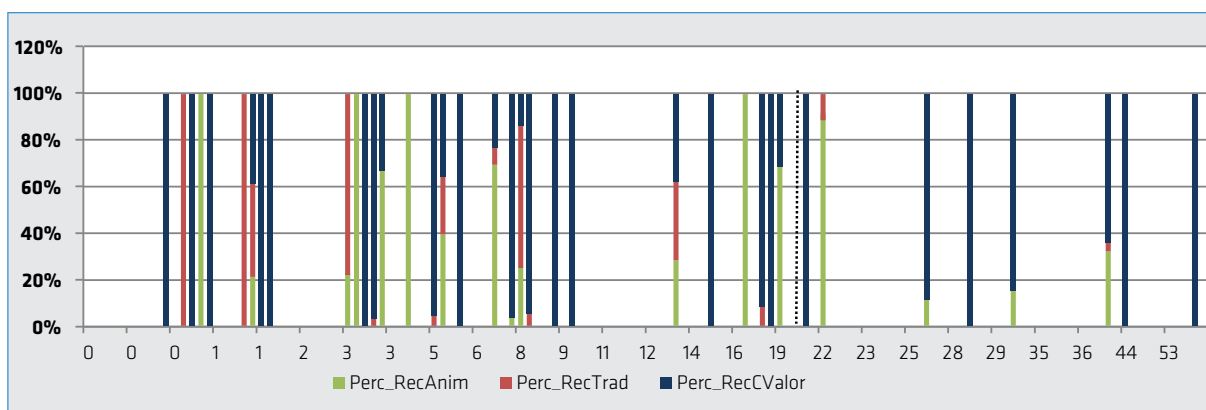


Figura 4: Mato Grosso: Composição da renda bruta dos beneficiários inadimplentes do PNCF-CAF

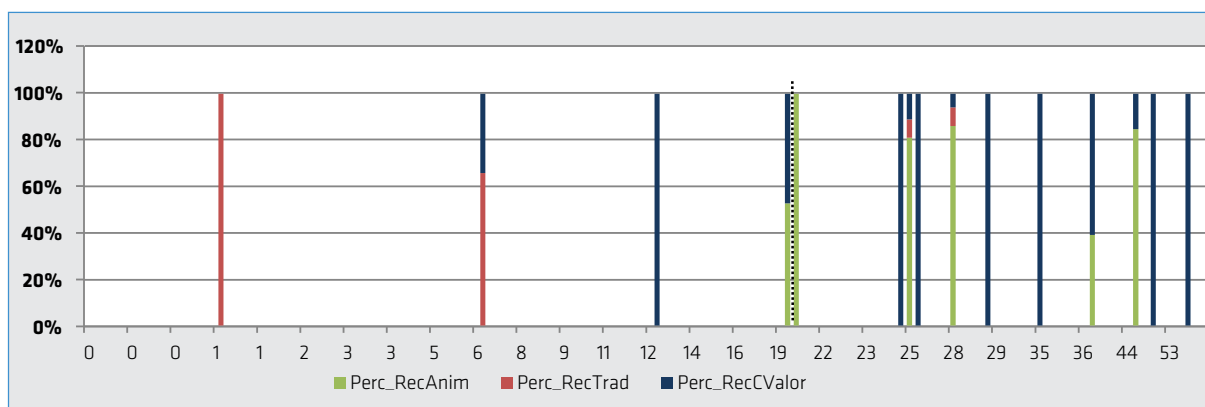


Figura 5: Rio G. do Sul: Composição da renda bruta dos beneficiários adimplentes do PNCF-CAF

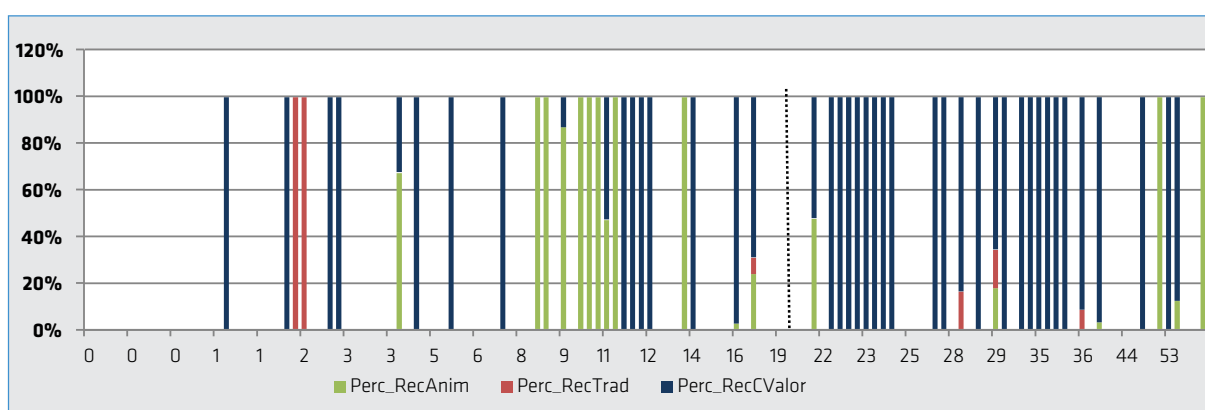


Figura 6: Rio G. do Sul: Composição da renda bruta dos beneficiários inadimplentes do PNCF-CAF

5.2.7. Financiamento da produção

Tradicionalmente, a atividade agropecuária depende da disponibilidade de crédito para se viabilizar. Os ciclos de produção relativamente longos, as margens de comercialização estreitas em contraposição ao alto valor de custeio para a implantação das culturas ou manutenção de rebanhos, a receita concentrada em poucos (em muitas situações, em um único) momentos do ano, além do relativamente alto risco associado à atividade, são as justificativas para a necessidade de o agricultor recorrer ao crédito. Em se tratando da agricultura familiar, geralmente pouco capitalizada, o acesso ao crédito é ainda mais importante. Esse tema foi tratado ao longo das entrevistas com os beneficiários do PNCF-CAF e os dados sobre suas principais fontes de financiamento são apresentados na Tabela 55.

De acordo com esses dados, as principais fontes de financiamento à produção utilizadas pelos beneficiários do PNCF-CAF no Mato Grosso, tanto pelos adimplentes como pelos inadimplentes, são o PRONAF A (respectivamente, 87% e 83% desses produtores) e Recursos Próprios (respectivamente, 73% e 72% desses beneficiários). No Rio Grande do Sul inverte-se a ordem, com Recursos Próprios aparecendo à frente do PRONAF-A tanto para produtores adimplentes (72%) como para produtores inadimplentes (85%).

No Mato Grosso, em ordem de importância, a terceira principal fonte de financiamento dentre as acessadas pelos beneficiários do PNCF-CAF do Estado são os "Outros Programas de Crédito", aos quais recorrem 33% dos beneficiários adimplentes e 17% dos beneficiários inadimplentes. No Rio Grande do Sul os "Outros Programas de Crédito" aparecem apenas como a quarta fonte mais importante. A ela recorrem 28% dos beneficiários adimplentes, contra apenas 15% dos inadimplentes.

Tabela 55: Fontes de financiamento utilizadas pelos empreendimentos

Fontes de Financiamento da Produção	Mato Grosso		Rio Grande do Sul		Geral	
	Adimplente	Inadimplente	Adimplente	Inadimplente	Adimplente	Inadimplente
Recursos Próprios	73%	72%	72%	85%	73%	79%
Emprestadores Particulares	20%	17%	33%	46%	27%	33%
Recursos do PRONAF-A	87%	83%	61%	69%	73%	75%
Outros Programas de Crédito	33%	17%	28%	15%	30%	16%
Outras fontes de financiamento	7%	15%	11%	12%	9%	13%
Total Geral	100% (n=15)	100% (n=47)	100% (n=18)	100% (n=59)	100% (n=33)	100% (n=106)

Os beneficiários da CAF, principalmente os gaúchos, mas também em menor grau no Mato Grosso, recorrem a emprestadores particulares. Com efeito, no Rio Grande do Sul 33% dos beneficiários adimplentes e 46% dos beneficiários inadimplentes acessam recursos via essa fonte, que no caso desse Estado é a terceira em ordem de importância. No Mato Grosso as proporções são de 20% de adimplentes e 17% dos inadimplentes.

Os dados da Tabela 55 discutidos acima, estão representados na Figura 7, que permite visualizar com facilidade a importância relativa das diversas fontes de financiamento da produção para os beneficiários do PNCF-CAF no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

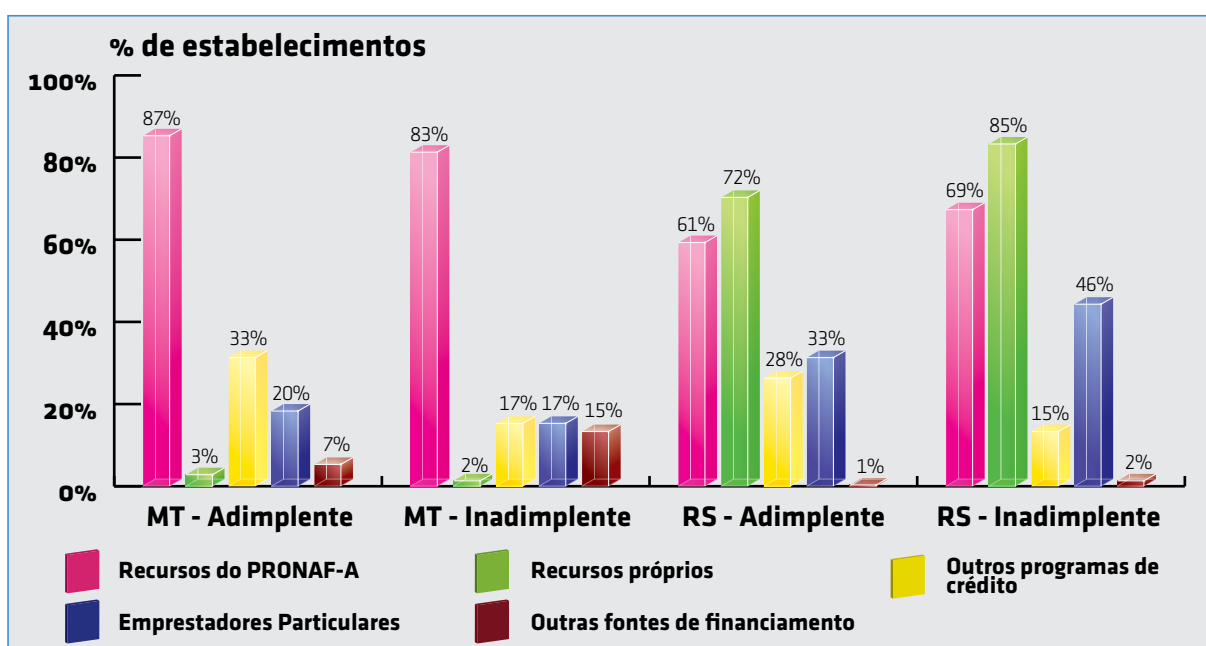


Figura 7: Mato Grosso e Rio Grande do Sul: Fontes de financiamento da produção

Os “Outros programas de crédito”, aos quais recorrem os produtores do PNCF-CAF, principalmente os que estão em situação de inadimplência, são apresentadas na Tabela 56.

Tabela 56: Outros programas de crédito

Outras Programas de Crédito	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
BANCO DO BRASIL	17%	6%	10%
SICREDI Custeio	17%	24%	21%
PRONAF CUSTEIO	42%	35%	38%
PRONAFINHO	17%	12%	14%
EMPRESTIMO PARTICULAR	0%	12%	7%
EMPRESAS / COOPERATIVAS ADIANTAM INSUMOS	8%	12%	10%
Total Geral	100% (n=12)	100% (n=17)	100% (n=29)

Aqui surgem as linhas do PRONAF, Custeio e PRONAFINHO, como importantes, e também o SICREDI, que é o Sistema de Crédito Cooperativo Brasileiro, ao qual recorre uma proporção expressiva de beneficiários inadimplentes que tomam recursos de outras fontes de crédito (ao redor de 24 % desses produtores). Ao SICREDI também recorre perto de 17% dos produtores adimplentes que têm acesso a outras fontes de crédito. Para os produtores adimplentes, a captação de crédito no Banco do Brasil foi declarada por 17% deles.

Considerando-se as restrições esperadas ao crédito de beneficiários inadimplentes, fica a dúvida se o acesso aos créditos oferecidos por fontes oficiais, como PRONAF e Banco do Brasil, por exemplo, refere-se a uma transação recente ou a alguma captação passada.

Na Tabela 57 apresentam-se dados referentes a transações com “outras fontes de financiamento”. Embora os números absolutos sejam baixos, eles são apresentados pois permitem visualizar a importância do financiamento de insumos pelas empresas processadoras (fumo e frutas, principalmente), particularmente para os beneficiários inadimplentes. Do total de 17 beneficiários, 12 mencionaram essa fonte, dos quais 10 deles eram produtores inadimplentes, ou seja, 10% do total de inadimplentes da amostra (n=106).

Tabela 57: Outras fontes de financiamento aos beneficiários do PNCF-CAF

Outras Fontes de Financiamento	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
Empresas Processadoras Financiam Insumos	2	10	12
Empréstimo Particular	1	1	2
Filhos		1	1
Diversos		2	2
Total Geral	3	14	17

Os entrevistados foram ainda solicitados a avaliar, considerando os valores dos financiamentos obtidos de todas as fontes por eles mencionadas, se, no seu conjunto, esses financiamentos estão adequados às suas condições de produção. Os resultados dessa avaliação são apresentados na Tabela 58.

Tabela 58: Avaliação da adequação dos financiamentos obtidos de todas as fontes

Adequação do Financiamento	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
Fin. Adequado	52%	48%	49%
Fin. Inadequado	48%	52%	51%
Total Geral	100% (n=31)	100% (n=103)	100% (n=134)

Os dados mostram que perto de 50% dos beneficiários em cada grupo, adimplentes e inadimplentes, consideram o financiamento adequado (ou inadequado, considerando a complementaridade dos dados).

Esses números sugerem uma situação grave nesse aspecto, pois, considerando os argumentos apresentados no início desta seção para justificar a concessão de crédito à atividade agropecuária, eles podem estar indicando que uma grande parcela dos beneficiários do CAF pode estar em uma situação de inviabilidade para organizar sua produção e dela tirar meios de sobrevivência, decorrendo daí parte da situação de inadimplência observada.

Ainda tratando da tempestividade da resposta do sistema de crédito aos empreendimentos do PNCF-CAF, os beneficiários entrevistados foram solicitados a informar se seu acesso ao PRONAF ocorreu antes ou depois de passados 3 anos a partir da data que efetivamente tomaram posse da terra. Esse, na verdade, é o indicador de sua capacidade de pagamento da primeira parcela do financiamento da terra com meios oriundos da atividade de produção do beneficiário, pois os recursos do PRONAF são os meios disponibilizados para estruturação da atividade produtiva no empreendimento.

Os dados obtidos para Mato Grosso estão apresentados na Tabela 59. De acordo com essas informações, ao redor de 25% dos beneficiários adimplentes e 13% dos inadimplentes mato-grossenses só tiveram acesso ao PRONAF depois de vencida a carência do financiamento da terra.

Tabela 59: Mato Grosso: Tempo para obter acesso ao PRONAF-A a partir da posse da terra

MT - Tempo para Acesso ao PRONAF	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
PRONAF (mais de 3 anos)	25%	13%	16%
PRONAF (menos de 3 anos)	75%	87%	84%
Total Geral	100% (n=12)	100% (n=39)	100% (n=51)

Os dados obtidos para o Rio Grande do Sul, apresentados na Tabela 60, mostram uma situação bastante mais crítica respectivamente aos inadimplentes do Estado: 43% dos atuais inadimplentes gaúchos só tiveram acesso ao PRONAF A depois de passados mais de 3 anos da posse da propriedade. Por sua vez, essa mesma situação verificou-se para apenas 23 % dos atuais beneficiários adimplentes.

Tabela 60: Rio Grande do Sul: Tempo para obter acesso ao PRONAF-A a partir da posse da terra

RS - Tempo para Acesso ao PRONAF	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
PRONAF (mais de 3 anos)	23%	43%	39%
PRONAF (menos de 3 anos)	77%	57%	61%
Total Geral	100% (n=13)	100% (n=46)	100% (n=59)

Ainda que parte desses beneficiários possa ter tido acesso a outras fontes de financiamento para organizar sua produção, considera-se plausível se que uma parcela considerável não conseguiu organizar sua produção e gerar renda antes de vencida a primeira parcela do seu financiamento, estando possivelmente aí uma das origens de parte da inadimplência observada.

O crédito à atividade agropecuária é um dos fatores importantes para viabilizar a atividade. Os beneficiários do PNCF-CAF expressaram opiniões e avaliações que apontam o crédito para custeio e investimento na atividade produtiva, tanto em valor, como em facilidade de acesso e em tempestividade como possível limitante ao sucesso de sua atividade produtiva e geradora de renda. As informações obtidas sugerem a possibilidade de essas fragilidades estarem na origem de parte da situação de inadimplência observada.

5.2.8. Mão de obra nos empreendimentos

Certos estratos da agricultura familiar, em particular a que envolve produtores de baixa renda, compensa sua relativamente menor intensidade de capital pela intensificação do uso de mão-de-obra, em especial a mão de obra da família. Em certos momentos do ciclo anual de produção, como nas épocas de plantio ou colheita, ou ainda durante a produção de espécies que exigem cuidados contínuos, a demanda por mão-de-obra nos empreendimentos aumenta, fazendo necessária a contratação de mão-de-obra adicional, fora da propriedade, para suprir adequadamente essas necessidades. De forma oposta, durante as entressafas pode existir mão-de-obra disponível nas propriedades familiares, que podem ser empregadas em propriedades maiores ou em ocupações urbanas para manter ou reforçar o fluxo de renda da família. As duas situações são observadas nos empreendimentos do PNCF-CAF da amostra estudada.

Na tentativa de caracterizar esses fluxos, os empreendimentos da amostra foram indagados sobre o número total de trabalhadores empregados nessas propriedades, bem como sobre a contratação de mão-de-obra fora do grupo familiar e a oferta da mão-de-obra familiar para ocupações fora da propriedade. Na Tabela 61 são apresentados os dados sobre o número total de pessoas que trabalham nas propriedades incluídas na amostra. Note que esse total inclui as pessoas ocupadas oriundas da própria família e, também, outros trabalhadores não pertencentes ao núcleo familiar, contratados como provedores de mão-de-obra.

Tabela 61: Total de trabalhadores nos empreendimentos do PNCF-CAF, por Estado

Estados	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
	no. total de trabalhadores (n=número de empreendimentos)		
Mato Grosso	25 (n=15)	99 (n=47)	124 (n=62)
Rio Grande do Sul	48 (n=18)	158 (n=59)	206 (n=77)
Total Geral	73 (n=33)	257 (n=106)	330 (n=139)

O número principal é o total de trabalhadores computados em todos os empreendimentos do PNCF-CAF, nas respectivas categorias e Estados. O número entre parênteses é o número de estabelecimentos que informaram o número de trabalhadores empregados.

Na Tabela 62 são apresentadas as médias de empregados por estabelecimento. Esse número representa a divisão do número principal pelo valor de "n" correspondente.

Tabela 62: Número médio de trabalhadores por empreendimento, por Estado

Estados	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
	(empregados/estabelecimento)		
Mato Grosso	1,7	2,1	2,0
Rio Grande do Sul	2,7	2,7	2,7
Total Geral	2,2	2,4	2,4

A ocupação de mão-de-obra nesses estabelecimentos é maior no Rio Grande do Sul, com uma média de 2,7 pessoas ocupadas por estabelecimento, relativamente ao Mato Grosso, que ocupa, em média, ao redor de 2 pessoas por estabelecimento, considerando o conjunto de estabelecimentos adimplentes e inadimplentes do Estado. Isso representa uma ocupação de um número de pessoas 35% maior nos empreendimentos gaúchos que nos estabelecimentos mato-grossenses.

Considerando a média da mão de obra empregada nos empreendimentos do PNCF-CAF de Mato Grosso e Rio Grande do Sul e a área média de trabalho, isto é, a área efetivamente destinada à plantação e à criação nesses estabelecimentos, pode-se calcular o número médio de hectares trabalhado nesses empreendimentos por trabalhador empregado. Esses dados são apresentados na Tabela 63.

Tabela 63: Área de trabalho média por trabalhador (ha/trabalhador)

Área de Trabalho Média por Trabalhador (ha/trabalhador)	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
Mato Grosso	2,5	2,1	2,2
Rio Grande do Sul	1,8	1,6	1,7
Total Geral	2,1	1,8	1,9

Em termos de geração de emprego para trabalhadores de fora do núcleo familiar, os dados apresentados Figura 8 dão conta que as propriedades mato-grossenses empregam mais trabalhadores externos ao núcleo familiar do que as gaúchas. Indo além, os empreendimentos inadimplentes do Mato Grosso são os maiores empregadores de mão-de-obra externa à propriedade, contratando o correspondente a 32% do total da mão de obra ocupada nesses empreendimentos. No cômputo geral, os estabelecimentos do Mato Grosso contratam cerca de 30% da mão de obra utilizada nas propriedades, em oposição aos 21% verificados no Rio Grande do Sul.

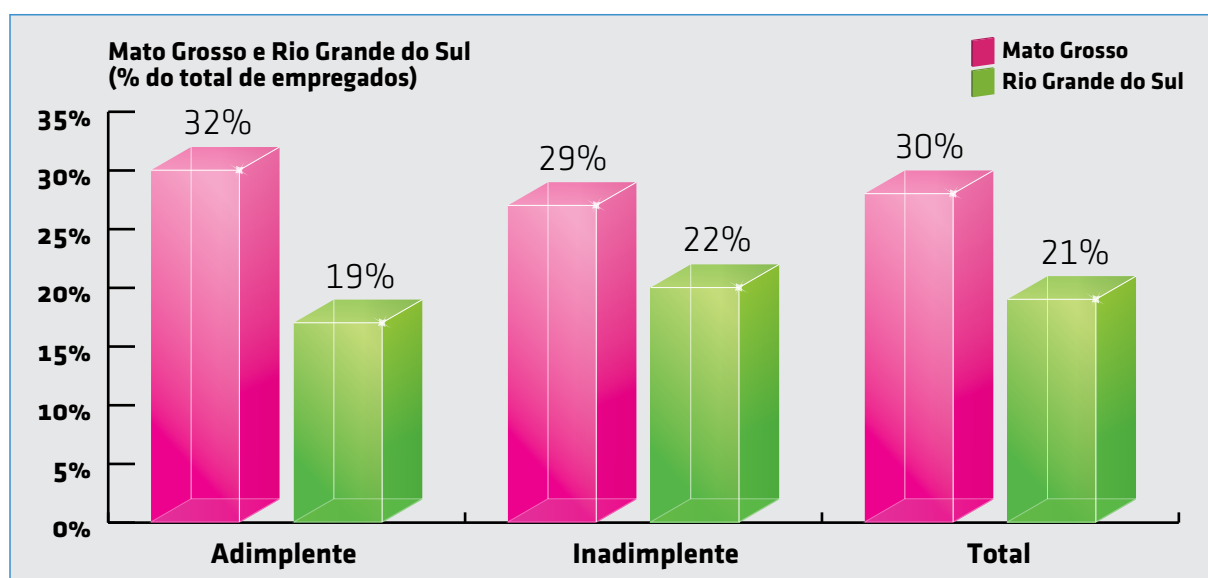


Figura 8: Mato Grosso e Rio G. do Sul: Mão de obra externa empregada nos empreendimentos

Em contraponto, na Figura 9 apresentam-se dados sobre os membros do grupo familiar do entrevistado que trabalham fora da propriedade familiar. Interessante ver que o conjunto das propriedades do Mato Grosso são as que também mais “exportam” mão-de-obra, em níveis que correspondem a cerca de 30% da mão de obra total empregada nos estabelecimentos. No Rio Grande do Sul pouco mais de 1/5 da mão de obra disponível também se emprega fora do negócio familiar.

Interessante notar que são os empreendimentos inadimplentes os maiores fornecedores da mão-de-obra empregada fora do domicílio, tanto no Mato Grosso quanto no Rio Grande do Sul. Essa condição pode ajudar a explicar a presença de empreendimentos com rendas baixas e muito baixas (mesmo sem renda alguma) entre os adimplentes, bem como a presença de “recursos próprios” entre as principais fontes de financiamento da produção.

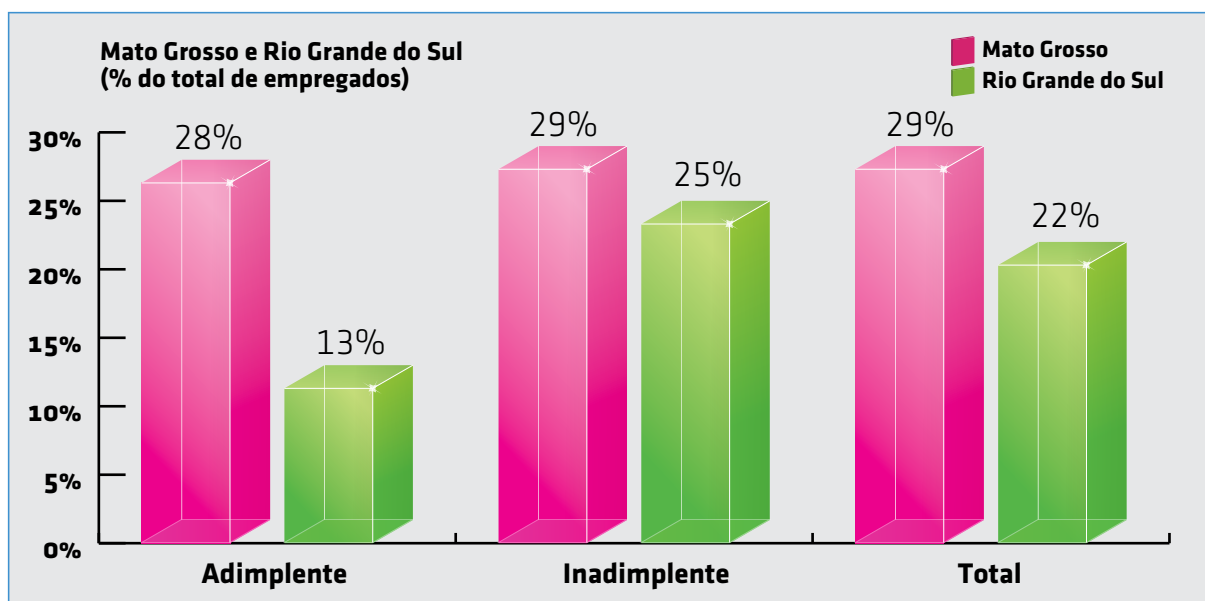


Figura 9: Mão de obra empregada fora dos empreendimentos de origem

A oferta de parte da mão-de-obra para fora da propriedade familiar seria algo esperado, principalmente da parte do grupo inadimplente, pois parte da situação de inadimplência está genuinamente ligada à impossibilidade de gerar renda suficiente a partir da atividade agropecuária na propriedade. Dessa forma, a oferta da capacidade de trabalho de um ou mais membros da família no mercado é uma alternativa para o grupo familiar garantir meios de sobrevivência até que o momento de dificuldades seja superado.

Se para o grupo inadimplente essa atitude pode representar uma estratégia de sobrevivência, para pelo menos uma parte do grupo adimplente a oferta de mão-de-obra no mercado pode significar a manutenção do próprio estado de adimplência em momentos de dificuldades. Em outra situação, pode também significar uma estratégia de sobrevivência, mesmo para empreendimentos adimplentes, pois momentos difíceis não são incomuns para empreendimentos da agricultura familiar.

Além dessas situações, certamente parte da oferta dessa mão de obra para atividades fora da propriedade significa a inapetência de alguns membros da família para ocupação agropecuária ou para o ambiente rural. Nesses casos, a ocupação alternativa não tem relação com a situação da propriedade familiar e, em geral, trata-se de ocupação fora da agricultura e, não raro, fora do ambiente rural.

5.2.9. Relações com o mercado

No âmbito da agricultura familiar, e por consequência do PNCF-CAF, a capacidade de gerar renda a partir da comercialização da produção agropecuária é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento dos empreendimentos e para a elevação da qualidade de vida do núcleo familiar. E o estabelecimento de relações sustentáveis e rentáveis com o mercado é uma das grandes dificuldades de gestão dos empreendimentos familiares. Reconhecendo essa dificuldade, foi criado, no Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, cujo objetivo é promover o acesso à alimentação a populações em situação de insegurança alimentar, e ao mesmo tempo contribuir para fortalecer a agricultura familiar, via aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtores do PNCF-CAF são elegíveis como fornecedores do PAA.

Na Tabela 64 são apresentados dados sobre a parcela da produção dos empreendimentos amostrados do PNCF-CAF comercializada via PAA. Conforme esses dados, a participação de estabelecimentos do PNCF-CAF no PAA, sejam adimplentes ou inadimplentes, é muito baixa, não passando de 5% dos estabelecimentos.

Tabela 64: Parcela da produção vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos

Parcela vendida ao PAA	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
	% dos estabelecimentos		
Nenhuma/Pequena Parte	96%	96%	95%
Grande Parte	-	2%	2%
Total da Produção	4%	2%	3%
Total Geral	100 (n=23)	100 (n=86)	100 (n=109)

A tarefa de entender as razões e dificuldades para tornar-se fornecedor do Programa e informar e preparar os beneficiários do PNCF-CAF para credenciar-se a aproveitar essa oportunidade pode ser um desafio que a rede de apoio deva encarar, em especial se isso puder contribuir para a diminuição do número de inadimplentes do PNCF.

Um dos atores mais presentes nos processos de comercialização dos agricultores familiares é o intermediário. Na Tabela 65 apresentam-se os dados sobre o relacionamento dos produtores beneficiários da CAF com os intermediários.

Tabela 65: Parcela da produção vendida para intermediários

Parcela vendida a intermediários	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
Nenhuma/Pequena Parte	66%	74%	72%
Grande Parte	10%	11%	11%
Total da Produção	24%	15%	17%
Total Geral	100% (n=29)	100% (n=93)	100% (n=122)

Segundo essas informações, próximo de 66% entre os beneficiários adimplentes e 74% dos inadimplentes declararam não vender ou vender apenas uma pequena parte de seu produto a intermediários. Ainda assim, uma parcela considerável de produtores, 34% entre os adimplentes e 26% dos inadimplentes, declara vender “grande parte” ou o “total da produção” a intermediários. Ainda, dentre os produtores que vendem o “total da produção” a intermediários, está uma proporção importante de produtores adimplentes (24%). É possível que a utilização desse canal de comercialização esteja ligada à dificuldade de acesso ao empreendimento e/ou à indisponibilidade de meios de transporte ao produtor.

Uma forma de comercialização utilizada pelos produtores familiares que se acredita possa lhes trazer maiores vantagens de preços é a comercialização ao consumidor final. Na Tabela 66 apresentam-se dados referentes ao uso dessa prática de comercialização entre os beneficiários do PNCF-CAF. De acordo com os dados, aproximadamente 69% dos produtores adimplentes e 66% dos inadimplentes comercializam “grande parte” ou o “total da produção” por essa via.

Tabela 66: Parcela da produção vendida em feiras e outros compradores

Parcela vendida em feiras e outros compradores	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
Nenhuma/Pequena Parte	31%	34%	33%
Grande Parte	14%	21%	20%
Total da Produção	55%	45%	47%
Total Geral	100% (n=29)	100% (n=94)	100% (n=123)

Os dados refletem as atividades de comercialização direta junto a consumidores residenciais que muitos entrevistados do Mato Grosso disseram desenvolver, mas também a comercialização da produção de frutas, principalmente no Mato Grosso, e de fumo, concentrada no Rio Grande do Sul, diretamente para as processadoras de polpas e para as fabricantes de cigarros e outros produtos de tabaco.

Na Figura 10 apresentam-se dados sobre as distâncias, distribuídas por faixas, dos empreendimentos aos seus principais mercados.

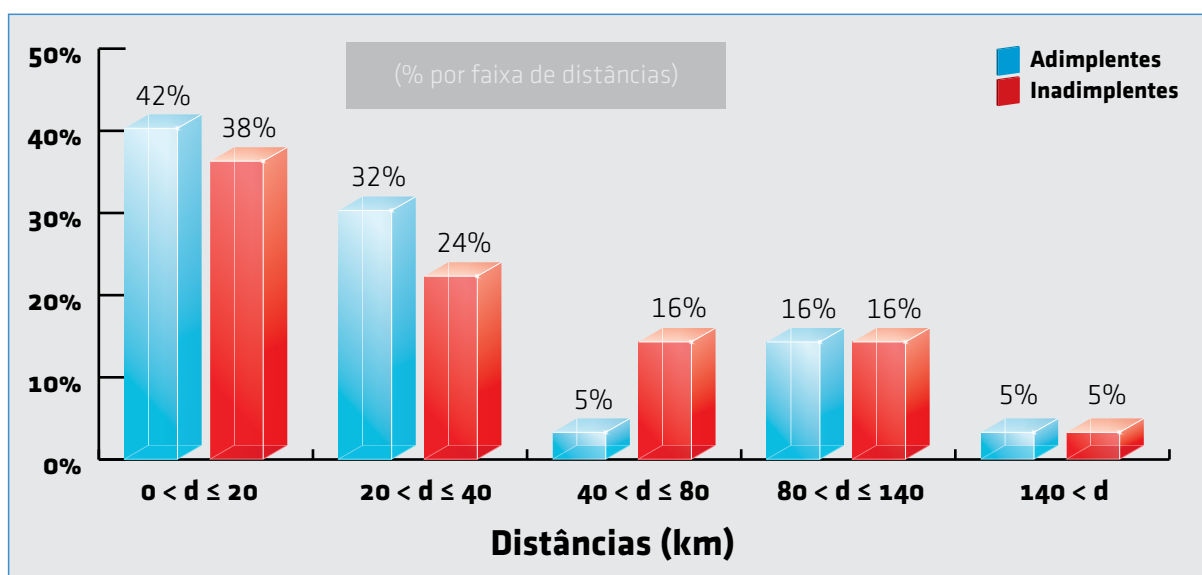


Figura 10: Distâncias dos empreendimentos aos mercados

Há uma concentração maior de estabelecimentos adimplentes (74%) distantes até 40 km de seus mercados, respectivamente aos estabelecimentos inadimplentes (62%). Respectivamente à parcela de estabelecimentos situados a distâncias maiores que 80 km de seus mercados, praticamente não há diferenças.

5.3. Caracterização da renda familiar

A renda familiar total dos beneficiários do PNCF-CAF pode ser composta de rendas obtidas de diversas fontes, cuja importância relativa difere entre as diversas famílias. Aos beneficiários entrevistados foi perguntado quais são suas principais fontes de renda e solicitado que as classificassem por ordem de importância, em termos de sua contribuição para os ganhos da família.

Muitos empreendimentos familiares enfrentam dificuldades para comercializar seus produtos e muito frequentemente seus ganhos decorrentes da comercialização da sua produção são baixos e insuficientes para

fazer frente aos seus compromissos e despesas. Nesses casos, a renda oriunda da atividade produtiva não explica como certos beneficiários têm se mantido adimplentes, respectivamente ao financiamento da terra e outros créditos e, igualmente, como essas famílias têm conseguido sobreviver. Muitas vezes, a explicação para essas situações tem sido a existência de fontes de renda alternativas, às quais o beneficiário lança mão para equilibrar seus orçamentos domésticos.

Com o objetivo de identificar a existência dessas fontes alternativas e mensurar sua importância na composição da renda familiar, foi solicitado aos entrevistados que, partindo de uma lista e utilizando uma escala de 1 a 10 (1=sem importância, até 10=importância muito grande), avaliassem sua respectiva importância. Os resultados dessa avaliação são apresentados na Tabela 67.

Tabela 67: Fontes de renda alternativas dos beneficiários do PNCF-CAF e sua importância

Fontes de Renda	Adimplentes	Inadimplentes
	Escore: 1 a 10	
Trabalho Fora da Propriedade	4,2	3,6
Venda dos Produtos da Propriedade	6,1	5,8
Ganhos do Governo	2,3	3,3
Aposentadorias e Pensões	1,8	2,5
Poupança e Arrendamento	1,3	1,4
Remessas de Familiares de Fora	2,1	2,1

As avaliações expressas na tabela mostram que a principal fonte de renda dos beneficiários do PNCF é a venda dos produtos resultantes da atividade produtiva da propriedade. A segunda fonte de renda em grau de importância são os ganhos obtidos do trabalho fora da propriedade, seguindo-se os ganhos provenientes dos programas de transferência de renda do governo, nos seus diferentes níveis. Nesse grupo incluem-se: Bolsa Família, Amparo ao Idoso ou ao Deficiente, Vale Gás, etc.

A ordem de importância dessas fontes foi a mesma, tanto para os adimplentes quanto para os inadimplentes. A importância relativamente alta conferida aos ganhos obtidos do “trabalho fora” pelos adimplentes ajuda a explicar como propriedades com rendas relativamente baixas estão conseguindo manterem-se adimplentes.

Além da identificação e avaliação das fontes de renda, procurou-se também identificar quais as contas que os empreendimentos adimplentes e inadimplentes pagam mensalmente. Na Tabela 68 apresentam-se os dados relativos das contas pagas mensalmente.

Tabela 68: Despesas frequentes dos Beneficiários do PNCF-CAF e sua importância

Despesas Frequentes	Adimplentes	Inadimplentes
Água	21%	47%
Crediários	27%	42%
Tel celular	64%	70%
Gás	67%	71%
Eletricidade	79%	94%
Outras	42%	52%

As contas indicadas pelos beneficiários como as mais frequentes foram: energia elétrica, gás e telefone celular.

A essas se seguem Crediários, Água e Outras Despesas. “Outras despesas” é um agregado de despesas mensais citadas por alguns poucos entrevistados, mas pouco ou não citadas pelos demais beneficiários. De notar, também, que as despesas mais citadas aparecem na mesma ordem de importância para os adimplentes e inadimplentes.

Finalmente, a relação entre ganhos e despesas mensais também foi investigada, conforme dados apresentados na Figura 11, solicitando aos beneficiários entrevistados que classificasse sua situação usando a escala seguinte: 1=despesas maiores que ganhos, 2= despesas iguais a ganhos e 3= despesas menores que ganhos.

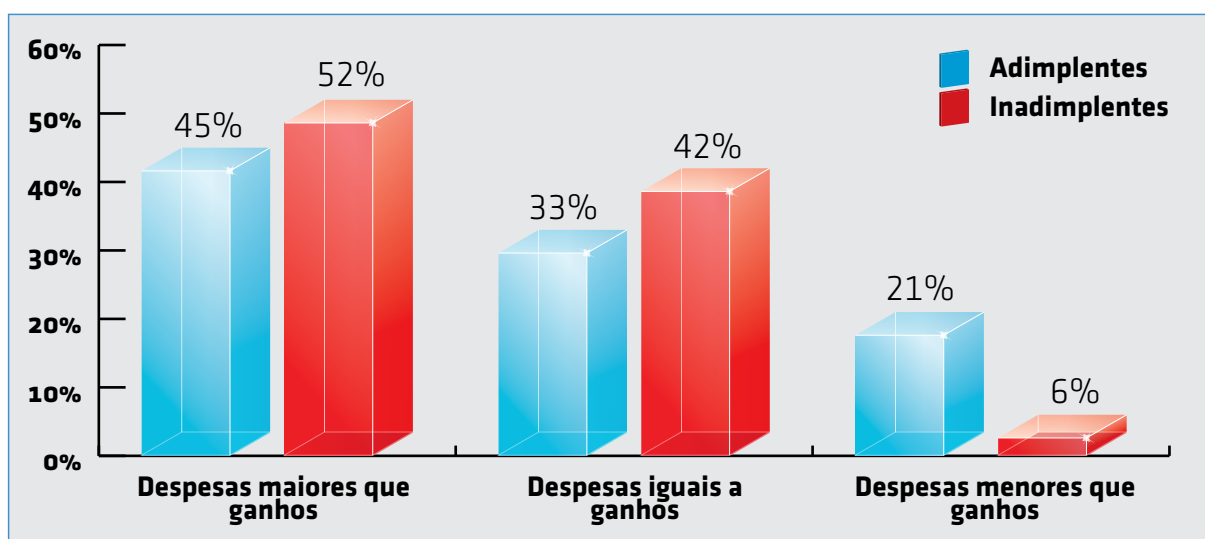


Figura 11: Relações entre despesas e ganhos em empreendimentos do PNCF-CAF

Observa-se que há uma proporção ligeiramente maior de empreendimentos inadimplentes, 52% deles, que declaram ter despesas maiores que ganhos, se comparado aos 45% dos adimplentes na mesma situação. Por seu turno, 42% dos inadimplentes e 33% dos adimplentes declaram que suas despesas igualam seus ganhos. Finalmente, 6% dos inadimplentes apenas consideram que seus ganhos são maiores que suas despesas, contra a considerável fração de 21% dos adimplentes da amostra dos beneficiários do PNCF-CAF entrevistados.

5.4. Qualidade de vida nos empreendimentos

O acesso à terra é, sem dúvida, um das mais caras aspirações dos trabalhadores rurais sem terra, sob a premissa de que tendo acesso à terra seria possível desenvolver-se como produtor, melhorar sua renda e propiciar melhor qualidade de vida para sua família e exercer plenamente sua cidadania. Essas mesmas premissas consubstanciam os programas de reforma agrária e as políticas de acesso à terra. Isso não é diferente respectivamente ao Programa Nacional de Crédito Fundiário. A medida final de sucesso é o impacto que pode conseguir no combate à pobreza rural e na consolidação da agricultura familiar, concretizada pela elevação da renda dos beneficiários do PNCF e, principalmente, na melhoria substancial da qualidade de vida das suas famílias e na percepção de inserção social de seus beneficiários.

Em decorrência, entre os vários objetivos desse estudo, está analisar os impactos da participação na CAF, sobre a qualidade de vida das famílias dos beneficiários, avaliadas a partir de várias dimensões, como: condições de moradia, transporte, saúde, alimentação, acesso a bens, ganhos, acesso a serviços, educação dos filhos, e patrimônio da família.

Os entrevistados foram solicitados a avaliar as mudanças nas suas vidas com respeito à essas várias dimensões antes de aderirem ao PNCF-CAF e no presente. Essa avaliação se fez utilizando uma escala de cinco pontos: 1=piorou muito; 2=piorou um pouco; 3=está igual; 4=melhorou um pouco; e 5=melhorou muito.

As médias dessas avaliações para os beneficiários adimplentes e inadimplentes do Mato Grosso são apresentados na Tabela 69.

Tabela 69: Mato Grosso: Avaliação da qualidade de vida dos beneficiários do PNCF-CAF

Qualidade de Vida: Variáveis	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
	Média dos Escores		
Moradia da Família	3,7	3,7	3,7
Transporte da Família	2,6	3,0	2,9
Saúde	2,7	2,8	2,8
Alimentação	3,3	3,5	3,5
Acesso a bens domésticos	2,8	2,9	2,9
Ganhos da Família	2,8	2,7	2,8
Acesso a Serviços Públicos	3,1	2,7	2,8
Educação das crianças	2,6	3,3	3,1
Patrimônio da Família	3,6	3,3	3,4

Em termos gerais, no Mato Grosso, as avaliações dos beneficiários inadimplentes do PNCF-CAF indicam melhoria na moradia, alimentação, educação das crianças e patrimônio, e pioras marginais em saúde, ganhos e acesso a serviços públicos. Pode-se dizer que transporte da família e acesso a bens duráveis permaneceram na mesma situação que antes da adesão ao PNCF.

Os adimplentes por sua vez, apontaram melhoras na moradia, alimentação e patrimônio. Com relação aos demais itens, indicaram pioras marginais em ganhos, acesso a bens duráveis, saúde, educação das crianças e transporte da família. Permanece na mesma situação o acesso a serviços públicos.

Quanto ao Rio Grande do Sul, as avaliações sobre a qualidade de vida dos beneficiários do CAF estão apresentadas na Tabela 70.

Tabela 70: Rio Grande do Sul: Avaliação da qualidade de vida dos beneficiários do PNCF-CAF

Qualidade de Vida: Variáveis	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
Moradia da Família	4,1	3,9	3,9
Transporte da Família	3,6	3,5	3,5
Saúde	3,3	3,3	3,3
Alimentação	3,6	4,0	3,9
Acesso a bens domésticos	3,4	3,8	3,7
Ganhos da Família	3,7	3,3	3,4
Acesso a Serviços Públicos	3,4	3,6	3,5
Educação das crianças	3,8	3,8	3,8
Patrimônio da Família	4,0	3,8	3,9

Lembrando que na escala proposta para os beneficiários avaliarem a progressão da sua qualidade de vida o ponto 3 representava situação igual antes e depois da instalação na terra adquirida via CAF, nota-se que a média das avaliações dos beneficiários gaúchos, adimplentes e inadimplentes, apontaram melhoras para todos os itens considerados. Em particular, os beneficiários inadimplentes apontaram melhoras substanciais nos itens moradia, patrimônio, educação das crianças, alimentação e acesso a bens duráveis e a serviços públicos. Pode-se ainda interpretar que houve melhorias marginais em ganhos, transporte da família e saúde.

Por sua vez, os beneficiários adimplentes apontaram melhoras substanciais nas condições de moradia, patrimônio, educação das crianças e alimentação, coincidindo com as percepções dos inadimplentes. Além desses pontos coincidentes, os beneficiários adimplentes apontaram melhoras substanciais também em ganhos e transporte da família. Melhoras marginais foram indicadas em acesso à saúde, acesso a serviços públicos e a bens duráveis.

De maneira geral, conclui-se que os beneficiários gaúchos usufruem de uma qualidade de vida melhor após a entrada no PNCF-CAF que os beneficiários mato-grossenses.

5.5. Caracterização do contrato

O objetivo desta seção é analisar a situação dos contratos firmados pelos beneficiários do PNCF-CAF relacionados ao financiamento para a aquisição de sua terra. Essa análise aborda a situação atual de adimplência destes empreendimentos, de oportunidades de renegociação do contrato, de crenças dos associados em geral, com respeito ao financiamento e a posse da terra, e a sua satisfação com diversos aspectos do financiamento contratado.

Situação dos Contratos

Os empreendimentos adimplentes e inadimplentes, que são foco desta avaliação, foram assim classificados por sua situação, em relação ao pagamento do crédito fundiário, em novembro de 2010. A coleta de dados ocorreu no período de maio a julho de 2011, havendo assim a possibilidade que tenha ocorrido mudanças na sua condição de adimplência entre novembro de 2010 e a época das entrevistas.

Os entrevistados foram solicitados a identificar a situação atual de adimplência de seus respectivos empreendimentos, e fornecer dados relacionados, como saldo devedor e número de parcelas vencidas. Os dados obtidos estão apresentados na Tabela 71.

Tabela 71: Situação dos contratos do PNCF-CAF

Situação de adimplência/ inadimplência	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	Média	n	Média
Saldo devedor total/beneficiário	23	R\$ 43.021	75	R\$ 36.916
Parcelas vencidas	7	1,14	84	1,95

De acordo com o declarado pelos beneficiários entrevistados, no momento das entrevistas, a média do saldo devedor total por beneficiário adimplente situava-se em R\$ 43.021, enquanto que para os inadimplentes era de R\$ 36.916. A média de parcelas do financiamento da terra já vencidas era de 1,15 parcelas por beneficiário adimplente e de 1,95 parcelas por inadimplente.

Razões para inadimplência do ponto de vista dos beneficiários do PNCF-CAF

Os entrevistados foram ainda instados a avaliar, em escala de 1 (nenhuma influência) a 10 (influência total) diversas razões apresentadas pelo entrevistador para a situação de inadimplência de um empreendimento

qualquer do PNCF-CAF. Foram calculadas as médias dos escores atribuídos pelos entrevistados, compilados por Estado, de forma a possibilitar a análise de variações regionais das opiniões emitidas. Os dados para o Mato Grosso estão apresentados na Tabela 72.

Tabela 72: Mato Grosso: Razões para inadimplência, segundo os beneficiários do PNCF-CAF

Mato Grosso: Razões para Inadimplência	Adimplentes	Inadimplentes
Seleção dos beneficiários	5,7	4,6
Despesas muito grandes	5,3	6,3
Orientação para não pagar	5,5	2,0
Certeza não cobrada	5,2	3,4
Baixa renda produzida	8,0	8,4
Governo deve dar terra	3,5	3,5
Imitação dos que não pagam	4,4	3,0
Imitação dos que não pagam	4,4	3,0
Outra razão	7,4	8,5

Conforme se observa dos dados apresentados, a “baixa renda produzida” pelos empreendimentos é apontada como a maior razão para a inadimplência, tanto pelos adimplentes quanto pelos inadimplentes. Como discutido anteriormente, os empreendimentos que têm sua renda formada principalmente pela comercialização de produtos tradicionais (milho, feijão, arroz, mandioca, etc.) têm realmente muita dificuldade para gerar renda suficiente para fazer frente aos seus compromissos com os financiamentos e estão, normalmente, em situação de grande vulnerabilidade. Ainda de acordo com os beneficiários, “despesas muito grandes” é outro fator de grande influência na inadimplência. Em terceiro lugar aparece a “seleção inadequada dos beneficiários” como fator de influência. Seguindo em importância a esses fatores mais objetivos, surgem as percepções dos adimplentes, segundo as quais os inadimplentes deixam de pagar seus financiamentos influenciados por “orientações para não pagar” e a “certeza de que a dívida não será cobrada”. Essas causas na avaliação dos beneficiários do Mato Grosso obtiveram escores acima da média 5 da escala. “Outras razões” também aparecem com peso grande e trata-se de um agregado de razões dispersas, mas cujo conteúdo remete, muitas vezes de forma indireta, principalmente a temas relacionados com baixa renda e custos elevados, como quebras de safras decorrentes de fenômenos climáticos, baixa fertilidade dos solos, áreas de trabalho muito pequenas, etc. As demais razões não atingiram o escore 5 e não foram mencionadas, embora constem da tabela.

As avaliações dos beneficiários gaúchos seguem na Tabela 73. Coincidindo com a opinião dos beneficiários do Mato Grosso, “baixa renda produzida” e “despesas muito grandes” são as principais razões para a inadimplência também apontadas pelos beneficiários, inadimplentes e adimplentes, do Rio Grande do Sul. Porém, a crença de que o “governo deve dar a terra de graça” aparece como a terceira principal razão, seguida pela “imitação dos que não pagam” e “seleção inadequada dos beneficiários”.

Considerando peso relativo atribuído a razões de ordem menos objetivas, como a ideia expressa por beneficiários adimplentes e inadimplentes de que a “terra deve ser dada de graça pelo governo” e ainda a declaração de que existe um importante possível efeito “imitação dos que não pagam”, considerando ainda a presença de um número considerável de beneficiários gaúchos inadimplentes, mas aparentemente com renda estimada suficiente para fazer frente aos pagamentos do financiamento da terra, é possível que no Rio Grande do Sul uma parcela substancial da inadimplência tenha causas de ordem mais subjetivas que econômicas.

Tabela 73: Rio Grande do Sul: Razões para inadimplência, segundo os beneficiários do PNCF-CAF

Rio Grande do Sul: Razões para Inadimplência	Adimplentes	Inadimplentes
Seleção dos beneficiários	2,9	4,0
Despesas muito grandes	5,9	6,7
Orientação para não pagar	3,4	2,7
Certeza não cobrada	3,1	2,8
Baixa renda produzida	6,4	7,4
Governo deve dar terra	5,3	4,2
Imitação dos que não pagam	4,1	3,5
Outra razão	3,8	4,9

Renegociação dos contratos

A renegociação dos contratos foi um mecanismo introduzido nos normativos do PNCF-CAF pela Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, para aliviar situações desfavoráveis para os beneficiários. A renegociação poderia ocorrer conforme as condições descritas no Anexo 2. Visavam principalmente facilitar o ressarcimento dos créditos concedidos, criando condições mais favoráveis para os tomadores de crédito do Programa. Os resultados e dificuldades enfrentadas por esse mecanismo são apresentados na Tabela 74.

Tabela 74: Renegociação dos contratos do PNCF-CAF

Variáveis	Adimplentes		Inadimplentes	
	n	%	n	%
Renegociação do contrato (n= no de contratos)				
Renegociação do contrato	2	6%	19	18%
Inexistência de interesse dos associados	10	30%	11	10%
Burocracia e documentação exigidas	4	12%	24	23%
Falta de orientação sobre como fazer	15	45%	57	54%
Outra razão	11	33%	38	36%
Adimplência com o financiamento da terra, após a renegociação	1	50%	5	26%

A renegociação foi muito pouco utilizada pelos beneficiários do PNCF-CAF da amostra utilizada nesse estudo. Menos de um quinto dos beneficiários inadimplentes renegociaram seus contratos (19 renegociações, sobre um total de 106 contratos inadimplentes na amostra). As razões apontadas para a não utilização desse mecanismo foram, em primeiro lugar, a falta de orientação sobre como fazer, ou seja, falta de conhecimento sobre o processo e suas exigências. Tal situação sugere a necessidade de aprimoramento do fluxo de informação entre gestores e beneficiários e de apoio da assistência técnica ao mecanismo.

A documentação exigida foi a segunda dificuldade apontada para a não renegociação e possivelmente tem relação com o grau de transações informais na titularidade dos lotes, que inviabiliza a participação dos substitutos que adquiriram os lotes dos financiados originais.

Observa-se que a renegociação dos contratos não solucionou a inadimplência dos beneficiários que passaram pelo processo, pois aproximadamente 75% do grupo dos inadimplentes (14 entre os 19 beneficiários que renegociaram seus contratos) voltaram à mesma situação anterior.

Do lado dos adimplentes, a utilização do mecanismo de renegociação foi ainda menos expressiva: apenas 2 beneficiários, entre os 33 adimplentes da amostra renegociaram seus contratos. As razões apontadas para a não renegociação basicamente coincidiram com as razões apontadas pelos beneficiários inadimplentes. Desses 2 contratos renegociados, apenas 1 se mantinha adimplente no momento das entrevistas.

Valores associados à posse da terra pelos beneficiários

As crenças de segmentos dos beneficiários sobre a posse da terra e sua forma de obtenção foram apontadas como uma das possíveis razões para o não pagamento das parcelas dos financiamentos. Por isso, buscou-se, nesse estudo, obter informações sobre os valores associados à posse da terra por parte dos beneficiários incluídos na amostra. Para esse fim foi usada uma escala de avaliação com escores de 1 (não concordo de maneira nenhuma) a 10 (concordo plenamente). Os resultados estão apresentados na Tabela 75.

Tabela 75: Valores associados à posse da terra pelos beneficiários do PNCF-CAF

Valores associados à Posse da Terra	Adimplentes	Inadimplentes
A terra deve ser financiada pelo Governo	7,9	8,5
Programas de acesso coletivo à terra não funcionam	6,5	7,1
A terra deveria ser garantida de graça para todos	5,4	6,9
A terra por si só não garante sucesso na agricultura	6,4	7,6
A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor	5,2	5,2
Governo deve dar terra	5,3	4,2
Imitação dos que não pagam	4,1	3,5
Outra razão	3,8	4,9

Os resultados mostram que existe uma substancial concordância que “a terra por si só não garante o sucesso na agricultura”, principalmente para os inadimplentes. Também, a crença de que “a terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor” obteve uma avaliação relativamente baixa, mostrando que existe uma percepção entre os beneficiários que só a terra, como patrimônio, não garante o futuro do agricultor.

Não encontra grande aceitação a ideia da terra de graça para todos, embora o grupo de inadimplentes tenda a uma maior aceitação desse conceito. Curiosamente, há aceitação maior dos dois grupos sobre ser dever do governo *financiar* a terra, o que confronta com a ideia da distribuição gratuita.

Existe um razoável grau de aceitação sobre o baixo desempenho e sucesso de programas de acesso coletivo a terra. Essa percepção parece estar bastante difundida entre os beneficiários do crédito fundiário e pode ter relação com o modelo adotado de financiamento, que atrela todos os beneficiários dos empreendimentos coletivos à inadimplência, caso um dos membros da coletividade não pague seu financiamento. Também, o mecanismo de individualização disponível é de difícil aplicação, com operacionalização complexa e custos de transação relativamente elevados para os beneficiários. Contudo, preservado o financiamento individual, o empreendedorismo coletivo na agricultura familiar merece um esforço de motivação e de difusão. Pelas vantagens que apresenta para a produção e a representação da agricultura familiar, não parece lógico abrir mão desse mecanismo de organização da produção e de adensamento da representatividade política desse segmento.

Percepções sobre as condições de financiamento

Foi também investigada a percepção dos beneficiários sobre as condições dos financiamentos, definidas nas normas operativas seguidas pelos agentes financeiros. Para esse fim solicitou-se aos beneficiários que avaliassem diversas características do financiamento utilizando uma escala de 1 (totalmente insatisfeito) a 10 (muito satisfeito). O resultado dessa avaliação está contido na Tabela 76.

Tabela 76: Satisfação com condições do financiamento

Satisfação com condições do financiamento	Adimplentes	Inadimplentes
Valor total do financiamento da terra	6,2	6,4
Prazo de carência do financiamento	5,6	5,2
Valor das parcelas a serem pagas	4,8	5,1
Financiamento de projetos de infraestrutura	5,0	5,4
Documentação exigida para entrada	6,3	7,0
Procedimento para seleção do beneficiário	6,4	6,7
Forma de escolha do imóvel	6,9	6,7
Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida	3,4	3,4
Capacitação inicial para fazer proposta	6,3	5,7

Os beneficiários se mostraram insatisfeitos principalmente com o item *“Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida”*, mantendo-se consistente com o que havia surgido anteriormente, quando da discussão da renegociação dos contratos. Ainda, com avaliações relativamente baixas, aparecem *“valor das parcelas a serem pagas”*, *“financiamento dos projetos de infraestrutura”* e *“prazo de carência do financiamento”*.

Os beneficiários mostraram-se mais satisfeitos com a *“documentação exigida para entrada”*, *“forma de escolha do imóvel”*, *“procedimento para seleção do beneficiário”*, *“valor total do financiamento”* e *“capacitação inicial para fazer proposta”*.

Em geral, as avaliações dos beneficiários adimplentes e inadimplentes estão muito parecidas, inclusive com os valores dos escores da avaliação muito próximos para os dois grupos.

5.6. Características do grupo familiar

O objetivo dessa seção é caracterizar o grupo familiar dos beneficiários do PNCF-CAF. Procurou-se identificar o número de membros das famílias de cada empreendimento, a experiência prévia do beneficiário ou de sua família em produção agropecuária em dois momentos e a idade e grau de instrução formal dos membros. Os resultados são apresentados na Tabela 77.

Composição do grupo familiar

Os entrevistados foram solicitados a responder questões sobre o número total de pessoas que compõem o grupo familiar, o número de mulheres na família, o número de jovens, aqui definido como pessoas entre 18 e 32 anos de idade o número de pessoas na família que se consideram negras.

Os dados obtidos são apresentados, em separado, para o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, pois existem diferenças importantes na estrutura das famílias de um e de outro Estado.

Os dados para o Estado do Mato Grosso estão apresentados na Tabela. Nota-se, como primeiro informação importante, que a média do tamanho total das famílias dos beneficiários adimplentes, de 2,8 pessoas, é substancialmente menor que o tamanho das famílias inadimplentes, que é de 3,6 pessoas.

Tabela 77: Mato Grosso: Composição da família do PNCF-CAF

Mato Grosso: Composição da família	Adimplentes	Inadimplentes
	(número médio de membros/família)	
Número de pessoas na família	2,8	3,6
Presença de mulheres na família	1,6	1,7
Presença de jovens entre 18 e 32 anos na família	0,6	0,9
Pessoas da família que se consideram negros	0,6	1,8

O número absoluto de mulheres nas famílias, por sua vez, é semelhante nos dois grupos de famílias: respectivamente 1,6 e 1,7 nas famílias adimplentes e inadimplentes. Também chama a atenção a diferença do número de pessoas que se consideram negros entre as famílias adimplentes e inadimplentes: com valores respectivos de 0,6 e 1,8. Por último, também é notável a diferença no número de jovens entre as famílias adimplentes e inadimplentes, com as últimas apresentando um número de jovens 50% maior que as primeiras.

A seguir analisam-se os dados de composição do grupo familiar para o Rio Grande do Sul, apresentados na Tabela 78.

Tabela 78: Rio Grande do Sul: Composição da família do PNCF-CAF

Rio Grande do Sul: Composição da família	Adimplentes	Inadimplentes
	(número médio de membros/família)	
Número total de pessoas na família	3,7	3,6
Presença de mulheres na família	1,9	1,7
Presença de jovens entre 18 e 32 anos na família	1,5	1,2
Pessoas da família que se consideram negros	0,3	0,3

A média para o número total de pessoas nas famílias adimplentes e inadimplentes são aproximadamente os mesmos: 3,7 e 3,6 pessoas por família, respectivamente. Também é igual o número de membros das famílias adimplentes e inadimplentes que se consideram negros, com um valor médio de 0,3 pessoas/família.

O número de mulheres nas famílias adimplentes é cerca de 10% maior que nas famílias inadimplentes, respectivamente, 1,9 e 1,7 mulheres por família. A grande diferença, porém, está no número de jovens: nas famílias adimplentes, com cerca de 25% mais jovens que nas famílias gaúchas inadimplentes.

A diferença das famílias com respeito à presença de jovens fica ainda maior quando se comparam a famílias gaúchas e mato-grossenses. O número médio de jovens entre as famílias inadimplentes gaúchas e mato-grossenses chega a 30%, com a família gaúcha apresentando 1,2 jovens/família, contra apenas 0,9 na família do Mato Grosso. Essa distância é ainda maior entre as famílias adimplentes desses Estados: com a família gaúcha contando 1,5 jovens e a do Mato Grosso apenas 0,6 jovens/família, isto é, uma diferença de 150% a favor da família gaúcha.

Como se sabe, o principal fator de produção na agricultura familiar é a mão-de-obra disponível nas famílias e esse quadro mostra que a mão-de-obra nas famílias do Mato Grosso está relativamente escassa quando comparada com as famílias gaúchas. Esse quadro mostra também o “envelhecimento relativo” das famílias de Mato Grosso frente às congêneres sulinas, principalmente no grupo das famílias adimplentes.

Experiência das famílias em agricultura

Neste segmento busca-se examinar a experiência na agricultura das famílias beneficiárias do PNCF-CAF, no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, no momento da contratação do financiamento e sua evolução ao longo do tempo. Os dados obtidos sobre esses aspectos nas entrevistas, expressos em número de pessoas / família, estão apresentados na Tabela 79.

É nítida a maior experiência das famílias gaúchas em agricultura, comparativamente ao número de pessoas experientes nas famílias do Mato Grosso.

Tabela 79: Rio G. do Sul e Mato Grosso: Experiência das famílias do PNCF-CAF em agricultura

Experiência em Agricultura	Adimplentes	Inadimplentes
	(número médio de membros/família)	
MT-Experiência em Agricultura no Início	1,5	1,6
MT-Experiência em Agricultura Hoje	2,1	2,5
MT-Experiência como empregado em Fazendas ou Empresas Rurais	1,1	0,9
RS-Experiência em Agricultura no Início	2,5	2,5
RS-Experiência em Agricultura Hoje	2,7	2,6
RS-Experiência como empregado em Fazendas ou Empresas Rurais	0,8	1,2

Considerando os dados de tamanho médio das famílias, anteriormente apresentados, estima-se que, no momento da contratação do financiamento, as famílias atualmente adimplentes e inadimplentes do Mato Grosso contavam, respectivamente, 55% e 45% dos seus membros com experiência em agricultura. Experiência relativamente menor que a das famílias gaúchas, que apresentavam, tanto no grupo das famílias atualmente adimplentes quanto inadimplentes, 68% de seus membros já com experiência em agricultura. Interessante notar que esses números evoluíram e se aproximaram bastante: hoje tanto as famílias adimplentes do Mato Grosso, quanto do Rio Grande do Sul, contam com 74% de seus membros com experiência em agricultura. Do lado das famílias inadimplentes, ainda as famílias gaúchas apresentam-maior experiência, 73% dos seus membros experientes em agricultura, em contraposição a 69% das famílias mato-grossenses, mas a distância entre elas diminuiu consideravelmente.

Não parece haver diferenças substanciais nas experiências das famílias gaúchas e mato-grossenses em termos da experiência adquirida por meio do trabalho assalariado em fazendas ou empresas rurais.

Educação formal nas famílias do CAF

O nível de educação formal é relativamente baixo, com um percentual substantivo de analfabetismo (0,4 pessoas/família), ou seja, aproximadamente 12% de pessoas analfabetas por família, nos dois grupos. Considerando o número médio de pessoas que tem primário completo ou menos, chega-se a índices próximos de 1,8 pessoas por família, o que corresponde a pouco mais de 50% dos membros das famílias.

Tabela 80: Indicadores de educação formal nas famílias do PNCF-CAF

Qualidade de Vida: Variáveis	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
	Média dos Escores		
Moradia da Família	3,7	3,7	3,7
Transporte da Família	2,6	3,0	2,9
Saúde	2,7	2,8	2,8
Alimentação	3,3	3,5	3,5
Acesso a bens domésticos	2,8	2,9	2,9
Ganhos da Família	2,8	2,7	2,8
Acesso a Serviços Públicos	3,1	2,7	2,8
Educação das crianças	2,6	3,3	3,1
Patrimônio da Família	3,6	3,3	3,4

Sob o ponto de vista do nível de educação formal, as famílias de beneficiários dos Estados de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, adimplentes e inadimplentes, não mostram diferenças que possam ser associadas ao seu atual estágio em relação ao ressarcimento das parcelas do financiamento.

Os dados, entretanto, mostram que talvez hajam ganhos expressivos a serem realizados, se investimentos forem feitos no sentido de melhorar os níveis de educação formal dos beneficiários do PNCF-CAF. A agricultura familiar, em geral, e os beneficiários do crédito fundiário, em particular, dependem de introduzir inovações nos seus sistemas de produção e de organização, de tal forma que possam, a partir de propriedades reconhecidamente pequenas, gerar rendas que lhes permitam sustentar suas famílias, educar seus filhos e fazer frente aos seus compromissos financeiros. Para que isso seja possível, essas famílias têm que ser capazes de se informar, de entender e avaliar suas opções e de tomar decisões sobre como organizar sua propriedade, participar de sua comunidade e ganhar visibilidade política. A educação formal pode ser um instrumento poderoso para auxiliar nessas tarefas e muitas outras.

5.7. Rede de apoio e capital social

O PNCF tem patrocinado uma rede de instituições públicas e privadas para dar apoio aos empreendimentos financiados. É função dessa rede de apoio identificar e remover obstáculos, para possibilitar o desenvolvimento social e econômico dos empreendedores financiados.

O objetivo desta seção é analisar diversos aspectos do trabalho dessa rede de apoio, iniciando com uma avaliação da qualidade do apoio recebido das diversas instituições que compõem a rede. Faz-se também uma análise da participação dessas instituições nos diversos momentos da evolução dos empreendimentos (elaboração do projeto inicial, implantação do empreendimento e no momento atual) e, por último, busca-se uma medida do grau de interação dessas instituições com os beneficiários, utilizando-se, como indicador, estimativas da frequência anual de visitas dessas instituições aos empreendimentos.

Qualidade do apoio recebido

A Tabela 81 apresenta a avaliação feita pelos beneficiários entrevistados sobre a qualidade do apoio recebido de organizações sociais e de assistência técnica. A avaliação fez-se utilizando uma escala de 1 (nenhum apoio) a 10 (total apoio).

Tabela 81: Mato Grosso: Qualidade do apoio prestado pela rede de apoio

MT - Instituições da rede de apoio	Adimplente	Inadimplente
Extensão Pública	2,0	2,0
Extensão Privada	4,0	2,5
Movimentos Sociais	1,1	1,5
ONGs (não ATERs)	1,0	1,2
Prefeituras	2,7	3,1
UTES	2,8	2,6
Sindicato	3,9	3,0
Outra razão	3,8	4,9

Em geral, as avaliações da qualidade do apoio recebido das instituições que compõem a rede de apoio no Mato Grosso foram muito baixas, todas com média abaixo de 5. Os beneficiários adimplentes do Mato Grosso atribuíram escores melhores para a extensão privada (4,0), sindicato (3,9), UTE (2,8) e prefeituras (2,7). Os beneficiários inadimplentes atribuíram suas melhores avaliações ao apoio recebido das prefeituras (3,1), sindicato (3,0), UTE (2,6) e extensão privada (2,5).

As avaliações dos beneficiários do Rio Grande do Sul apresentaram escores bastante melhores, possivelmente refletindo mesmo a melhor qualidade dos serviços prestados por uma rede de apoio mais bem estruturada. Os resultados dessas avaliações estão apresentados na Tabela 82.

No Rio Grande do Sul, diferentemente do Mato Grosso, a melhor avaliação foi da Extensão Pública, tanto por parte das famílias adimplentes quanto das inadimplentes (escore ao redor de 8). Em seguida aparecem os sindicatos de trabalhadores rurais (escores 6,3 e 6,8) e prefeituras (5,7 e 4,8). As demais instituições obtiveram escores consideravelmente mais baixos.

Tabela 82: Rio Grande do Sul: Qualidade do apoio prestado pela rede de apoio

RS - Instituições da rede de apoio	Adimplente	Inadimplente
Extensão Pública	7,8	8,2
Extensão Privada	2,2	2,3
Movimentos Sociais	2,4	1,4
ONGs (não ATERs)	1,0	1,0
Prefeituras	5,7	4,8
UTES	2,6	1,7
Sindicato	6,3	6,8

Interação entre a rede de apoio e os beneficiários do PNCF-CAF

Com relação à interação entre a rede de apoio e os beneficiários, os resultados estão apresentados na Tabela 83. No caso desses resultados, não há ganhos em separar os Estados, pois o padrão de frequência de visitas é parecido, com números em geral baixos, e picos surgindo quando se trata da extensão (pública ou privada) e dos sindicatos, que estão mais presentes nos empreendimentos do PNCF-CAF.

Tabela 83: Intensidade da interação com a rede de apoio

MT - Instituições da rede de apoio	Adimplente	Inadimplente	Total Geral
	(no. de visitas / ano)		
UTE	0,2	0,3	0,3
Ag Financeiro PRONAF	0,1	0,2	0,2
ATER (Pub ou Priv)	4,5	2,9	3,3
Sindicato	1,6	0,7	0,9
ONGs (não ATERs)	0,1	0,0	0,0
Movimentos Sociais	0,0	0,0	0,0

Um dado interessante é a menor frequência de visitas, tanto da extensão quanto do sindicato, aos produtores inadimplentes. Se a rede de apoio foi estabelecida para apoiar os beneficiários, era de se esperar que aos beneficiários inadimplentes fossem prestados mais apoio, já que sua situação de inadimplência pode decorrer de problemas técnicos ou gerenciais, cuja superação na grande maioria dos casos dependeria de mais assistência. Assim sendo, a diminuição da interação das ATERs com os beneficiários inadimplentes pode dar origem a um círculo vicioso no qual a falta de assistência piora o desempenho técnico, que por sua vez piora o desempenho econômico, que por sua vez impossibilita mudar a situação de inadimplência.

Participação da rede de apoio nas diversas fases dos empreendimentos do PNCF-CAF

Foi feita uma análise da participação das instituições da rede de apoio buscando identificar as principais responsáveis pela assistência técnica nas fases do processo de planejamento, implantação e consolidação dos empreendimentos. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 84.

Tabela 84: Participação da rede de apoio nas diversas fases dos empreendimentos do PNCF-CAF

Fase / Instituição	Mato Grosso		Rio Grande do Sul	
	Adimplente	Inadimplente	Adimplente	Inadimplente
Assistência Técnica na Elaboração do Projeto				
Ext Pública	7%	19%	83%	76%
Ext Privada	40%	43%	6%	14%
MovSociais	0%	0%	0%	3%
ONGs	0%	0%	0%	2%
Outros	33%	15%	33%	24%
Assistência Técnica na Implantação				
Ext Pública	7%	6%	61%	63%
Ext Privada	53%	40%	6%	12%
MovSociais	0%	0%	0%	2%
ONGs	0%	0%	0%	2%
Outros	0%	11%	17%	17%
Assistência Técnica Atualmente				
Ext Pública	0%	2%	44%	51%
Ext Privada	40%	15%	22%	34%
MovSociais	0%	0%	0%	2%
ONGs	0%	0%	0%	2%
Outros	0%	0%	28%	5%

Os mesmos dados da tabela são apresentados na Figura 12, pois permite perceber com facilidade, apenas pela análise visual da figura, que a extensão pública no Rio Grande do Sul aparece como a protagonista nas fases de elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos do PNCf-CAF naquele Estado, tanto para os beneficiários atualmente adimplentes quanto para os inadimplentes. A extensão pública gaúcha aparece como responsável pela elaboração de perto de 80% dos projetos CAF da amostra estudada. Assistiu ainda cerca de 60% dos projetos nas suas fases de implantação e atualmente ainda provê assistência técnica para cerca de 50% dos projetos implantados. Considerando a participação da extensão pública, da extensão privada e de outras organizações provendo assistência técnica, é de se crer que os beneficiários gaúchos estão consideravelmente melhor assistidos que os beneficiários do Mato Grosso.

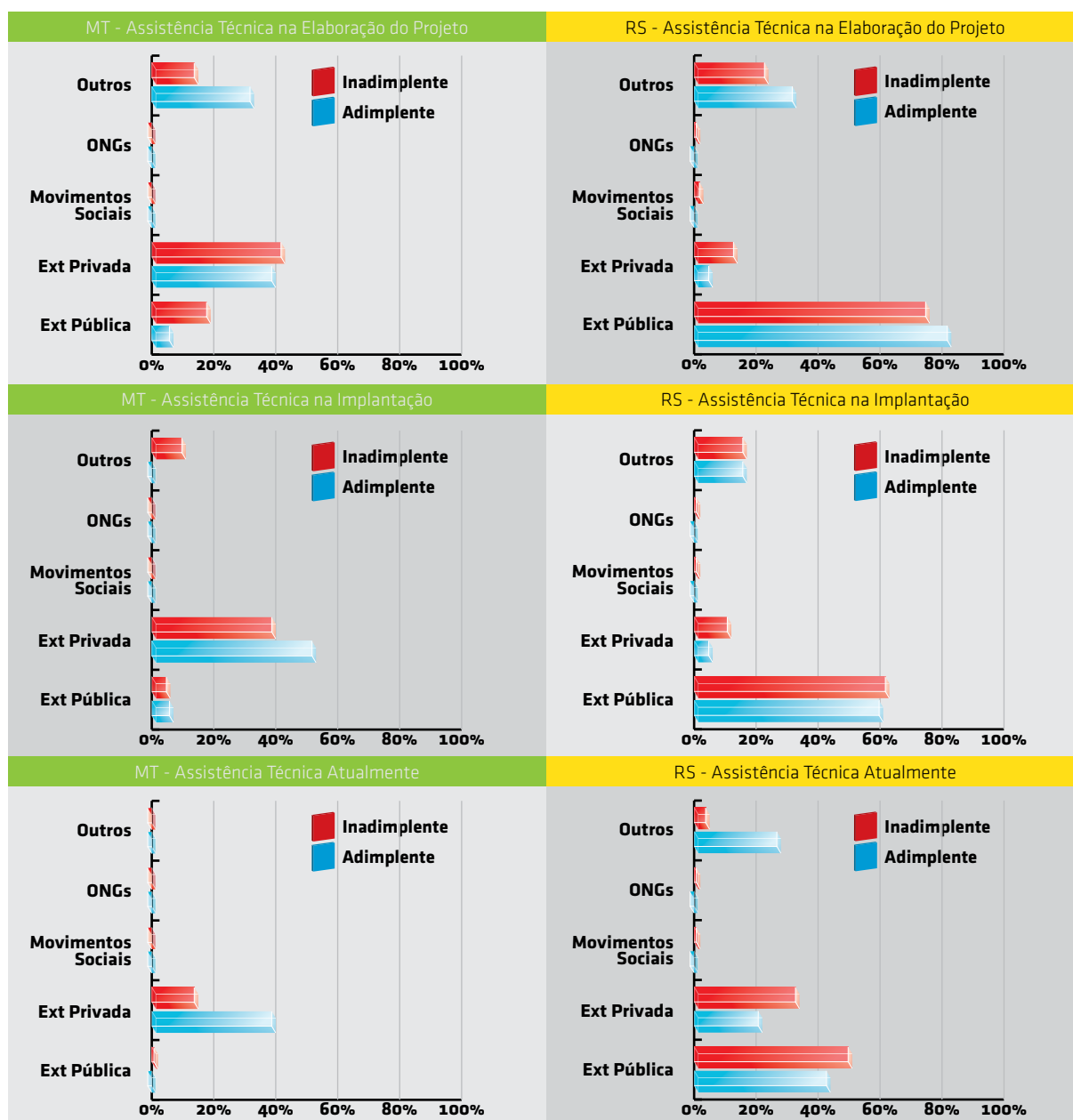


Figura 12: Participação da rede de apoio nas diversas fases dos empreendimentos do PNCf-CAF

No Mato Grosso o cenário é diferente, tendo sido a extensão privada a responsável pela elaboração de cerca de 40% dos projetos iniciais dos empreendimentos do PNCf-CAF. A extensão pública trabalhou na elaboração

de um número bem menor de projetos e “outras instituições” encarregaram-se de cerca de 30% dos projetos iniciais de empreendimentos hoje adimplentes e de perto de 15% dos projetos iniciais de empreendimentos hoje inadimplentes. Na fase de implantação praticamente só aparece a extensão privada, apoiando a implantação de cerca de 50% dos projetos hoje adimplentes e de 40% dos projetos atualmente inadimplentes. A participação da extensão pública na implantação dos projetos CAF é muito baixa e praticamente desaparece na fase de acompanhamento dos empreendimentos atualmente em operação. No Mato Grosso, praticamente só a extensão privada faz acompanhamento aos empreendimentos em operação, assistindo cerca de 40% dos estabelecimentos adimplentes e apenas 15% dos estabelecimentos inadimplentes. Como os dados não mostram a presença significativa de outras organizações provendo assistência técnica aos empreendimentos atualmente, a situação da CAF no Estado é preocupante.

O desempenho da rede de apoio, avaliado a partir do ponto de vista dos beneficiários, mostram diferenças consideráveis entre os Estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. A intensidade da interação entre as instituições da rede de apoio com os beneficiários está muito aquém do necessário para resulte em apoio efetivo aos beneficiários. A baixíssima adesão ao processo de renegociação é uma evidência de que a rede de apoio não está sendo capaz de assistir os beneficiários na medida de suas necessidades. Em particular a Assistência Técnica, que é um ponto fundamental na viabilização dos empreendimentos do PNCF-CAF, aparenta estar bastante fragilizada no Mato Grosso.

Essas avaliações indicam a necessidade de examinar a qualidade dos apoios prestados aos beneficiários do PNCF-CAF, como forma de melhorar o desempenho do Programa. Em termos gerais, recomenda-se que providências cabíveis sejam tomadas no sentido de aumentar a presença da rede de apoio junto aos beneficiários, buscando aumentar sua efetividade.

5.8. Recursos locais

Por recursos locais entende-se o conjunto de serviços públicos oferecidos aos cidadãos. Nesse sentido buscou-se identificar as percepções sobre a qualidade dos serviços oferecidos às propriedades dos beneficiários do PNCF-CAF nos Estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Para essa avaliação, os beneficiários foram solicitados a usar uma escala de 1 (péssimo) a 10 (excelente) e atribuir seu escore a cada um dos serviços apresentados em uma lista pelo entrevistador.

Os resultados para o Estado do Mato Grosso estão apresentados na Tabela 85.

Tabela 85: Mato Grosso: Qualidade de serviços disponíveis

Qualidade de serviços disponíveis: Variáveis	Adimplentes	Inadimplentes
Água encanada	1,0	1,2
Luz	6,8	7,4
Telefone	1,7	2,2
Atendimento de saúde	3,1	3,1
Escola	5,1	4,5
Transporte em geral	2,0	2,0
Transporte Escolar	6,0	5,9
Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município	3,9	3,9

As avaliações dos beneficiários adimplentes e inadimplentes do Mato Grosso são muito próximas, o que confere consistência às avaliações. Em geral as avaliações no Mato Grosso forma baixas, com a única exceção do fornecimento de energia elétrica (“luz”), que alcançou escores próximos de 7 junto aos adimplentes e acima de 7 junto aos inadimplentes. O “transporte escolar” aparece em segundo lugar, com escore 6, e a partir daí, todos os demais escores ficaram abaixo do escore médio(5), com exceção de “escola” que obteve escore ao redor da média entre os adimplentes.

Essas avaliações certamente mostram uma insatisfação grande com parte considerável dos serviços disponibilizados às propriedades de aos beneficiários. Em particular, existe insatisfação notória com o fornecimento de “água encanada”, “transporte em geral” e “telefone”.

As avaliações dos beneficiários do Rio Grande do Sul, por outro lado, mostram uma percepção bastante mais positiva da qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários do PNCF-CAF do Estado, conforme refletem os dados apresentados na Tabela 86. Por exemplo, obtiveram escore acima de 7, “transporte escolar” e “escola”, para os beneficiários adimplentes e inadimplentes, e “luz”, apenas para os inadimplentes. Com escore acima de 5 aparecem ainda: para adimplentes e inadimplentes, “atendimento de saúde”; em seguida “estradas de ligação da propriedade com a sede do município”, “transporte em geral”, “telefone” e “água encanada”, segundo avaliação dos inadimplentes. Os escores mais baixos foram de beneficiários adimplentes para “água encanada” (3,5) e “transporte em geral”.

Tabela 86: Rio Grande do Sul: Qualidade de serviços disponíveis

RS - Qualidade de serviços disponíveis	Adimplentes	Inadimplentes
Água encanada	3,5	5,7
Luz	5,7	7,7
Telefone	4,9	5,2
Atendimento de saúde	5,5	5,4
Escola	7,7	7,9
Transporte em geral	3,9	5,8
Transporte Escolar	8,8	7,7
Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município	4,6	5,9

Ou seja, essa avaliação mostra níveis de satisfação altos e níveis de insatisfação não tão baixos. A qualidade dos serviços no Estado do Rio Grande do Sul certamente reflete as melhores condições estruturais e o estágio mais avançado de desenvolvimento alcançado pelo Estado. Ainda assim, serviços fundamentais para viabilizar a comercialização da produção, como estradas em boas condições e acesso à telefonia de qualidade, necessitam avançar para todos, pois as avaliações melhores do Rio Grande do Sul não indicam mais do que condições medianas desses serviços.

Conclusões sobre o PNCF-CAF



6. Conclusões sobre o PNCF-CAF

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF tem como objetivo central “contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra e o aumento da renda dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (MDA/SRA, 2010).

O estudo permitiu identificar questões que podem interferir com o atingimento desses objetivos e provocar ou contribuir para o surgimento de condições para a inadimplência. Essas condições estão relacionadas com a atividade produtiva, com o perfil social dos beneficiários e/ou com a própria gestão e operação do Programa, que são apresentadas a seguir na forma de conclusões.

As principais conclusões sobre esses interferentes são:

- As dimensões das propriedades, principalmente as áreas disponíveis para a produção, em torno de 4,5 ha, são muito pequenas para viabilizar a geração de renda com lucros a partir de plantações e criações tradicionais, como mandioca, milho, feijão, bovinos, etc. Essas plantações e criações, no entanto, são as que estão na base da experiência de produção da maior parte dos agricultores familiares.

- Os solos, em geral, são avaliados como férteis pelos beneficiários, mas são identificadas restrições que podem afetar os custos de produção para serem contornadas, ou a produtividade, se forem negligenciada, entre elas estão a presença de solos pedregosos e arenosos, solos ácidos e a aridez no Mato Grosso.

- A aridez, associada a longas estações secas, que em algumas regiões no Mato Grosso podem se estender por seis meses, e ainda a indisponibilidade de irrigação para a maior parte dos beneficiários, impossibilitam a atividade produtiva por períodos por demais longos.

- A escassez de água é um fator de vulnerabilidade e 50% dos beneficiários avaliam que o abastecimento de água em sua propriedade é insuficiente.

- Existem problemas com o fornecimento dos serviços de abastecimento de água encanada, saúde, telefonia e estradas e vias de acesso aos empreendimentos, que impactam o bem-estar e a capacidade produtiva da família, mas também dificultam e aumentam os custos da comercialização de sua produção.

- A rentabilidade da atividade produtiva depende da escolha dos produtos, da tecnologia adotada e da capacidade de comercialização. Entre os beneficiários da linha CAF, os estabelecimentos com maior receita bruta gerada com a produção são os que dependem menos das culturas e criações tradicionais. Produtores de fumo, no Rio Grande do Sul, e de frutas e hortaliças, no Mato Grosso, são os que obtêm receitas mais altas.

- Cerca de 90% dos estabelecimentos, adimplentes e inadimplentes, produzem para o consumo da família. Ainda, 13% dos estabelecimentos inadimplentes e 12% dos adimplentes declaram não produzir para o mercado, não obtendo qualquer renda da produção de seu imóvel.

- Dentre os estabelecimentos inadimplentes que produzem para o mercado, 51% dedicam-se exclusivamente à produção agrícola, 13% exclusivamente à produção animal e 24% à produção agrícola e animal. Entre os adimplentes esse perfil difere substancialmente: 30% dedicados exclusivamente à produção agrícola, 12% exclusivamente à produção animal e 45% a ambas.

- No Mato Grosso a renda média dos adimplentes é menor do que a renda média dos inadimplentes. Nesse Estado 93% dos beneficiários adimplentes têm renda bruta menor que R\$ 20 mil por ano. Entre os inadimplentes, 83% tem renda bruta abaixo desse valor. A situação é diferente no Rio Grande do Sul, onde 40% dos adimplentes têm renda bruta menor que R\$ 20 mil anuais, contra 53% dos inadimplentes. Conclui-se que esse valor é um ponto de corte razoável para a capacidade de pagamento do financiamento da terra, assumindo-se que, em tese, os beneficiários com renda bruta acima de R\$ 20 mil anuais teriam, em situações normais, condição de liquidar suas parcelas.

- Como corolário, beneficiários inadimplentes com renda bruta anual acima de R\$ 20 mil, em situação normal, tem sua situação de inadimplência explicada por fatores que não simplesmente a renda, mas ligados a convicções e crenças.
- As produtividades obtidas e a tecnologia de produção utilizada pelos beneficiários da linha CAF, com poucas exceções, podem ser consideradas de nível mediano, com impactos nos custos de produção e na rentabilidade do empreendimento.
- Entre as principais razões de inadimplência indicadas pelos beneficiários da linha CAF, adimplentes e inadimplentes, estão “baixa renda produzida” e “despesas muito grandes”, ambos ligados à renda da atividade produzida.
- Razões associadas a convicções e crenças, como “o governo deveria dar a terra de graça”, “imitação do comportamento dos beneficiários que não pagam a dívida”, “orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida” e “certeza de que a dívida não será cobrada” são indicados pelos beneficiários, com pesos diferentes entre adimplentes e inadimplentes e em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, como importantes razões para explicar a inadimplência.
- “Outras razões” para explicar a inadimplência foram citadas, agregando vários fatores, entre os quais problemas relacionados com a qualidade da assistência técnica, má escolha do projeto inicial (exemplo: fracasso do plantio de maracujá no Mato Grosso), falta de irrigação, má orientação e mau atendimento de agentes financeiros, entre outros.
- Para os beneficiários da linha CAF, a principal fonte de renda é a comercialização da produção dos estabelecimentos, seguida dos ganhos obtidos com o trabalho fora da propriedade.
- Houve pouca adesão ao processo de renegociação das dívidas e as razões apontadas foram “falta de orientação sobre como fazer”, “falta de interesse dos beneficiários”, principalmente dos adimplentes, e excessiva “burocracia e documentação exigida”. Entre outras razões, estão problemas de relacionamento com os agentes financeiros e a dificuldade de liquidar os débitos para poder renegociar.
- O tamanho médio da família varia de 2,8 membros entre os adimplentes do Mato Grosso a 3,7 pessoas por família, entre os adimplentes do Rio Grande do Sul. As famílias mato-grossenses têm mais componentes que se declaram negros do que no Rio Grande do Sul. O número de jovens nas famílias mato-grossenses é menor que nas famílias gaúchas.
- A escolaridade é baixa em todas as famílias e o analfabetismo é maior em Mato Grosso.
- Os beneficiários tem obtido melhor apoio da extensão pública, no Rio Grande do Sul, da extensão privada, em Mato Grosso, e dos sindicatos e prefeituras. No entanto, observa-se que os beneficiários inadimplentes tendem a ter menos assistência técnica, particularmente da extensão privada.
- A avaliação da evolução da qualidade de vida entre os beneficiários da linha CAF indicam melhorias modestas em moradia, alimentação e patrimônio. Outros itens permaneceram essencialmente iguais ou apresentaram pioras marginais.

Recomendações



7. Recomendações

Recomenda-se que:

- Os beneficiários sejam mais bem capacitados nas regras do PNCF-CAF, inclusive que sejam mais bem informados sobre os mecanismos e regras de financiamento disponíveis, quando se aplicam, os itens financiáveis, os custos da inadimplência e os benefícios da adimplência, os papéis dos diversos atores que intervêm no processo, etc.. Os atores da rede de apoio que participam do processo inicial de organização dos interessados para a aquisição da terra devem ser instruídos e treinados para prover essas informações em profundidade.
- Haja maior preocupação com o tamanho das propriedades que resultarão do processo de aquisição da terra, no sentido de propiciar uma área útil maior aos beneficiários do financiamento e evitar problemas de localização que impeçam o acesso a serviços públicos e inviabilizem os empreendimentos.
- Haja mais cuidado na elaboração do projeto inicial, na avaliação da necessidade de correção dos solos, de previsão de sistemas de abastecimento de água (poços artesianos) e da instalação de sistemas de irrigação.
- Que o projeto inicial leve em conta a produção de plantações e criações de maior valor agregado, a utilização de materiais genéticos melhores adaptados aos ambientes das propriedades e a utilização de tecnologia de produção mais avançadas.
- Que sejam pensados mecanismos de capacitação dos beneficiários para a gestão de sua propriedade, não só no aspecto da produção, mas em comercialização, gestão financeira, tecnológica e de riscos, também em cooperativismo e iniciativas coletivas.
- Que sejam oferecidas oportunidades de alfabetização e educação também para os adultos, buscando melhorar o perfil de escolaridade dos beneficiários.
- O provimento de assistência técnica seja repensado para estar mais presente nos empreendimentos, inclusive dos inadimplentes, para definir padrões mínimos de qualidade para a assistência, para propor mecanismos de capacitação e qualificação contínua dos beneficiários via instrumentos de capacitação coletiva, etc.
- A SRA/MDA faça uma revisão profunda das regras do PNCF, buscando a simplificação de regras e processos que tornem o Programa mais acessível aos beneficiários, principalmente nos momentos de renegociação, de acesso a outros financiamentos, de regularização da situação de inadimplência, etc. Ao mesmo tempo, é necessário rever os custos da inadimplência para o beneficiário inadimplente, principalmente àqueles que obtêm receitas suficientes para cumprir com suas obrigações relativas ao financiamento, pois atualmente esses custos parecem estar muito baixos, criando desincentivos à adimplência.
- Se busque uma muito melhor integração entre os diversos atores que operam o PNCF, pois parece haver um grande problema de relacionamento e coordenação entre esses agentes, em especial dos agentes financeiros com todos os demais atores: as críticas a esses operadores é muito forte, tanto de parte das UTEs, como dos Sindicatos e dos beneficiários finais e dizem respeito à qualidade e tempestividade da prestação do serviço mesmo, da dificuldade para engajá-los no processo de troca de informações, do aparente desinteresse em atender aos beneficiários e às suas necessidades, e do pouco interesse em contribuir efetivamente para que o PNCF atinja seus objetivos.

Referências Bibliográficas



Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa. 1977.

BRASIL. **Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003**. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4892-25-novembro-2003-497525-norma-pe.html>>

BRASIL. **Lei Complementar Nº 93, de 4 de Fevereiro de 1998**. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp93.htm>

BRASIL. **Lei Nº 11.775, de 17 de setembro de 2008**. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322/2006, 8.171/1991, 11.524/2007, 10.186/2001, 7.827/1989, 10.177/2001, 11.718/2008, 8.427/1992, 10.420/2002, o Decreto-Lei nº 79/1966, e a Lei nº 10.978/2004; e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11775.htm>

CONDÉ, P.A.A. **O Acesso à terra e a visão do público não mobilizado em acampamentos: o crédito fundiário no município de Caçador (SC)**. Dissertação. Mestrado em Agroecossistemas. UFSC. Florianópolis, 2006. 283 p.

GALJART, B. **Rural Development and Sociological Concepts: A Critique**, Rural. Sociol. 36, 31-41. (1971).

GUEDES, M.V.C. **Avaliação do Programa Nacional de Crédito Fundiário município de Morada Nova - CE**. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2010. 138 p.

IICA. **Edital de Concorrência nº239/2010**. 2010.

MAGALHÃES, R. & ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B. Relatório de consultoria, Consultora Território Plural, São Paulo, 2006. (25p.)**

MDA. Boletim de Indicadores **Painel de Indicadores Gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário**. Ano VI, Edição 036/2011, de 13/12/2011. SRA/MDA. Brasília, 2011.

MDA. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 2. Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Perfil de Entrada da Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Projeto Crédito Fundiário e Combate à pobreza Rural. Brasília, 2007a. 176 p.

MDA. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 4. Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil. Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2007b. 144 p.

MDA. **Estudos de Reordenamento Agrário Nº 5. Guia Metodológico das Avaliações dos Programas da Secretaria de Reordenamento Agrário – MDA/SRA**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007c. 276p.

MDA. **Apresentação, in “Reforma agrária e desenvolvimento sustentável”**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite *et alii* (orgs.). Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. (Anais do Seminário “Reforma agrária e desenvolvimento sustentável”,

realizado Fortaleza-Ceará, de 23 a 25 de novembro de 1998). 2000.p. 17.

MOTA, D.M. **Zoneamento Agrossocioeconômico dos Tabuleiros Costeiros e da Baixada Litorânea de Sergipe**. Agrotrópica, Brasil, 1997.

RAMOS FILHO, E. S. **Questão agrária atual: Sergipe como referencia para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária de mercado**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

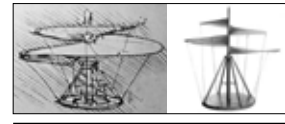
RESENDE, M; MENDONÇA, M.L. **A contra reforma agrária do Banco mundial. La Insignia**. Equador, 2005; Disponível em:<http://www.lainsignia.org/2005/enero/econ_009.htm> Consultado em: outubro/2010.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. **Agricultura Familiar**: Elementos Teóricos e Empíricos. Revista Agrotrópica. Itabuna, 19, 21-30, 2007.

SPAROVEK, G. (Org). **Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília: NEAD, 2005. 142 P.

Anexos

ANEXO 1: Exemplar do questionário aplicado no PNCF-CAF



FORMULÁRIO EMPREENDIMENTOS INDIVIDUAIS CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF)

INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

- A. Data da entrevista: ___/___/___
 B. Início (hora/minutos): ___/___
 C. ENTREVISTADOR: (Nome)

D. ENTREVISTADO (Nome)

1. Nenhum produto
 2. Frutas nativas
 3. Caça
 4. Lenha
 5. Madeira
 6. Carvão
 7. Outro.
- Qual?

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- A. CPF (USE O FORMATO 000.000.00-00 ; (Consulte a lista de beneficiários recebida)

B. Nome:

C. Estado :

1. Mato Grosso (0=Não, 1=Sim)
2. Rio Grande do Sul (0=Não, 1=Sim)

D. Município (escreva abaixo):

E. Endereço:

F. Distância da sede do município (em Km)

- G. **Entrevistador: Esta é uma pergunta para você. Consulte a lista recebida e responda:**

Qual a condição do empreendimento, segundo a lista de amostrados recebida?

1. Condição A (Marque 0)
2. Condição I (Marque 1)

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Área do imóvel e seus usos

Inicialmente, vamos falar do seu imóvel. Começemos então pela área do imóvel:

- A. Qual a área total do imóvel (em hectares):
- B. Qual a área (em hectares) ocupada com plantação e criação, no imóvel:
- C. Qual a área de floresta, no imóvel:
- D. Qual a área de reserva legal (isto é, área de vegetação no interior do imóvel, que não deve ser explorada) atualmente, neste imóvel?
- E. Que produtos tira desta área?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o a alternativa NÃO se aplica, 1 em caso contrário

- F. A área de reserva legal está registrada em cartório ?
1. Não (= 0)
 2. Sim (= 1)

Qualidade dos solos e topografia

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM).

A. As terras neste imóvel

1. São férteis, e com boa produção?
2. Têm muita pedra?
3. São arenosas?
4. São pobres (ácidas)?
5. Têm pouca água (áridos ou semi-áridos)?
6. Estão descobertas e são sempre carregadas pela chuva (com problemas de erosão)?
7. São muito duras, a água não entra (com problemas de compactação)

B. Como é o terreno, em geral?

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM).

1. Plano?
2. Tem declive suave?
3. É ondulado?
4. É montanhoso?

Qualidade e disponibilidade de água

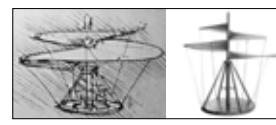
A. Que fonte de água abastece o imóvel?

Entrevistador: marque (0 = fonte NÃO abastece a maioria, e 1 = caso contrário).

1. Fonte de água disponível no próprio imóvel
 2. Fonte de água fora do imóvel
- B. Se o abastecimento de água é feito por uma fonte dentro do imóvel, que tipo de área de proteção mantém para esta fonte?
1. Nenhuma (= 0)
 2. Mata ao redor da fonte (= 1)
 3. Outro (= 9)
- Qual?

D. Qual é a qualidade da água que abastece o imóvel para o consumo humano (beber e cozinhar)?

1. Ruim (= 0)
2. Boa, se tratada corretamente (= 1)



3. Excelente (= 2)
- E. A água que abastece o imóvel é suficiente para o consumo das pessoas, e para a produção rural?
1. É insuficiente (= 0)
 2. É suficiente (= 1)
- F. Qual é o período de chuvas, na região onde está o imóvel? (**Registre o período em meses, por exemplo, de janeiro a abril, no formato 00/00**)
1. O período de chuvas vai de (mês/mês)

Infra-estrutura existente no imóvel

Vamos falar agora da infra-estrutura que existe no empreendimento: casas, instalações sanitárias, construções para armazenamento de água e da produção agrícola, cercas, e estradas internas.

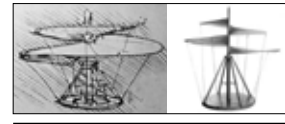
- A. Sua casa foi construída?
1. Não (0)
 2. Parcialmente (1)
 3. Totalmente (2)
- B. A sua casa tem banheiro (vaso e chuveiro)?
1. A casa não conta com banheiro (0)
 2. A casa tem banheiro (1)
- C. Seu imóvel tem armazenamento de água?
1. Não tem (0)
 2. Tem (1)
- D. O imóvel tem armazéns, silos ou depósitos para a produção agrícola?
1. Não tem (0)
 2. Tem (1)
- E. Como está hoje a situação de cercas, no empreendimento?
1. Não há cercas no empreendimento (0)
 2. As cercas estão totalmente construídas (1)
- F. Como está hoje a situação de estradas ou carreadores internos, no empreendimento?
1. Não há estradas/carreadores internos (0)
 2. Estradas/carreadores estão parcialmente construídos (1)
 3. Estradas/carreadores estão totalmente construídos (2)
- G. Há outra infra-estrutura no imóvel que seja importante para a criação ou para a plantação?
1. Não (0)
 2. Sim (1)
- Neste caso, qual?

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

Exploração pecuária

Vamos falar agora dos produtos que o empreendimento vende para o mercado, e dos que produz para alimentação das famílias:

- A. O seu imóvel produz para a alimentação da própria família?
1. Não produz (0)
 2. Produz (1)
- Neste caso, o que produz?
- _____
- _____
- _____
- B. O imóvel tem criações cujos produtos (leite, queijo, ovos, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?
1. Não tem (**Marque 0 e prossiga para a seção de Exploração Agrícola**)
 2. Tem (**Marque 1 e prossiga para a questão C**)
- C. O imóvel tem produção de caprinos?
1. Não (= 0) (**prossiga para a questão D**)
 2. Sim (**Marque 1**)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de leite (em litros por mês)?
 5. Qual a produção de queijo (em quilos por mês)?
 6. Qual a produção de carne (em quilos por mês)?
- D. O imóvel tem produção de bovinos?
1. Não (= 0) (**prossiga para questão E**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de leite (em litros por mês)?
 5. Qual a produção de queijo (em quilos por mês)?
 6. Qual a produção de carne (em quilos por mês)?
- E. O empreendimento tem produção de galinhas ou outras aves?
1. Não (= 0) (**prossiga para questão F**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de ovos (dúzias por mês) do empreendimento?
 5. Qual a produção de carne (quilos por mês)
- F. O empreendimento tem produção de porcos?
1. Não (= 0) (**prossiga para questão G**)
 2. Sim (= 1)
 3. Quantos animais são criados no imóvel?
 4. Qual a produção de carne (kg por mês)?
- G. No empreendimento, há outra criação destinada ao mercado, além das que já falamos?
1. Não (**Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração pecuária"**)
 2. Sim (**Marque 1 e prossiga para a questão 3**)
 3. Que criação é esta?
- _____



4. Quantos animais (desta criação) são criados no imóvel?

5. Que produtos tem esta criação?

Entrevistador: marque (0 = NÃO se aplica, e 1 = caso SIM)

- a. Animais (vivos)?
- b. Leite?
- c. Carne?
- d. Outro produto?

Qual?

Tecnologia para a Exploração pecuária

Vamos falar agora sobre os animais cujos produtos são destinados à venda são criados, no imóvel.

- A. Na produção animal, você utiliza raças de boa qualidade?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
- B. Utiliza vermífugos?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
- C. Aplica vacinas contra doenças?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
- Que doenças são controladas com estas vacinas?
-

- D. Os animais se alimentam de:
- Entrevistador: marque 0, se o alimento não for utilizado, 1 em caso contrário**
1. Pasto natural?
2. Pasto cultivado?
3. Ração (como complemento)?
4. Silagem?
5. Sal?
6. Outro alimento
- Qual?
-

Principais problemas na produção animal

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção animal (isto é, na produção média por animal, e apenas para a criação que represente maiores ganhos) e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das criações destinadas ao mercado.

- A. Que criação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos, no empreendimento?
-
- B. A produtividade desta produção animal (de maiores ganhos) é baixa, média ou alta?
1. Baixa = 1
2. Média = 2

3. Alta = 3

Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Exploração Agrícola; do contrário, leia a questão a seguir:

- C. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção animal no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta criação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, lembre que 1= não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.

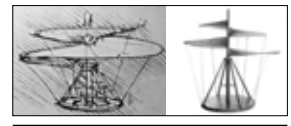
Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da raça usada nesta produção
2. Ocorrência de doenças entre os animais
3. Ocorrência de deficiência de alimentação, entre os animais
4. Perdas por ocorrência de seca
5. Perdas por ocorrência de enchente
6. Perdas por ocorrência de ventanias

Exploração agrícola

- A. O empreendimento tem plantações cujos produtos (por exemplo, arroz, feijão, milho, etc.) sejam destinados principalmente para a venda ao mercado?
1. Não (= 0) **Prossiga para a seção Financiamento da Produção**
2. Sim (= 1) **Prossiga para a questão B**
- B. O empreendimento tem produção de arroz?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão C)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de arroz (em quilos por ano)?
- C. O empreendimento tem produção de feijão?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão D)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de feijão (em quilos por ano)?
- D. O empreendimento tem produção de mandioca?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão E)**
2. Sim (= 1)
3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de mandioca (em quilos por ano)?
- E. O empreendimento tem produção de milho?
1. Não (= 0) **(prossiga para questão F)**
2. Sim (= 1)



3. Se sim, qual a área total com esta produção (em hectares)?
4. Qual a produção de milho (em quilos por ano)?
- F. O empreendimento tem produção de **verduras e hortaliças**?
1. Não (= 0) (prossiga para questão G)
2. Sim (= 1)
3. Se sim, quais (indique quais):

4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a produção de verduras e hortaliças (em quilos por ano)?
- G. O empreendimento tem produção de **frutas**?
1. Não (= 0) (prossiga para questão H)
2. Sim (= 1)
3. Se sim, quais frutas (indique quais):

4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a produção de frutas (em quilos por ano)?
- H. No empreendimento, há **outra plantação destinada ao mercado**, além das que já falamos?
1. Não (Marque 0 e prossiga para a seção "Tecnologia para a exploração agrícola")
2. Sim (Marque 1 e prossiga para a questão 3)
3. Que plantação é esta?

4. Qual a área total com esta produção (em hectares)?
5. Qual a produção desta plantação (em quilos por ano)?

Tecnologia para a Exploração Agrícola

Vamos falar agora sobre como as plantações cujos produtos são destinados à venda são cuidadas.

- A. Qual o material de plantio utilizado?
Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)
1. Usa sementes e outros materiais de plantio comerciais?
2. Usa grãos de produção própria?
- B. Usa calcário?
1. Não (0)
2. Sim (1)
- C. Faz adubação? Se faz, o que utiliza?
1. Não (0)
2. Sim, com adubo químico (1)
3. Sim, com esterco ou composto (2)
- D. Faz controle de pragas e doenças?
1. (Não = 0) (Prossiga para a questão "Principais problemas na produção agrícola")
2. (SIM = 1)

E. Neste caso, como faz o controle:

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Usa defensivos agrícolas?
2. Usa controle biológico?
3. Usa outro procedimento?
- Qual?

Principais problemas na produção agrícola:

Vamos falar agora sobre a produtividade na produção agrícola (isto é, na produção média por hectare, e apenas para a plantação que represente maiores ganhos, no empreendimento) e nas razões que podem estar influenciando a produtividade atual. Vamos falar apenas das plantações destinadas ao mercado

- A. Que plantação, entre aquelas cujos produtos são vendidos para o mercado, é a que resulta em maiores ganhos, no empreendimento?

- B. A produtividade desta produção (de maiores ganhos) é baixa, média ou alta?
1. Baixa (= 1)
2. Média (= 2)
3. Alta (= 3)

Entrevistador: Se a resposta à questão anterior for 3 (produtividade alta), prossiga para a seção de Financiamento da Produção; do contrário, leia a questão a seguir:

- C. Vamos falar agora de dificuldades ou problemas que podem reduzir a produtividade desta produção agrícola no empreendimento. Dê uma nota, de 1 a 10, ao prejuízo que cada um destes problemas causou sobre a produtividade desta plantação (de maiores ganhos). Ao dar a nota, lembre que 1= não houve prejuízo, e 10 = prejuízo muito grande.

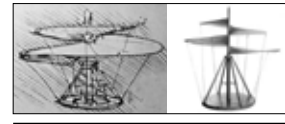
Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

Que prejuízo sobre a produtividade desta criação, foi causado por:

1. Má qualidade da sementes ou mudas usadas nesta produção
2. Ocorrência de doenças ou pragas
3. Ocorrência de deficiência de nutrição
4. Perdas por ocorrência de seca
5. Perdas por ocorrência de enchentes
6. Perdas por ocorrência de ventanias
7. Perdas por ocorrência de granizo

Financiamento da produção

- A. Como você financia a sua produção (animal e/ou agrícola)?



Entrevistador: marque 0, se a alternativa não se aplicar, 1 em caso contrário

1. Ainda está iniciando o projeto e espera pela etapa de produção para obter financiamento

Entrevistador: se a resposta à alternativa anterior for positiva, vá para a seção "Mão de Obra para a Produção"; do contrário, siga com as alternativas nesta questão

2. Com recursos próprios
 3. Com recursos de emprestadores particulares
 4. Com recursos do PRONAF – A
 5. Com recursos de outros programas de crédito?
 Quais outros programas de crédito?

6. Usa outras fontes de financiamento?

1. Não (= 0)
 2. Sim (= 1)
 Quais?

- B. O financiamento obtido destas fontes (recursos próprios, PRONAF, emprestadores particulares, outros programas de crédito, outras fontes) tem sido adequado, para as suas condições?

(Entrevistador: esta questão se refere a todas as fontes mencionadas nas alternativas anteriores)

1. Não (0)
 2. Sim (1)

Em caso negativo, por que não tem sido adequado?

Entrevistador: Se NÃO acessou o PRONAF A, vá para a questão E, caso contrário siga para a próxima questão.

- C. Se você acessou o PRONAF A, está em dia com o pagamento?
 1. Não (0)
 2. Sim (1)

- D. Quando você acessou o Pronaf A?

1. Com mais de 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 1**)
 2. Com até 3 anos do estabelecimento do empreendimento (**Marque 2**)

- E. **Se ainda não** acessou o Pronaf A, por que não acessou?

Mão-de-Obra para a produção

Vamos falar agora das pessoas que trabalham no empreendimento.

(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 99, para as questões A a C, a seguir)

- A. Quantas pessoas, no total, trabalham no imóvel?
 B. Quantas pessoas (de fora) contrata para trabalhar no empreendimento?
 C. Quantas pessoas de sua família trabalham fora do seu imóvel?

Relações com o mercado

Vamos falar agora da comercialização de produtos da exploração agropecuária. Vou falar de diversos compradores destes produtos, pedindo que você indique que parte da produção animal ou agrícola você vende para cada um: nenhuma ou pequena parte, grande parte ou toda a produção.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

ESCALA:

1=Nenhuma ou pequena parte; 2=Grande parte; 3=Toda a produção

- A. Que parte da produção você vende para Programas de Aquisição de Alimentos?
 B. Que parte da produção você vende vendem para intermediários?
 C. Que parte da produção animal você vende para compradores em feira ou a outros compradores?
 D. Nos casos de venda para intermediários e consumidores, qual é o mercado local onde estas vendas ocorrem? (**Escreva o nome do município ou distrito**)

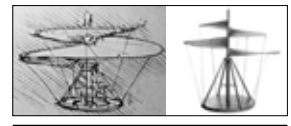
- E. A que distância do imóvel (em km) fica este mercado?

CARACTERIZAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

- A. Eu vou falar agora de várias fontes de ganhos. Dê uma nota, de 1 a 10, para a importância de cada uma destas fontes para o que a sua família ganha. Ao dar a nota, **lembre que 1=sem importância, e 10 = importância muito grande.**

Entrevistador: Marque o número correspondente desta escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Ganhos do trabalho (salário, trabalhos eventuais, negócio próprio), fora do empreendimento
 2. Ganhos recebidos pela venda de produtos produzidos na propriedade?



3. E de outros ganhos, recebidos do governo (Bolsa Família, Amparo ao Idoso ou ao Deficiente, Vale Gás, Bolsa Escola, etc.)?
4. E ganhos de aposentadoria, aposentadoria rural por idade ou pensão?
5. E ganhos de cadernetas de poupança, arrendamento de terra, etc.?
6. E dinheiro recebido de pessoas de fora do domicílio (filhos que trabalham e vivem fora do empreendimento, igrejas, etc.)
- B. Quais as contas que você e sua família pagam todo mês?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Eletricidade
2. Água
3. Telefone celular
4. Financiamento/credenciário de eletrodomésticos (TV, telefone geladeira, fogão)
5. Gás
6. Outras contas
- Quais?

- C. O que é maior, em geral, os ganhos ou as despesas mensais de sua família?

Entrevistador: use uma escala de 1 a 3, como indicado:

1. Despesas são maiores que ganhos? (1)
2. Despesas e ganhos são quase iguais? (2)
3. Despesas são menores que ganhos? (3)

QUALIDADE DE VIDA NO EMPREENDIMENTO

Vamos falar agora da situação **antes** do empreendimento e agora, se houve melhora ou não, em relação a moradia, transporte, saúde, etc. Para cada uma destas situações, diga se piorou muito, piorou um pouco, está a mesma coisa, se melhorou um pouco ou se melhorou muito, considerando o que havia antes do empreendimento e do que há agora.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala a seguir, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

ESCALA:

1=Piorou muito; 2=Piorou um pouco; 3=Está a mesma coisa; 4=Melhorou um pouco; 5=Melhorou muito

- A. Moradia da sua família
- B. Transporte que a família utiliza?
- C. Saúde da família?
- D. Alimentação da família?
- E. Acesso da família a bens como televisão, geladeira, fogão?
- F. Ganhos da família
- G. Acesso a serviços públicos (água, luz, telefone, etc)?

- H. Educação de crianças da família?
- I. Patrimônio da família?

CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO

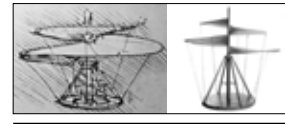
Vamos falar agora sobre o contrato de financiamento da terra, as dificuldades que você encontra para ficar em dia com o banco, e se as várias condições do contrato são satisfatórias, do seu ponto de vista.

- A. Quando o empreendimento foi efetivamente iniciado (isto é, quando aconteceu a posse da terra)?
1. (ano) (4 dígitos)
2. Não sei/ não lembro (Marque 999)
- B. Saldo devedor total (neste momento):
1. Em R\$:
2. Não sei/ não lembro (Marque 999)
- C. O empreendimento está em dia com o banco?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
3. Não sei / não lembro (= 9)
- D. Se está atrasado com o banco, quantas parcelas estão vencidas?
1. numero de parcelas.
2. Não sei / não lembro (Marque 99)
- E. Eu vou ler agora várias razões para que um empreendimento – mesmo que não seja o seu caso – deixe de pagar sua dívida com o banco. Para cada uma destas razões, dê uma nota de 1 a 10, para o quanto cada razão influencia para que o beneficiário deixe de estar em dia com o banco. **Lembre que 1 é igual a nenhuma influência e 10, a influência total.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Seleção inadequada do beneficiário do crédito
2. Despesas muito grandes do beneficiário
3. Orientação recebida de outras pessoas para não pagar a dívida
4. Certeza de que a dívida não será cobrada
5. Baixa renda produzida pelo empreendimento
6. Crença de que o governo deve dar a terra de graça
7. Imitação do comportamento de beneficiários que não pagam a dívida
8. Outra razão para a inadimplência .
- Qual?

- F. Desde o contrato inicial, já houve renegociação do contrato?
1. Não (= 0)
2. Sim (= 1)
3. Não sei / não lembro (= 9)



G. Se não renegociou, por que ?

Para cada alternativa, marque 0, para as que não se aplicam, 1 em caso

1. Não se interessou
2. Muita burocracia e documentação
3. Falta de orientação sobre como fazer
4. Outra razão (**Marque 1**)

5. Não sei / não lembro (**Marque 9**)

H. Se renegociou o contrato, depois disto, a dívida com o banco vem sendo paga em dia?

(NÃO = 0, SIM = 1)

I. Eu vou fazer uma série de afirmações sobre programas de acesso a terra. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto você concorda com cada uma destas afirmações. **Lembre que 1 é igual a não concorda de maneira alguma e 10, concorda muito.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. A terra deve ser financiada pelo governo
2. Programas de acesso coletivo à terra não funcionam
3. A terra deveria ser garantida de graça para todos
4. A terra por si só não garante sucesso na agricultura
5. A terra por si só é um patrimônio que garante o futuro do agricultor

J. Eu vou falar de várias condições do financiamento do **Programa Consolidação da Agricultura Familiar**. Dê uma nota de 1 a 10, sobre o quanto você está satisfeito com cada condição. Lembre que 1 é igual a não está nada satisfeito e 10, está muito satisfeito.

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Valor total do financiamento da terra
2. Prazo de carência do financiamento
3. Valor das parcelas a serem pagas
4. Financiamento de projetos de infraestrutura
5. Documentação exigida para entrada
6. Procedimento para seleção do beneficiário
7. Forma de escolha do imóvel
8. Orientação/informação recebidas para renegociação da dívida
9. Orientação/Capacitação inicial para fazer proposta

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO

Composição da família

Entrevistador: Para as questões A a H a seguir, marque 999 se o entrevistado não lembrar ou não souber responder

- A. Qual o número de pessoas na família?
- B. Quantas pessoas na família são mulheres?
- C. Quantos são jovens entre 18 e 32anos
- D. Quantos pessoas da família se consideram negros?

E. Quantas pessoas da família tinham experiência em agricultura, quando o empreendimento foi iniciado?

1. Número de pessoas com experiência

F. Quantas pessoas da família possuem experiência em agricultura, hoje?

1. Número de pessoas com experiência

G. Entre os que possuem experiência em agricultura, quantos eram empregados temporários ou permanentes em fazenda ou empresas rurais?

1. Número de pessoas

H. Quantas pessoas da família:

(Entrevistador: se o entrevistado não souber responder, marque 999, para as alternativas 1 a 7, a seguir)

1. Não sabem ler nem escrever?
2. Tem até o primário incompleto?
3. Tem até o primário completo?
4. Tem até o ginásio incompleto?
5. Tem até o ginásio completo
6. Tem até o 2º grau incompleto?
7. Possui 2º grau completo ou maior?

REDE DE APOIO E CAPITAL SOCIAL

A. Eu vou falar do apoio recebido de várias organizações, na forma de informação, orientação e ajuda com documentação. Dê uma nota de 1 a 10, para o apoio recebido de cada organização que eu falar. **Lembre que 1 é igual a nenhum apoio e 10, total apoio.**

Entrevistador: Marque o número correspondente da escala, conforme a resposta do entrevistado, no espaço correspondente a cada afirmação:

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs
5. Prefeituras
6. UTE
7. Sindicato

B. Quem prestou serviço de assistência técnica, para a elaboração do projeto aprovado?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

1. Extensão pública (Emater)
2. Extensão privada
3. Movimentos sociais
4. ONGs

5. Outro
Quem ?

ENTREVISTADOR: As questões C e D, a seguir, só devem ser respondidas por beneficiários que já acessaram o Pronaf A.

A. Quem prestou serviço de assistência técnica, para o empreendimento, durante a implantação do projeto (Pronaf A)?

Entrevistador: Nas alternativas a seguir, marque 0 se o ator descrito na alternativa não prestou o serviço, 1 em caso contrário

- 1. Extensão pública (Emater)
 - 2. Extensão privada
 - 3. Movimentos sociais
 - 4. ONGs
 - 5. Outro.
- Quem ?

B. Quem presta serviço de assistência técnica, atualmente, para o empreendimento?

Entrevistador: (NÃO = 0, SIM = 1)

- 1. Extensão pública (Emater)
- 2. Extensão privada
- 3. Movimentos sociais
- 4. ONGs
- 5. Outro.

Quem ?

C. Quantas vezes por ano o empreendimento recebe a visita de algum representante das organizações que eu vou dizer agora?

Entrevistador: marque o número falado pelo entrevistado

- 1. UTE
- 2. Agente Financeiro, sobre o Pronaf
- 3. Assistência técnica (pública ou privada)
- 4. Sindicato
- 5. ONGs
- 6. Movimentos sociais

Neste caso, quais movimentos sociais?

RECURSOS LOCAIS

A. Agora, vou pedir que você pense na qualidade de cada serviço público existente. Dê uma nota de 1 a 10 para cada serviço, sendo **1 se for péssimo e 10, se for excelente.**

Entrevistador: Marque notas (1 a 10), para cada alternativa.

(MARQUE 0 SE O SERVIÇO NÃO EXISTE)

- 1. Água encanada?

- 2. Luz?
- 3. Telefone?
- 4. Atendimento de saúde?
- 5. Escola?
- 6. Transporte em geral?
- 7. Transporte Escolar?
- 8. Estradas de ligação do empreendimento com a sede do Município?

CONTROLE DA ENTREVISTA:

Assinatura do Entrevistador:

Término da entrevista(hora/minutos): ___/___

Entrevista foi:

- 1. Totalmente realizada (amostra original)
- 2. Totalmente realizada (amostra substituta)
- 3. Parcialmente realizada. Motivo: _____

ANEXO 2: Condições para renegociação e individualização dos contratos

Condições para renegociação e individualização dos contratos, em programas de Crédito Fundiário, na Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008. Fonte: Nota Técnica do MDA/SRA, 2008.

Anexo 2

Condições para renegociação e individualização dos contratos, em programas de Crédito Fundiário, na Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008. Fonte: Nota Técnica do MDA/SRA, 2008.

TIPO DE ALTERAÇÃO	Artigos da Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, aplicáveis ao Crédito Fundiário	
<p>RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO</p>	<p>Art. 24. Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas entre 8 de março de 2004 e 30 de maio de 2008 ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, as seguintes medidas:</p>	<p>Art. 25. Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas até 7 de março de 2004 ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 1998, as seguintes medidas:</p>
	<p>I - para operações adimplidas, redução da taxa efetiva de juros pactuada, a partir de 1º de junho de 2008, de:</p> <p>a) seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano para cinco por cento ao ano;</p> <p>b) cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano para quatro por cento ao ano;</p> <p>c) quatro por cento ao ano para três por cento ao ano;</p> <p>d) três por cento ao ano para dois por cento ao ano;</p> <p>II - para operações inadimplidas até a data da renegociação:</p> <p>a) exigência do pagamento das parcelas com vencimento em 2008 até a data da renegociação, segundo as condições contratuais para adimplemento, inclusive com a concessão dos bônus de adimplência;</p> <p>b) permissão da amortização, até a data final da renegociação, das parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2007, com a concessão dos bônus contratuais de adimplemento, considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas “c” e “d” deste inciso;</p> <p>c) para a renegociação das parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2007, mediante aditivo contratual, aplicação dos encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, tomados sem a concessão do bônus de adimplência;</p> <p>d) aplicação dos encargos de normalidade mais um por cento ao ano, pro rata die, calculados a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da respectiva renegociação, tomados sem a concessão do bônus de adimplência;</p> <p>e) amortização mínima de um por cento do saldo devedor vencido ajustado, até a data da renegociação, nas condições das alíneas “c” e “d” deste inciso, tomado sem a concessão de bônus de adimplência;</p> <p>f) distribuição, entre as parcelas vincendas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado até a data da renegociação, deduzida a quantia amortizada;</p> <p>g) aplicação da redução da taxa de juros estabelecida no inciso I deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;</p> <p>h) manutenção das demais condições pactuadas para as operações em situação de adimplência, inclusive dos respectivos bônus de adimplência.</p> <p>Parágrafo único. Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p>	<p>I - para as operações em situação de adimplência em 1º de junho de 2008:</p> <p>a) redução da taxa de juros, a partir de 1º de junho de 2008, observado o valor equivalente ao número de beneficiários do crédito em cada operação, para:</p> <p>1. cinco por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);</p> <p>2. quatro por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>3. três por cento ao ano, nos contratos de valor original, por beneficiário, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);</p> <p>b) concessão de bônus de adimplência sobre o valor das parcelas pagas até a data do vencimento, a partir de 1º de junho de 2008, limitado a R\$ 1.000,00 (mil reais) por beneficiário em cada ano, em substituição ao bônus sobre a taxa de juros pactuada, nas seguintes condições:</p> <p>1. Municípios do semi-árido nordestino e da área de abrangência da SUDENE nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo: quarenta por cento;</p> <p>2. demais Municípios da Região Nordeste: trinta por cento;</p> <p>3. Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, exceto São Paulo e áreas de Minas Gerais e Espírito Santos a que se refere o item 1 desta alínea: dezoito por cento;</p> <p>4. Estados da Região Sul e São Paulo: quinze por cento.</p>
	<p>II - para as operações em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2007:</p> <p>a) permissão da amortização das parcelas vencidas até a data final da renegociação, com a concessão dos bônus de adimplemento estabelecidos na alínea “b” do inciso I deste artigo, considerando-se o saldo devedor apurado nas condições definidas nas alíneas “b” e “c” deste inciso;</p> <p>b) para renegociação, mediante aditivo contratual, aplicação de encargos de normalidade até a data do vencimento contratual de cada prestação vencida, inclusive com os bônus contratuais sobre as taxas de juros;</p> <p>c) aplicação de encargos de normalidade, sem os bônus de adimplência nas taxas de juros, a partir da data do vencimento contratual de cada parcela até a data da respectiva renegociação;</p> <p>d) amortização mínima de um por cento do saldo devedor vencido ajustado na forma das alíneas “b” e “c” deste inciso, até a data da renegociação;</p>	

<p style="text-align: center;">RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO</p>		<p>e) distribuição, entre as parcelas vincendas a partir de 2009, do saldo de capital vencido ajustado, deduzida a quantia amortizada;</p> <p>f) aplicação das condições estabelecidas no inciso I deste artigo às operações que se adimplirem no prazo previsto para renegociação;</p> <p>III - para as operações inadimplidas entre 1o de janeiro e 31 de maio de 2008:</p> <p>a) a parcela de 2008 deverá ser liquidada até a data final de renegociação, devendo o saldo devedor ser ajustado nas condições estabelecidas nas alíneas "b" e "c" do inciso II, com a concessão do respectivo bônus de adimplência de que trata a alínea "b" do inciso I;</p> <p>b) após o pagamento a que se refere a alínea "a" deste inciso, devem ser aplicadas às operações as condições estabelecidas no inciso I deste artigo.</p> <p>§ 1º Para os mutuários que efetuaram o pagamento da prestação de 2008 entre 1o de janeiro e 31 de maio deste ano, o valor do respectivo bônus de adimplência sobre a parcela, considerado em valor nominal da data de quitação, será amortizado do saldo devedor da operação.</p> <p>§ 2º Os cronogramas de reembolso com periodicidade de vencimento das prestações inferior a um ano podem ser substituídos pelos de parcelas anuais, mediante a formalização de aditivo ao instrumento de crédito, para os mutuários adimplentes ou que vierem a assim tornar-se sob as condições estabelecidas neste artigo.</p> <p>§ 3º Os ônus decorrentes da diferença entre os encargos originalmente pactuados e os estabelecidos neste artigo, bem como dos bônus de adimplemento, serão de responsabilidade do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p>
<p style="text-align: center;">INDIVIDUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS</p>	<p>Art. 26. Fica autorizada a individualização dos contratos de financiamento celebrados pelos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar no 93, de 4 de fevereiro de 1998, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2004.</p> <p>§ 1º A individualização das operações será condicionada à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento, vedada a regularização parcial do imóvel financiado.</p> <p>§ 2º Os custos decorrentes do processo de individualização poderão ser incluídos nos respectivos contratos de financiamento, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total da operação individualizada, ainda que ultrapassem o teto de financiamento do programa.</p> <p>§ 3º No processo de individualização, o imóvel rural já financiado permanecerá como garantia real do financiamento, excluindo-se a garantia fidejussória coletiva.</p> <p>§ 4º A garantia real do imóvel rural será desmembrada em parcelas, ficando asseguradas a viabilidade técnica do empreendimento, as reservas legais e áreas de preservação permanente, bem como sua averbação no respectivo Cartório de Registro de Imóveis, inclusive com o gravame hipotecário em nome do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</p> <p>§ 5º Os elementos de despesa que compõem os custos decorrentes do processo de individualização, observado o disposto no § 2º deste artigo, bem como os procedimentos para a regularização dos empreendimentos e demais disciplinamentos necessários à plena aplicação do disposto neste artigo serão regulamentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.</p> <p>§ 6º O CMN estabelecerá o prazo para adesão ao processo de individualização de que trata este artigo.</p>	

GRÁFICA
Super7



Secretaria de
Reordenamento Agrário

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

